

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

PEREIRA, Joacil de Brito. *Joacil de Brito Pereira (depoimento, 1978)*. Rio de Janeiro, CPDOC/UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2001. 84 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CPDOC/FGV e UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**JOACIL DE BRITO PEREIRA
(depoimento, 1978)**

Ficha Técnica

tipo de entrevista: história de vida
entrevistador(es): Eduardo Raposo; Osvaldo Trigueiro do Vale
levantamento de dados: Eduardo Raposo
pesquisa e elaboração do roteiro: Eduardo Raposo
sumário: Eduardo Raposo
conferência da transcrição: Sônia Benevides
copidesque: Elisabete Xavier de Araújo
técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes
local: João Pessoa - PB - Brasil
data: 31/01/1978 a 02/02/1978
duração: 5h 50min
fitas cassete: 06
páginas: 84

Entrevista realizada no contexto do projeto de constituição de acervo sobre a história política da Paraíba, desenvolvido em convênio entre o CPDOC e a Universidade Federal da Paraíba.

temas: Aliança Liberal (1929), Argemiro de Figueiredo, Carlos Lacerda, Estado Novo (1937-1945), Golpe de 1964, José Américo de Almeida, João Agripino Filho, Ligas Camponesas (1955-1964), Partido Social Democrático, Partido Trabalhista Brasileiro, Pedro Moreno Gondim, Política Estadual, Reforma Agrária, Rui Carneiro, União Democrática Nacional

Sumário

1ª Entrevista:

Origem familiar; Aliança Liberal; formação escolar; serviço militar; iniciação política; redemocratização de 45; ligação com José Américo de Almeida; luta contra o nazismo e o fascismo; os interventores paraibanos; eleições de 1946; governos udenistas; oratória; Sociedade Literária XV de Novembro; morte de Demócrito de Souza Filho; o comício de 29 de outubro, candidato dos estudantes à câmara estadual em 1947; campanha de 1951, o episódio da praça da Bandeira; o acordo interpartidário na sucessão de José Américo de Almeida; a questão entre José Lira e Paulo Dantas; o apoio dos Dantas a José Américo; causas do assassinato de João Pessoa; posição de José Américo diante do evento..... p. 5-23

2ª Entrevista:

Paixões que ainda dividem os liberais e perrepostas na Paraíba de hoje; luta entre João Pessoa e os Dantas; os responsáveis pela invasão do domicílio de João Dantas; apoio dos Dantas à candidatura de José Américo; acordo interpartidário no governo Flávio Ribeiro Coutinho; o rompimento do acordo e oposição do PSD; posição de Rui Carneiro; causas do rompimento do acordo interpartidário; nota governamental "Advertência oportuna"; demissão dos secretários possedistas; impulso do governo após rompimento interpartidário; doença e licenças de Flávio Ribeiro Coutinho; divisão da UDN entre Argemiro de Figueiredo e João Agripino; ingresso de Argemiro no PTB e rompimento com Flávio Ribeiro Coutinho; ligações de Luis Bronzeado com o coronel Cunha e Lima e com o governador Flávio; Pedro Gondim assume o governo; o PSD no governo; exonerações; as assinaturas dos atos e publicação no Diário Oficial; aspecto jurídico do afastamento do governador do estado; eleição de 1958; reeleição em 1961; candidatura de Pedro Gondim ao governo da Paraíba; adiamento da candidatura João Agripino; campanha de Gondim; PSB; posição da UDN; apoio de Jânio Quadros a Pedro Gondim; governo Gondim; cassação de Pedro Gondim; Ligas Camponesas; trajetória ideológica do entrevistado do Estado Novo à Revolução de 1964; início da organização camponesa na Paraíba; primeiras reivindicações; reformas de base; áreas de localização das Ligas Camponesas e suas principais culturas; composição social dos militantes das Ligas Camponesas; lideranças do movimento camponês; os incêndios nos canaviais; posição atual da Igreja; mortes nos conflitos camponeses; a Associação dos Proprietários Rurais e seu estatuto; orientação política-ideológica das Ligas Camponesas; reforma agrária; mentalidade do proprietário rural nordestino; contatos com elementos do Exército; Assis Lemos e João Goulart; o comício do Dia do Trabalho; tentativa de contato com o presidente João Goulart; o boletim - "Um visitante indesejável"; Argemiro no PTB..... p. 23-47

3ª Entrevista:

A tomada de posição quanto a movimento camponês; o assassinato de João Pedro Teixeira e suas repercussões; a bancada esquerdista na Assembléia paraibana; as maneiras de obter votos, o critério proporcional de eleição; a defesa de Agnaldo Veloso Borges; o processo criminal e a luta no plano legislativo; a posição da UDN e do PSD; a CPI sobre o assassinato de João Pedro Teixeira; a campanha dos proprietários e a defesa contra as invasões de terras; os contatos com o governador Gondim; o Exército e Polícia frente à agitação camponesa; a invasão da fazenda de João Meireles; o atrito com o general Augusto da Mata; a Polícia na fazenda João Meireles; a morte de Rubens Régis e o inquérito para apurá-la; a chacina de Mari; as mortes ocorridas nos conflitos camponeses; camponeses desaparecidos; os preparativos para a revolução de 1964; a composição social dos opositores de João Goulart na Paraíba; a composição social na Assembléia estadual paraibana e as chefias nacionais da revolução de 64; a posição da classe média; o enterro dos mortos de Mari; o comício diante do palácio do governo; perfil de João Goulart; os civis adeptos da revolução de 1964 na Paraíba; articulações com os militares revolucionários na Paraíba e em Pernambuco; o dia 31 de março e 1º de abril de 1964; os pistoleiros contratados; contatos dos militares revolucionários com Pedro Gondim; as missões recebidas do comando revolucionário na Paraíba; atitude de Pedro Gondim perante a revolução

de 1964; depoimento prestado no IPM sobre os fatos ocorridos na Paraíba; a posição de João Agripino; a reestruturação do secretariado de Pedro Gondim; interesses envolvidos na permanência de Gondim no governo; contatos com o governador Carlos Lacerda; a Convenção da UDN em Curitiba; a campanha lacerdista; incompatibilização com alguns elementos da revolução de 1964..... p. 47-88

1ª Entrevista: 31.01.1978

E.R. - Dr. Joacil, primeiramente eu gostaria de conversar com o senhor sobre a sua origem familiar: o município em que se originou a sua família, tanto por parte de mãe como por parte de pai, seus avós maternos e paternos e se eles tinham tradição política nesses municípios de origem, se eles eram aqui da capital mesmo ou se eram de outro estado, e enfim, a sua memória mais remota.

J.P. - Meu pai nasceu na então vila São Bento, município de Brejo da Cruz, no alto Sertão da Paraíba. Minha mãe nasceu na cidade de Caicó, do estado do Rio Grande do Norte. Dos meus avós paternos e maternos só conheci o pai de minha mãe.

E.R. - O senhor sabe os nomes deles?

J.P. - Clementino Pereira de Araújo e Maria Quitéria de Araújo, eis os nomes dos avós paternos. E Pedro Egídio Pereira de Brito e Benigna Pereira de Brito, os avós por parte de mãe.

E.R. - Eles eram pequenos proprietários, comerciantes...?

J.P. - Eles eram homens pobres do interior nordestino. Pobres também eram meus pais Francisco Clementino Pereira, já falecido, e Isabel de Brito Pereira, ainda viva, graças a Deus.

E.R. - Quantos irmãos eram, seus tios?

J.P. - Dois irmãos, na linha paterna: meu pai e Manuel, tio que não conheci, porque morreu bem moço, muito antes de eu vir ao mundo. Foi envenenado pelos índios no Amazonas.

Naquele tempo ia muita gente daqui do Nordeste para a Amazônia explorar os seringais. Levas de nordestinos, sobretudo a rapaziada solteira, corriam para o Norte - Pará e Amazonas -, onde se dizia que havia muito dinheiro. Foi o tempo áureo da borracha. Com Manuel viajaram meu pai e um primo de nome Lindolfo. Estes trabalhavam o dia inteiro na floresta. Só faziam um café reforçado, pela manhã, e um almoço-jantar, quando voltavam, à noite. Viviam solitariamente. Uma vida rústica e difícil. Faziam a feira dos domingos, em barracão distante. Levavam suas mercadorias para suas moradas, através dos rios em canoas. A feirinha, depois de uns tempos, começou a desaparecer. Alguém estava furtando os mantimentos da palhoça onde moravam. Certo dia, meu tio Manuel pegou um índio em flagrante furtando gêneros alimentícios, deu lamboradas no índio, com a lâmina de um facão. O índio foi embora.

Dias depois, fizeram a vingança. Algum índio botou veneno no pote d'água e no peixe que haviam tratado e temperado para comerem de noite. Manuel comeu desse peixe e bebeu dessa água, e, por isso, morreu. Lindolfo apenas bebeu da água envenenada e ficou muito doente, mas escapou. Meu pai, que foi o último a chegar, salvou-se, porque os dois avisaram que não bebesse, nem comesse nada.

E.R. - E os dois primeiros morreram?

J.P. - Só o tio Manuel. Lindolfo nunca mais gozou saúde, mas viveu muitos anos. Faleceu recentemente aqui em João Pessoa. Meu pai não teve nada.

E.R. - E seu pai herdou a pequena propriedade de seu avô?

J.P. - Não, a pequena propriedade do meu pai, ou melhor, um sitiozinho, ficou com um tio do meu pai que tomou conta dele e do irmão quando ficaram órfãos. Meu pai

contava cinco anos de idade quando perdeu pai e mãe. Logo rapazinhos, ele e o irmão emigraram para a Amazônia. Esse pequeno sítio ficou lá com o tio. Naqueles tempos tudo era irregular e difícil. Nunca houve inventário. Quando meu pai voltou, já homem feito, nunca reclamou seus direitos sobre aquele imóvel.

E.R. - A família da sua mãe é do mesmo município?

J.P. - Não, a minha mãe nasceu em Caicó, alto Sertão do Rio Grande do Norte. Filha e neta de caicoenses, seu pai era Pedro Egídio Pereira de Brito... Foi agente do Correio. Minha avó materna, se chamava Maria Benigna Pereira de Brito.

E.R. - De lá também?

J.P. - De Caicó, no Rio Grande do Norte, bem nos limites com ao Paraíba. O município de nascimento do meu pai fica bem nas proximidades da fronteira com o Rio Grande do Norte. O avô da minha mãe foi ainda um chefe político lá no Rio Grande do Norte, de Caicó...

E.R. - O avô de sua mãe, seu bisavô.

J.P. - É, meu bisavô. Porém meu avô já não foi mais político. Meu avô era agente do Correio, cargo que perdeu por perseguição política, numa dessas mudanças de governo ainda na República Velha.

E.R. - O senhor teve quantos irmãos? Desse casamento quantos filhos nasceram?

J.P. - Somos quatro irmãos, duas mulheres e dois homens. Houve nove, mas meus pais perderam cinco desses ainda pequenos no Sertão. Era a mortalidade infantil ceifando anjos para o céu, nos nossos sertões, sem recursos médicos. Meus cinco irmãos mais velhos morreram na primeira infância. Com dois, três anos.

E.R. - Quer dizer, a sua infância foi passada...

J.P. - Até os seis anos de idade, eu morei em Caicó.

E.R. - Que é Sertão, não?

J.P. - É, sertão legítimo do Seridó norte-rio-grandense.

E.R. - O senhor é do Rio Grande do Norte...?

J.P. - É, eu nasci em Caicó, minha família materna é de lá. A família de meu pai é toda de Brejo da Cruz, antiga vila, hoje município, de São Bento, estado da Paraíba. Aos seis anos de idade vim para João Pessoa com meus pais. Depois da Revolução de 30, meus pais, tangidos pela seca e pelas perseguições políticas, mudaram-se para a capital da Paraíba, em fevereiro de 1931.

E.R. - A mudança teve implicação com a revolução?

J.P. - De certo modo teve. Meu pai, lá no Rio Grande do Norte, acompanhava a Aliança Liberal. Ligado por estreita amizade aos Saldanhas, que eram liberais, meu pai seguia sua política. Saldanha e Dantas são uma mesma família, parentes próximos. Mas os Dantas eram perrepistas e os Saldanhas liberais. A família Saldanha, ramificada também no Rio Grande do Norte, tinha terras e poder em Brejo da Cruz, Catolé do Rocha. Eram correligionários e amigos de João Pessoa. Os Saldanhas tomaram parte na Aliança Liberal, ao lado de João Pessoa. Enfrentaram as colunas de José Pereira e meu pai sempre ao lado dos seus velhos amigos. No Rio Grande do Norte quem mandava era o presidente Juvenal Lamartine, que era perrepista. Daí a perseguição política sofrida por

meu pai em Caicó. Logo após a Revolução de 30, a situação da família agravou-se com a seca e, por isso ele resolveu se mudar para João Pessoa, para a Paraíba.

E.R. - O seu interesse pela política teria nascido... O senhor, depois, veio para João Pessoa e se formou aqui?

J.P. - Aqui eu fiz o curso primário todo no Colégio José Bonifácio. Depois cursei o ginásio no antigo Liceu Paraibano. Hoje ainda se chama Liceu, eu digo antigo porque foi Colégio Estadual mas, depois, voltou ao nome tradicional de Liceu.

E.R. - Era Liceu, depois Colégio Estadual, depois voltou a Liceu.

J.P. - É. Depois voltou a Liceu pelo nome tradicional. Era o colégio estadual principal aqui da capital. Mantido pelo estado. Mas voltou o nome de Liceu Paraibano, o nome antigo. Então eu fiz o curso do ginásio e o curso colegial lá. Lembro-me bem de que peguei, ainda o curso ginásial de cinco anos, o último seriado ginásial de cinco.

E.R. - Depois passou logo para...

J.P. - Depois passou para quatro anos de ginásio - com a reforma do ensino - três de colegial: científico, ou clássico. De intermeio, eu estudei dois anos interno no Colégio XV de Novembro, mas o resto todo foi no Liceu. Em 22 de novembro de 1942, fui convocado para o serviço ativo do Exército e interrompi meus estudos. Foi na fase da guerra. Só saí em 1944 e retornei aos estudos concluindo o curso clássico.

E.R. - O senhor serviu onde?

J.P. - Servi no 15º Regimento de Infantaria, sediado aqui em João Pessoa. Daqui eu fui transferido para o 16º RI, com sede em Natal. Depois voltei ao 15º RI, com o qual estive muitos meses no Engenho Aldeia, onde as tropas acantonaram para os preparativos de guerra. Posteriormente, fui preso e transferido para o 31º BC da ilha de Fernando de Noronha. Quer dizer que eu servi em três unidades. Essa unidade de Fernando de Noronha hoje está extinta.

E.R. - Aí o senhor faz vestibular para direito e vai para a Faculdade de Recife, não é?

J.P. - Fiz. Fiz o vestibular para direito em... 1946. Matriculei-me na velha Escola de Tobias Barreto em 1947. Conclui o meu curso em 1950.

Mas antes, para voltar àquela sua pergunta e explicar como nasceu o meu interesse pela política, que surgiu antes... nos tempos de estudante pré-universitário...

E.R. - Foi antes mesmo da faculdade.

J.P. - Antes mesmo da faculdade, porque os estudantes paraibanos participavam de todos os movimentos. Combatíamos a ditadura de Vargas; lutamos pela declaração de guerra às nações do Eixo Roma-Berlim-Tóquio; pugnamos nos comícios, pelo envio de um corpo expedicionário e nos filiamos a correntes que pediam a redemocratização do país.

Em 1945, o ministro José Américo de Almeida lançava a sua entrevista, que rompeu os diques do Estado Novo, já nos encontrou na trincheira. E esta entrevista, tomada por Carlos Lacerda no Rio Grande de Janeiro, despertou a consciência cívica nacional, empolgando as partes mais representativas do povo brasileiro. Eu era estudante naquela época, em 1945, e imediatamente passei um telegrama de solidariedade ao ministro José Américo. Engajei-me na luta com meus companheiros de geração, ao lado das lideranças mais expressivas de meu estado. Data desse tempo a minha ligação com o ministro José Américo, ligação que depois se interrompeu um pouco porque nos distanciamos. Ele se afastou da UDN, partido que fundara na esfera federal e ao qual eu me filiará no estado. Quando o grande paraibano se candidatou ao

governo da Paraíba em 1950, por uma coligação de partidos (PSD-PL-PTB), chamada Coligação Democrática Paraibana, eu o combati sob a bandeira da UDN, em aliança com o PR. Posteriormente a nossa amizade se reatou com laços bem mais fortes. Posso dizer que quem me lançou na política propriamente dita foi o ministro José Américo, com a sua entrevista de fevereiro de 45. Ele e o brigadeiro Eduardo Gomes, que foi o candidato das oposições coligadas à presidência da República - duas figuras notáveis da galeria dos vultos nacionais.

E.R. - Posteriormente é que o senhor vai cursar a Faculdade de Direito em Recife.

J.P. - Sim. Mas é preciso estabelecer um elo entre a luta dos pré-universitários paraibanos e a dos estudantes de Pernambuco. Nós já combatíamos a ditadura, o fascismo, o nazismo internacional e o para-fascismo nacional.

E.R. - Qual era a forma de combate que se fazia?

J.P. - A qualquer pretexto, os estudantes paraibanos, pelos órgãos estudantis, juntamente com a seção estadual da Liga de Defesa Nacional, a Secional da OAB e outras entidades, promoviam conferências, palestras, passeatas e comícios. Era comum convidar homens de valor, deste e de outros estados, para falarem sobre determinados temas. Essas mensagens dos verdadeiros democratas mantinham acesa a chama do nosso idealismo.

E.R. - Quem é que esteve aqui nessa época?

J.P. - Gilberto Freire, Neemias e Esdras Gueiros, Gilberto Osório, Hermes Lima, Carlos Lacerda, Osvaldo Aranha.

E.R. - Neste tempo quem entrou para o governo estadual foi o Osvaldo Trigueiro, não é?

J.P. - Em 47. Quem governava a Paraíba até 1945, como interventor do estado; era o Rui Carneiro. Antes do 29 de outubro de 1945, ele se afastou da interventoria para se desincompatibilizar. Outros interventores, dois, pelo menos, foram nomeados, até que veio o 29 de outubro, com a queda de Getúlio e dos seus delegados nos estados. A tese desse movimento foi conceder "todos os poderes ao Judiciário". E por isso, se entregou ao presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares, à presidência da República, enquanto os presidentes dos tribunais de Justiça, em cada unidade da federação, assumiam as interventorias. Conseqüentemente tivemos mais dois ou três interventores da ditadura e um terceiro ou quarto do Judiciário. O ministro José Linhares e os presidentes dos Tribunais de Justiça, em cada estado, presidiram as eleições de 1945. Outra, eleito presidente da República, comandou o pleito seguinte para governadores e deputados estaduais. Em 45 foi a eleição para deputados federais e senadores.

E.R. - Em 46.

J.P. - Em 45. Ou foi janeiro de 46? Foi janeiro de 46, você tem razão. O pleito para deputados federais, senadores e presidente da República se realizou em janeiro de 1946. No dia 3 de janeiro de 1946. E em 1947 houve a eleição para governadores e deputados estaduais.

E.R. - Então o Osvaldo Trigueiro concorreu com o Alcides Carneiro, não é?

J.P. - Com o Alcides Carneiro. Eram dois grandes candidatos, Osvaldo Trigueiro e Alcides, dois paraibanos notáveis. Osvaldo, um eminente jurista, um constitucionalista dos mais eminentes deste país. E o Alcides um grande humanista, orador fulgurante e poeta...

E.R. - Um grande orador.

J.P. - Aliás, ambos bons oradores, cada um no seu estilo. Alcides, mais imaginoso, orador condoreiro, de grandes vôos. Osvaldo, o britânico, mais para conferencista do que para orador, expositor e argumentador de uma lógica insuperável. Então a Paraíba teve que escolher entre duas grandes figuras, mas Osvaldo venceu porque a UDN paraibana, àquele tempo, era invencível.

E.R. - Os governos do estado geralmente aqui na Paraíba foram udenistas, não é?

J.P. - De um modo geral foram udenistas. O próprio ministro José de Almeida, que foi eleito por uma coligação partidária depois de haver rompido com a UDN e ter formado o PL. Provinha da UDN, pois fora um de seus fundadores.

E.R. - Rompeu por causa da questão com o Argemiro.

J.P. - É. Aquele negócio das duas alas, numa mesma agremiação: uma, a do Argemiro Figueiredo; outra, a do ministro José Américo. Mas com exceção deste caso, os governadores sempre foram da UDN. É verdade que João Fernandes de Lima, interinamente, exerceu a governança e houve ainda Pedro Gondim, que se elegeu por uma coligação integrada também pela UDN.

E.R. - Foi; Gondim saiu pelo Partido Socialista, mas com grande apoio da UDN.

J.P. - Foi candidato da UDN, do PDC, do PL e do PSB. Apoiado por uma forte coligação.

E.R. - Mas a chapa dele não era do Partido Socialista?

J.P. - Era PDC: Partido Democrata Cristão. Esta foi a agremiação dos seus deputados e a que ele escolheu para abrigar os seus correligionários, todos provindos do PSD.

E.R. - Ah, pensei que ele tivesse fundado o partido depois, que o Nei Braga tivesse...

J.P. - Não, o Partido Socialista já existia muito antes.

E.R. - Não, o PDC.

J.P. - O PDC? Sim. Ele entrou no PDC. Ele conseguiu a legenda do PDC. O Partido Socialista apoiou sua candidatura, lançada em primeira mão pelo PDC.

E.R. - Não saiu pelo Partido Socialista?

J.P. - Não. Foi apoiado pelo PSB, depois de lançado pelo PDC.

E.R. - Então, nessa fase em que o senhor entra para a universidade, já havia essa prática política de servir na luta pela redemocratização.

J.P. - Como pré-universitário já havia participado da luta pela redemocratização.

E.R. - E o senhor era orador nessa época?

J.P. - Nessa fase eu comecei a me revelar como orador, nos comícios, nas reuniões. Por sinal essa minha vocação oratória despertou cedo. Nesse colégio onde eu fui estudar em Garanhuns, Colégio Quinze de Novembro, havia uma sociedade, uma associação muito interessante. Era uma associação, mantida pelos alunos e com a supervisão dos professores, em que cada aluno era obrigado, pelo menos duas vezes por ano, ao fazer

um trabalho escrito. Se tivesse vocação, faria uma poesia, se não tinha dotes para poeta, se não tinha pendores poéticos, ele declamava. Ou ele, muitas vezes, fazia um pequeno conto, falava, fazia uma saudação. E aí iam se revelando as vocações.

E..R. - Interessante.

J.P. - Interessantíssimo. Muitos poetas, escritores e oradores de Pernambuco e dos estados da região, começaram a se revelar ali.

E.R. - Como era o nome da sociedade?

J.P. - Sociedade Literária Quinze de Novembro. Colégio Quinze de Novembro, que era mantido e dirigido por americanos.

E.R. - No Recife?

J.P. - Em Pernambuco, porém em Garanhuns, que tem um clima excelente. Estudei lá como interno durante dois anos. Então foi lá que os meus pendores para a oratória começaram a desabrochar, a se revelar. Eu já gostava muito de ouvir os bons oradores, grandes declamadores, gostava muito de poesia. E posso dizer que a primeira vez que falei em público foi quando declamei uns versos em uma solenidade, ainda menino. Mas isso aí era declamando; o falar mesmo, discursando, comecei no Quinze de Novembro. Depois, fiz um verdadeiro curso, o Centro Estudantil do Estado da Paraíba, na Sociedade de Cultura do Estudante Paraibano, no Gremio Literário Augusto dos Anjos e em outras entidades de meu tempo de jovem. O resto foram os movimentos do Liceu, as agitações da estudantada, rebelde, romântica e revolucionária. A qualquer pretexto, fazíamos uma greve, um comício, passeata e nos exercitávamos nas nossas inclinações e aperfeiçoávamos as nossas idéias democráticas. Nenhum estudante do meu tempo de Liceu que se prezasse, aceitava os regimes ditatoriais. Muitas vezes fomos chamados à polícia e só "QG" da guarnição federal. Lembro vários companheiros da época, como Baldomiro Souto, Danival Carvalho, Félix Araújo. Baldomiro era jornalista e bom orador; Danival, o articulador, o arregimentador, com raras qualidades de liderança; Félix era inflamado, corajoso, um talento verbal como poucos que conheci - orador e poeta exímio.

E.R. - Sua época de estudante de direito, vai de que ano a que ano?

J.P. - Vai de 46 a 50.

E.R. - Exatamente na época de nascimento de um nacionalismo...

J.P. - Justamente. E da luta pela redemocratização, porque havia começado em 45. Recife foi um centro de ebulição, de luta, de agitação. E deu alguns mártires à causa, como Demóclito de Sousa Filho, que tornou-se, assim, uma espécie de herói dos estudantes. No dia 3 de março de 45, num comício em Pernambuco, na praça do *Diário de Pernambuco*, sacada do *Diário* - de onde ele havia falado ao povo e no momento em que estava falando Gilberto Freire -, ele foi assassinado. A polícia de Etelvino Lins e Agamenon Magalhães acabou esse comício a bala.

E.R. - Ele foi assassinado pela polícia?

J.P. - Dizem até que essa bala que o prostrou seria dirigida a Gilberto Freire, que era quem estava falando na ocasião. Ele estava ao lado de Gilberto Freire.

E.R. - Era o governo de Dutra. Certo?

J.P. - Era o governo do Getúlio. Foi antes do Dutra assumir. Era Agamenon Magalhães o interventor. E o secretário de Segurança era Etelvino Lins, que foi responsabilizado

diretamente pela estudantada de então, pelos democratas, pelos jornais da época, foi responsabilizado como o homem que mandou tirotear o povo na praça. Embora Etelvino Lins se defenda disso em livro.

[FINAL DA FITA 1-A]

E.R. - Nessa época de universidade o senhor continua fazendo política?

J.P. - Continuei. Aí foi que eu me empenhei a fundo na política, tanto nos movimentos estudantis da época lá na faculdade, como ainda, e sobretudo, no estado, aqui na Paraíba. Na época de férias, nos fins de semana, eu vinha aqui para João Pessoa e participava de todos aqueles comícios mais importantes na campanha do Brigadeiro e Osvaldo Trigueiro. Fui até candidato a deputado estadual, por sugestão de José Américo. Quando houve a queda da ditadura, no dia 19 de outubro, organizamos um comício monstro na Lagoa. Fomos buscar José Américo, na fazenda de seu irmão Augusto, em Guarabira. Ele estava lá. A ala jovem da UDN havia preparado aquele comício gigante e mandamos buscar oradores de Pernambuco também. Vieram Gilberto Osório e Esdras Queiros. Como representante dos estudantes, eu fui escolhido para saudar José Américo, a grande atração da noite, o homem que havia derrubado a ditadura. Daí por diante, ganhei a indicação para a chapa dos deputados estaduais, pois o ministro achava que se devia aproveitar valores novos e os estudantes precisavam ter um candidato, indicado pela classe, que fui eu.

Houve um problema sério: na data da convenção, José Américo não estava na Paraíba. O PSD havia lançado a candidatura de Alcides Carneiro, genro dele, para criarlhe constrangimento. Osvaldo Trigueiro era candidato da UDN, apoiado por José Américo e por Argemiro. Duas alas, sendo a de Argemiro Figueiredo eleitoralmente maior. Mas com o lançamento da candidatura de Alcides, o ministro José Américo ficou numa situação muito difícil e se retraiu. Por isso ficou no Rio de Janeiro.

E.R. - Porque ele era casado com...

J.P. - Sim, Alcides era casado com a filha de José Américo. E o ministro não veio participar afetivamente da campanha. Mandou uma mensagem de apoio a Trigueiro, recomendou aos seus amigos que apoiassem sua candidatura, mas ficou lá pelo Rio. Na ocasião da escolha da chapa, tinha que se dar metade a Argemiro e metade a José Américo. Nesta divisão, sobrei. Não me consideraram americista, nem argemirista. Embora amigo de José Américo e por ele lançado na política. Consideraram-me suspeito, porque eu era amigo íntimo de Silveira Dantas - dos Dantas, de Teixeira - não podia entrar na chapa americista. Empurraram-me para a ala de Argemiro, mas este não tinha compromisso comigo.

E.R. - São dois partidos dentro de um só, não é?

J.P. - É. Eram duas alas dentro do mesmo partido: americista e argemiristas. Então achavam que eu não devia compor a chapa como representante do americanismo; e, sim, entrar na ala de Argemiro. Argemiro tinha já compromissos com os seus candidatos, com os seus amigos, e dizia que eu não era elemento de seu grupo. E realmente não era, eu era da ala do José Américo.

E.R. - E não entrou?

J.P. - O resultado é que na convenção o meu nome não saiu, porque eu não fui considerado americista, o José Américo não estava aqui, e o dr. Virgínio Veloso Borges, seu representante, me excluiu. E Argemiro não me aceitou e sobrei.

E.R. - O senhor nasceu em que ano?

J.P. - Nasci em 1923.

E.R. - Em que dia?

J.P. - No dia 3 de fevereiro de 1923. O resultado é que fiquei sem lugar na chapa, não houve lugar para mim na chapa. Mas o Silveira Dantas, meu padrinho, irritou-se com essa exclusão do meu nome. Tomou-se de brios e passou a exigir a inclusão de meu nome sob pena de rompimento. Sentiu-se moralmente obrigado a defender minha causa. Eu estava no Recife, dedicado às minhas atividade de universitário, e essa coisa estava se processando aqui à minha revelia. Mas o que o fato é que, para evitar o rompimento do Silveira, dos Dantas, lá de Teixeira, com a UDN - o que seria um desfalque muito grande na eleição - conseguiram que um outro candidato da ala argemirista renunciasse e eu entrei na chapa, mas já faltando poucos dias para a eleição, e não me elegi. Disputei o pleito...

E.R. - Fez campanha?

J.P. - Fiz campanha, tive uma votação até expressiva...

E.R. - Em que município?

J.P. - Tive votação sobretudo no de Teixeira, que era a área dos Dantas, do Silveira Dantas, lá eu tive uma votação maciça da UDN, tive uma votação mais ou menos apreciável aqui em João Pessoa, dado ao esforço dos estudantes para conseguir votos.

E.R. - O senhor aí já era estudante de...?

J.P. - Já, aí já era universitário, já era acadêmico de direito. E tive outros votos de menor importância, uma votação de menor importância em alguns municípios do estado. Em Campina Grande eu tive uma boa votação também. Mas não deu para me eleger.

E.R. - O senhor concorre na próxima vez em que ano? Esse ano foi de...?

J.P. - Esse ano foi o de 1947, não é isso? Na eleição de governador.

E.R. - A próxima eleição em que o senhor concorre?

J.P. - Depois, na eleição seguinte foi em 51, na eleição de 51... Sim, participei da campanha sucessória também do Osvaldo Trigueiro. Quando os candidatos a governador pela UDN foram o Argemiro e o vice-governador Renato Coutinho, e o candidato a senador Pereira Lira; sendo, por outro lado, pela coligação PL e PSD o ministro José Américo de Almeida, candidato a governador; a vice-governador, João Fernandes Lima; e a senador o Rui Carneiro.

E.R. - Foi uma campanha violentíssima, não é?

J.P. - Foi uma campanha muito forte, muito dura.

E.R. - Teve o caso da praça da Bandeira...

J.P. - O caso da praça da Bandeira, sim, em que perderam a vida algumas pessoas. Nesse dia da praça da Bandeira eu estava em Campina Grande. Nós tínhamos feito, nós da UDN, um comício espetacular, um grande comício. Tudo nos fazia crer que a vitória seria nossa. Mas após o comício...

E.R. - O senhor estava fazendo a campanha de Argemiro.

J.P. - De Argemiro, contra o José Américo. O José Américo tinha deixado a UDN e eu não me senti obrigado a acompanhá-lo. Aí as minhas vinculações já eram muito íntimas, muito estreitas com a UDN, com esse líder a quem me referi, meu padrinho Silveira Dantas, e já, também, com o Argemiro. E eu achava que já que o dr. José Américo tinha deixado o partido, eu não estava obrigado a acompanhá-lo. Eu era udenista desses ferrenhos e fiquei no meu partido. Não sei se fiz bem, ou se fiz mal, foi uma questão de lealdade partidária, mas talvez eu tivesse feito melhor se tivesse ficado com o ministro José Américo, porque da UDN, eu sofri muitas ingratidões posteriormente. Mas o que é fato é que o episódio da praça da Bandeira transformou a campanha.

E.R. - O senhor estava presente nesse episódio?

J.P. - Estava lá em Campina Grande.

E.R. - Como é que foi?

J.P. - Tínhamos feito um comício...

E.R. - O comício foi feito pela UDN...

J.P. - Pela UDN. Tínhamos feito um comício, muito bom o comício, excelente...

E.R. - Quem é que falou nesse comício?

J.P. - Falou o Argemiro de Figueiredo, que era o candidato a governador. Falou o vice-governador Renato Ribeiro, candidato; falou o candidato a senador Pereira Lira, que havia sido chofer da Casa Civil do governo Dutra, e vários outros oradores - até eu falei também. Mas um comício gigante, um comício de vitória mesmo. Logo após o comício, mal saída a equipe de Argemiro do palanque, veio uma passeata da coligação que tinha sido articulada e comandada por Dumerval Trigueiro e Félix Araújo. Félix Araújo aquele a quem me referi...

E.R. - Poeta, não é??

J.P. - É, e um grande orador. E foram ocupar o palanque da UDN. Ainda havia remanescentes do comício. Aí houve um atrito. Os remanescentes do comício, achando que eles deviam subir no palanque da UDN; e eles achando que deviam subir. Desse atrito, gerou-se uma confusão muito grande, houve uns tiros, e foi chamada a polícia. A polícia veio e cometeu, talvez, um desatino, em face de ter havido esses tiros, e dá uns tiros. Dizem os policiais que deram os tiros mais para cima, mas o que é fato é que atingiram alguém. Consta também que houve tiros de elementos da coligação partidos de um edifício, por nome Ezial.

E.R. - Qual é o nome?

J.P. - Ezial, que ficava lá na praça da Bandeira.

E.R. - De cima para baixo, então.

J.P. - De cima para baixo.

Bem, eu estava na casa desse meu padrinho Silveira Dantas, quando as primeiras notícias dos tiros e da confusão começaram a ser divulgadas pelo rádio. Corremos para lá, para a praça da Bandeira, mas aí já tinha havido tiroteios e fomos para a casa do Argemiro. Nessa ocasião já havia gente ferida e notícia de que pessoas tinham sido mortas. O Pereira Lira também estava na casa do Argemiro, muita gente lá, e saímos todos para ir visitar os feridos nos hospitais. No dia seguinte fomos continuar a nossa peregrinação...

E.R. - Os feridos e mortos foram mais populares, não é?

J.P. - Houve um bancário também ferido, e morto, houve um bancário morto. E mais gente do povo. No dia seguinte saímos para continuar as visitas aos municípios, a peregrinação aos comícios, e aí já a coisa estava muito diferente do que era.

E.R. - Porque isso foi capitalizado pela ala de José Américo, pela coligação. José Américo, inclusive, acusa o ministro Osvaldo Trigueiro de ter permitido isso, ele respondeu em uma carta.

J.P. - Aliás o Osvaldo não estava nem no governo.

E.R. - É, ele já tinha saído.

J.P. - Porque ele tinha se licenciado, se desincompatibilizado para disputar a deputação federal. Quem estava no governo era o José Targino. Houve acusações muito graves da coligação contra o pessoal da UDN, mas tudo indica, hoje - distante assim dos fatos, com a cabeça mais fria -, tudo indica que aquilo foi preparado por elementos da coligação! Para tirar partido. É claro que o dr. José Américo evidentemente não estaria ciente disso. Mas por elementos da coligação em Campina Grande. Haja vista que Félix Araújo, depois de preparar a massa e jogar naquele negócio, quando houve os primeiros tiros, correu e se recolheu ao hospital, dizendo que estava doente e ficou lá recolhido a um leito de hospital. Quando se sabe que ele esteve à frente da massa até os primeiros instantes do atrito.

E.R. - Ele era da coligação, não é?

J.P. - Era da coligação. Ainda houve muita exploração: enterros com discursos no cemitério, antes do enterro os cadáveres desfilaram pela cidade. Isso foi explorado longamente nos jornais e na rádio, - a coisa virou. A coisa virou. Virou, virou inteiramente. Virou inteiramente. O dr. José Américo já era candidato muito forte. Era um nome nacional, um homem de espírito de luta, com raízes profundas no estado, mas além de ele ser um candidato forte, houve esse episódio que ele capitalizou em favor de sua vitória. Acredito que sem o episódio da praça da Bandeira, a vitória teria sido do Argemiro, do esquema governista.

E.R. - Depois...

J.P. - Mas aí, depois disso, eu disputei uma deputação estadual. Disputei uma deputação estadual e já era a segunda vez que eu disputava. Fiquei como terceiro-suplente. Já tive uma votação muito maior e cheguei a exercer o mandato. Primeiramente eu fui chefe da Casa Civil do governo do dr. Flávio Ribeiro Coutinho. Porque quando o dr. José Américo deixou o governo, ele tratou de pacificar a Paraíba, fez um esforço muito grande para uma pacificação. E como candidato de pacificação, quer dizer, apoiado pela...

E.R. - Foi uma coligação UDN-PSD, não é?

J.P. - UDN-PSD e PL. O dr. José Américo, ao deixar o governo, queria deixar a Paraíba pacificada. E o candidato apoiado por todas essas forças, foi o dr. Flávio Ribeiro Coutinho, de saudosa memória.

E.R. - E o Pedro Gondim já era vice...

J.P. - O Pedro Gondim foi escolhido vice-governador...

E.R. - Pelo PSD.

J.P. - ...de Flávio ribeiro. A UDN daria o governador, como deu, que foi o dr. Flávio. E o PSD daria um vice-governador, e essa escolha recaiu no dr. Pedro Moreno Gondim - foi o vice-governador do regime de pacificação. E as secretarias de estado seriam divididas proporcionalmente entre os três partidos.

E.R. - O PL também, não é?

J.P. - UDN, a maioria; PSD, logo em seguida, quase que igual à UDN; e 1/3, menos de 1/3, duas secretarias, para o PL. Houve um protocolo deste acordo, e o dr. Flávio foi governar no regime de pacificação - governo que se tornou, portanto, muito difícil -, e eu fui o chefe da Casa Civil do governo do dr. Flávio, escolhido por ele. A essa altura, quando se desenhou o movimento da pacificação, e notadamente depois de indicado chefe da Casa Civil, aí já houve uma reaproximação minha com o dr. José Américo de Almeida. Anteriormente nós estávamos separados desde o episódio do rompimento dele com a UDN. Aliás, antes disso, eu falei com ele uma vez, uma só vez. E fui a palácio numa situação muito difícil, em Teixeira havia uma perspectiva terrível de um choque armado entre elementos da família Dantas e elementos da família Lira.

São inimigas estas famílias desde 1930. Os Liras combateram os Dantas, e vice-versas, naquelas lutas sangrentas e fratricidas de 1930. Então o prefeito de Teixeira era um Dantas, Paulo de Lucena Dantas, filho de Silveira Dantas - filho ilegítimo, mas filho e como tal considerado -, e o capitão José Lira, já morto, já falecido, mandou fazer um boletim na tipografia lá de Teixeira, numa tipografia de Patos, um boletim contra Paulo Dantas. O Paulo, ciente previamente de que esse boletim ia ser distribuído na feira, num dia de sábado, em Teixeira, armou-se e armou os amigos para evitar que o boletim fosse distribuído e mandou um recado para José Lira, dizendo que se ele subisse a serra para soltar o boletim, ele o receberia a bala. Então o José Lira mandou dizer que, se ele fosse homem, se preparasse que ele ia soltar de toda maneira. Armou-se e armou os seus amigos e estava-se nessa perspectiva de luta, de derramamento de sangue, quando vieram avisar a Silveira, pai dele, em Campina Grande, o que estava ocorrendo. Ele não tinha mandado avisar o pai, mas um amigo saiu e veio avisar. Silveira, então, armou-se também em Campinas, levou gente armada e foi para Teixeira. Aí mandou dizer ao José Lira que a ameaça não era mais se ele subisse a serra não para soltar o boletim - era se ele tivesse o atrevimento de subir até o pico, a pedra do Tendó, que está lá a serra.

Minha madrinha viajou para João afrita porque o marido foi lá para esse inferno e veio me pedir para ir falar com o dr. José Américo de Almeida, que era governador. E eu disse à minha madrinha que não me sentia à vontade para falar de nada a esse governador porque nós estávamos separados, rompidos, e ele era um homem muito forte e eu tinha receio de ser mal-recebido. Mas a situação era tão dramática, e ela insistiu tanto, que eu resolvi ir. E fui acompanhado de um amigo, um oficial do Exército, que era, naquela época, aqui, o executor do estado de sítio, o então coronel Paulo Bolívar de Holanda, hoje general reformado. Mas qual não foi a minha surpresa quando o dr. José Américo teve um gosto que encheu as medidas, como se diz.

Ao narrar a sua Excelência, de manhã cedo, no palácio da Redenção, o que estava ocorrendo em Teixeira, ele mandou chamar imediatamente para seu gabinete o chefe de Polícia, o comandante da Polícia, todas as autoridades ligadas ao assunto de tal gravidade e determinou imediatamente, em minha presença, a exoneração do capitão José Lira, que era delegado de Polícia do município de Patos, vizinho a Teixeira, justamente o autor do boletim que ia soltar... Determinou que ele fosse recolhido preso ao 2º Batalhão em Campina Grande. Mandou deslocar imediatamente um outro delegado para lá com um contingente da polícia, mandou afastar todo o destacamento de Patos e de Teixeira e mudou... Mudou, botou gente nova lá e dando recomendações severas a esse novo delegado de Patos que apreendesse, ainda na tipografia, o boletim que ia ser levado no dia seguinte - já era uma sexta-feira - e virou-se para mim e perguntou se eu estava satisfeito com as determinações que o governador acabava de tomar, que se eu tivesse alguma coisa a sugerir que podia sugerir. Eu, então, disse que estava satisfeito e que ele se revelava, realmente, naquela altura, um estadista, um

homem público que eu começara a admirar na minha adolescência e que a atitude dele havia evitado, decerto, derramamento de sangue.

Mas, nesse instante, nessa oportunidade, o governador, um homem inteligente, me deu uma missão terrível, uma missão muito séria. Ele disse: "Bem, se o senhor está satisfeito, fique certo de que todas as providências foram tomadas; agora, o senhor vai me prometer uma coisa." "O que é, governador?" "O senhor vai desarmar os Dantas. Eu não quero desarmá-los, vai conseguir que o Silveira Dantas e os parentes deponham as armas." E eu prometi.

E.R. - Os Dantas eram esses...

J.P. - Esses que iam enfrentar os Liras por causa do boletim...

E.R. - Ele desarmou um lado, não é?

J.P. - Ele tirou a polícia, que estava comprometida. Botou elementos da polícia com ordens severas para manter a ordem e evitar que o boletim fosse divulgado. Não quis tomar uma atitude de mandar desarmar os Dantas, o que foi uma elegância dele, para também não parecer uma perseguição. Mas exigiu de mim que eu desarmasse os Dantas e trouxesse as armas. Eu então disse à minha madrinha que havia assumido esse compromisso. E fomos a Teixeira e conseguimos a muito custo, de Silveira, que não gostava do dr. José Américo, porque era primo de João Dantas, primo de João Dantas...

E.R. - É, que matou João Pessoa, não é?

J.P. - ...perrepista de 30, perrepista de 30. É, o João Dantas foi o que matou João Pessoa. A família Dantas toda era perrepista, não é?

E.R. - Exato. Incompatibilizada com José Américo, que era o líder civil da revolução...

J.P. - Que era o líder da revolução aqui. Ele não gostou, nenhum Dantas gostava do dr. José Américo.

E.R. - E através de que argumentação...?

J.P. - Não toleravam o dr. José Américo.

Mas então eu fui para lá, e ele achava que isso era um ardil de dr. José Américo para que eles se desarmassem e, depois de desarmados e entregues as armas, a polícia passar a fazer violência contra os Dantas. Eu argumentava, dizendo que o dr. José Américo não era capaz disso. Era o governador do estado e a maneira como ele falou comigo... Era também um homem de projeção nacional e que eu confiava na palavra dele. Diante da minha argumentação, da confiança que eu tive na palavra do dr. José Américo, da maneira como ele agiu dentro de palácio, essas armas me foram todas entregues e eu trouxe para entregar ao governador. E o governador, inclusive, não aceitou as armas. Ele disse: "Você guarde, basta dizer que está com elas." Estava com elas dentro de uma viatura, de uma camionete para entregar a ele. Então ele disse: "Não, confio na sua palavra." Então esse gesto do dr. José Américo, que define a categoria dele como homem público, como estadista, me levou também a conseguir dos Dantas que, na outra campanha, na futura campanha de senador, quando ele foi, aliás, derrotado por...

E.R. - Por Rui.

J.P. - Por Rui...

E.R. - Rui Carneiro, não é?

J.P. - É, aquela derrota terrível, que se atribui à indústria da seca e foi realmente - um homem como José Américo ser derrotado no seu estado... Bem, mas, naquela ocasião, quer dizer, daí há alguns anos, eu pude obter o apoio dos Dantas à candidatura do dr. José Américo, que era indicado pela UDN, porque eles ameaçavam de romper, mas não votariam em José Américo. José Américo foi recebido na casa-grande da Fazenda Poços, onde se hospedou, onde dormiu, onde jantou...

E.R. - Pois até politicamente ele fez o jogo certo: conseguiu a adesão dos Dantas, que eram inimigos tradicionais.

J.P. - É. Porque dificilmente eles votariam nele, se não fosse... Aliás, também influiu para isso, muito ...Porque depois, então, eu já havia me aproximado do dr. José Américo, freqüentava muito a casa dele, e uma das coisas que os Dantas acusavam muito o dr. José Américo era da invasão da república, invasão do domicílio de João Dantas. Você sabe que João Dantas tinha uma república aqui, e essa república foi invadida, arrombaram o cofre...

E.R. - Certo. Pegaram a correspondência...

J.P. - Tiraram a correspondência de João Dantas...

E.R. - José Américo era secretário de Segurança na época.

J.P. - ...publicaram tudo isso e, além de publicar, adulteraram cartas. E esta foi a razão por que João Dantas matou João Pessoa. A razão não foi política, embora se estivesse numa efervescência política.

E.R. - Eles eram de partidos opostos, não é?

J.P. - Opostos que estavam se combatendo. Mas o que os perrepiistas queriam era a intervenção do Estado, o afastamento de João Pessoa...

E.R. - Justificar uma...

J.P. - Mas como houve aquele episódio, dentro do episódio surgiu um caso de natureza pessoal, que o João Dantas achou uma questão de honra, não é? Reparar pela maneira como reparou, matando o presidente. Realmente uma coisa dolorosa, lamentável, mas não foi um crime político... Dizer que João Suaçuna tenha alguma coisa com isso, tem coisa nenhuma, que João Suaçuna mandou... A verdade histórica é outra. Mas os Dantas responsabilizavam muito José Américo de Almeida por essa...

E.R. - Por ter permitido isso.

J.P. - Por ter, talvez, ordenado, ter permitido, ter alguma responsabilidade. Mas José Américo, nas conversações - quando aí já havia sido pacificado o estado, não é - As suas conversações que eu mantinha com ele, nas diversas visitas etc., e quando se desenhava a hipótese de candidatura dele a senador, e eu tinha essa missão dada por João Agripino de conseguir que Silveira apoiasse - João Agripino era o chefe do partido - de conseguir que os Dantas apoiassem o dr. José Américo lá em Teixeira, então eu dizia sempre ao dr. José Américo que uma das coisas que me dificultavam mais era aquela situação, também, da responsabilidade que eles imputavam a ele no episódio de João Dantas. Mas o dr. José Américo me convenceu com documentos de que ele estava na frente de combate em Piancó.

E.R. - Ele estava no interior.

J.P. - Há quase setenta léguas de distância daqui, em Piancó. Porque ele lá instalou um quartel-general, naquela luta de Princesa, não é? E ele foi para o Piancó, ele estava lá,

quando houve isso. Essas coisas acontecem muitas vezes. Eu não acredito, por exemplo, que João Pessoa também tivesse culpa naquilo. Pelo que eu tenho analisado, pelo que eu tenho lido...

[FINAL DA FITA 1-B]

J.P. - Pelo que eu tenho lido, pelo que tenho analisado, com absoluta isenção, porque eu era menino em 1930, eu era menino, não morava na Paraíba, meu pai era liberal no Rio Grande do Norte pela ligação com os Saldanhas...

E.R. - Que eram liberais.

J.P. - Que eram liberais. E eu sou ligadíssimo aos Dantas, desde a minha...

E.R. - Que eram perrepistas.

J.P. - Perrepistas, é.

E.R. - Que eram forças contrárias.

J.P. - É. Então eu não fui nem liberal nem perrepista por que eu era menino. Não estava na Paraíba. Não vou, absolutamente, me contaminar das paixões que ainda hoje dividem a Paraíba. Se você falar hoje em mudar, por exemplo, a bandeira do Négo para restaurar a bandeira antiga é um Deus nos acuda. Se você falar em mudar a capital de João Pessoa...

E.R. - Para voltar ao nome antigo.

J.P. - Para voltar ao nome antigo, é outro Deus nos acuda. Se você fizer uma crítica, por mais leigo que seja, a João Pessoa, o presidente imolado, é também um Deus nos acuda. Mas eu procuro me colocar acima dessas paixões, porque eu não vivi na época dessas paixões nem descende de troncos que estavam arraigados aqui na Paraíba, vamos dizer, engolfados nessas lutas. E sou ligadíssimo aos Dantas. Por outro lado, meu pai era ligado aos Saldanhas, que eram liberais; minha mulher tem parentesco com os Pessoas.

E.R. - Está cercado de tudo quanto é lado, não é?

J.P. - É. Mas acho que João Pessoa não teve nada com aquilo. João Pessoa o que fez, foi, depois de cometido o desatino, depois de publicar tudo, não desautorar os seus auxiliares. Há quem diga até que João Pessoa recriminou a divulgação daquelas cartas, naquele ato, disse até palavras fortes de recriminação, veementes, mas disse: "O que está feito, está feito." E deu apoio. Estava numa guerra, guerra é guerra, e apoiou. Quer dizer, de um lado, teve até a virtude de não abandonar os seus comandados, não é? Se bem que tinha sido um erro, porque ali foi um erro realmente, um erro terrível. E João Dantas achou de responsabiliza-lo. João Dantas teve suas razões.

Mas quero mostrar, para voltar ao fio da meada, que com essa documentação, com a exposição, com a argumentação, com as explicações que o dr. José Américo me deu, à luz, inclusive, de documentos, comprovando que ele estava, a esse tempo, no Piancó, mais de sessenta léguas de distância da capital -, ele não poderia ter ciência prévia daquilo. Ele não tinha absolutamente uma participação direta, uma responsabilidade direta naquela invasão de domicílio. Sabe-se hoje que quem fez aquilo foi o dr. Manuel Moraes e o dr. Ademar Vidal.

E.R. - Ademar Vidal era... chefe de Polícia...

J.P. - Ademar Vidal, se não me engano, era chefe de Polícia, não é? Parece que era isso. E o Manuel Moraes era delegado. E dizem até que o dr. Osias Gomes era o diretor da União e foi quem... quer dizer, que ele era o diretor, era, e dizem que foi ele que teve, também, a responsabilidade de permitir a divulgação, de mandar publicar.

E.R. - E alguns documentos ficaram expostos...

J.P. - E alguns ficaram expostos à visitação pública. Mas eu comprovei junto aos Dantas, que o dr. José Américo não estava sequer na capital àquele tempo. Juntando essa atitude dele no episódio a que me referi - evitando um derramamento de sangue, uma luta fratricida, uma hecatombe que iria haver em Teixeira -; agindo como agiu e assegurando aos Dantas - seus adversários de velhos tempos - todas as garantias, cercando-os de todas as garantias; juntando isso ao fato de que, no episódio de João Dantas, ele não estava aqui na capital, foi fácil - pela lealdade partidária deles, pela correção ao partido, pela fidelidade ao partido - levá-los a apoiar a candidatura do dr. José Américo ao Senado. Embora ele tenha sido derrotado nessa luta... Mas eu quero mostrar que nós tivemos uma participação muito grande na consecução desse apoio dos Dantas...

E.R. - Era uma coisa quase... Inimigos tradicionais.

J.P. - Coisa quase que impossível.

E.R. - O senhor, nesse governo do dr. Flávio Ribeiro Coutinho, fica em que secretaria?

J.P. - Chefia da Casa Civil. Fui chefe da Casa Civil.

E.R. - Como uma das secretarias dadas à UDN.

J.P. - UDN. A UDN ficaria com algumas secretarias. Entre as quais a chefia da Casa Civil, que era diretamente ligada ao governador.

E.R. - Quando o dr. Flávio adoece, e entra o vice, que é o dr. Pedro Moreno Gondim, que era do PSD, esse pacto não é rompido não?

J.P. - O rompimento foi antes, foi anteriormente. Porque o PSD portou-se muito mal nessa fase da vida pública paraibana. Ele era governo e era oposição. Ele queria exigir do governo o cumprimento do pacto com relação às nomeações, às promoções, às benesses, enfim, mas, através de um grupo, combatia o governo dentro da Assembléia. Havia aqueles que não combatiam o governo, que ficavam sempre ao lado do governo. Mas o próprio Pedro Moreno Gondim, que era vice-governador, mas exercendo também um mandato de deputado estadual cumulativamente...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.P. - Humberto Lucena, que era deputado estadual, hoje deputado federal; o falecido deputado Tertulino de Brito; o deputado federal José Joffily Bezerra...

E.R. - Eram pessedistas?

J.P. - Eram pessedistas que estavam combatendo, vamos dizer, deslealmente a pacificação porque combatiam o governo. Faziam discursos tremendos contra o dr. Flávio na Assembléia. Esse grupo...

E.R. - O senhor presumia que essa oposição não deveria ser feita, na medida que era uma composição do governo... exatamente incluindo todos esses grupos?

J.P. - Bom, se era um governo apoiado pelo PSD, e se esse PSD tinha representantes seus dentro da equipe governamental, dentro do secretariado, se, porventura, o governo cometesse um erro, uma coisa que fosse em detrimento do pacto, da pacificação, do acordo celebrado, competia a eles irem, em comissão, ao governador, chamar às falsas, pedir providências, mas eles combatiam de uma maneira terrível o governo. Fundaram inclusive aqui um jornal, um jornaleco, que dizia horrores do governo e até dos seus familiares.

E.R. - Esse grupo era Pedro Gondim, José Joffily...

J.P. - Pedro Gondim, deputado estadual e vice-governador; Humberto Lucena, que ao tempo era deputado estadual; José Joffily Bezerra, deputado federal; e outros, aquele Mendonça Neto, Domingos Mendonça Neto, que depois veio a ser prefeito da capital; João Bernardo, também, um jornalista aqui e advogado. Este grupo combatia o dr. Flávio.

E.R. - Eram pessedistas que participavam...

J.P. - Participavam da pacificação...

E.R. - ...e da oposição ao mesmo tempo.

J.P. - ...e ao mesmo tempo da oposição. Eram governo e oposição a um só tempo. Isto levou o dr. Flávio a denunciar o acordo. Primeiramente, no Rio de Janeiro. Eu, aliás, fui testemunha deste entendimento, porque ele fez questão de que eu fosse testemunha. Eu quis me retirar na hora em que ele ia começar o assunto, e ele pediu que eu ficasse para ser testemunha desse entendimento. Ele disse ao senador Rui Carneiro, que, aliás, era correto no que diz respeito à pacificação, e era amigo dele, mas, não pôde controlar esses correligionários rebeldes... E disse, também, ao senador Argemiro de Figueiredo que daquela maneira ele não continuaria a governar o estado em regime de pacificação. Quem não estivesse satisfeito com o governo dele que se retirasse; mas ficar sendo governo e oposição a um só tempo, ele não aceitaria. Ele queria exigir uma definição. E ou o senador Rui Carneiro evitasse esse combate feito sistematicamente contra ele por alguns dos seus correligionários...

E.R. - Qual era o nome do jornal...?

J.P. - Não estou lembrando do nome. Era um jornal que teve vida efêmera aqui, mas era um jornal dirigido por esse grupo. Este jornal foi horrível. Entrou até em assuntos da vida pessoal e privada do governador e de seus familiares. E por isso mesmo foi que o governador rompeu o acordo.

E.R. - Qual foi a causa desse rompimento?

J.P. - Esse rompimento foi o seguinte: quando esse jornal... Os ataques continuaram ao governo. Mas no dia em que esse jornal publicou uma notícia muito séria e grave mostra um parente do governador, o governador teve um choque muito grande, e nesse dia a saúde dele sofreu um abalo sério. Ele já não era um homem...

E.R. - Ele era idoso, não é?

J.P. - Ele era um homem de certa idade, já não era um homem jovem, já era um homem de certa idade e a sua saúde não era boa. Mas, nesse dia, ele teve um verdadeiro abalo, um sério abalo na sua saúde. E ele me chamou - como seu secretário, o chefe da Casa Civil, homem de sua confiança - e me pediu que redigisse uma nota de repulsa, uma nota forte, de condenação àquele processo da oposição, dizendo mesmo que era para romper, que não havia mais, absolutamente, meio de tolerar aquela situação.

E.R. - Exonerando alguém?

J.P. - Não, ele primeiro deu a nota. A nota ia significar o rompimento, era a nota oficial do governo, uma nota forte. Ia significar o rompimento, como significou, porque no dia seguinte todos eles se exoneraram e passaram abertamente para a oposição. Os secretários do governo que pertenciam ao PSD tiveram que se exonerar diante dessa nota. Esta nota que eu redigi por ordem do governador, teve o título de "Advertência oportuna." Nela se condenava esse processo de uma parte do partido ficar apoiando o governo e outra parte ficar nessa oposição sistemática, radical, intolerável mesmo, e até injusta, desarrazoada, caluniosa, e que a essa altura o governo exigia uma definição e não podia mais governar com essa gente. Queria governar com os seus correligionários, com os seus amigos.

Bem, saída a nota, foi uma confusão tremenda, ninguém sabia atribuir... embora a nota fosse do governo, ficaram aquelas pessoas suspeitando quem teria sido o redator da nota, porque o governador manda sempre fazer a coisa por uma pessoa que redige, não é? João Agripino veio do Rio, também, para cá, mas o governador assumiu toda a responsabilidade, aí o secretariado do PSD demitiu-se. Houve o rompimento do acordo. Mas, foi quando o governador passou a administrar mais à vontade, mais desembaraçadamente, quando o governo começou a tomar um impulso notável nas realizações. O governo vivia freado, não é? A pacificação não deu o resultado almejado. O espírito público dos políticos não foi aquilo que José Américo esperava. O que é fato é que, daí por diante, a administração demorou. Mas o impacto sofrido, o trauma sofrido, os choques sofridos pelo governador abalaram de tal sorte a sua saúde, que, pouco tempo depois, ele adoeceu. E adoeceu, também, já em consequência de um afastamento, de um rompimento de Argemiro com ele, que era seu velho compadre. Argemiro àquela altura estava em franca luta interna, dentro do partido, com o João Agripino. O João Agripino vinha desejando empolgar a chefia do partido. E Argemiro, que era o chefe natural da UDN, e o chefe tradicional, desde que chefiara uma ala inicialmente, quando o José Américo saiu ele ficou chefiando o partido no seu todo. Depois disso, Argemiro, que era o chefe natural dentro do partido, começou a manter umas ligações com o PTB e com o Juscelino Kubitschek. E foi o que o Agripino quis para levantar uma suspeita contra o Argemiro. Ele já vivia tentando empolgar a chefia.

E.R. - Isso foi no tempo em que o Fernando Nóbrega era o ministro do Trabalho e estava tentando trazer Argemiro para o PTB.

J.P. - Para o PTB. Justamente. Foi nessa época.

E.R. - O Jango, como vice, acho que estava interessado nisso também, porque eleitoralmente ele seria fortalecido.

J.P. - O Argemiro fez uma ligação muito íntima com o Juscelino e com o João Goulart através do Fernando Nóbrega. E chegava a fazer discurso no Senado, elogiando a ação do presidente Kubitschek etc., discursos que serviram de motivação para que João Agripino levantasse uma suspeita contra o Argemiro dentro do partido.

E.R. - Para o João Agripino tentar dominar mais a UDN.

J.P. - João Agripino, que já vinha tentando empolgar a chefia do partido. Por diversas atuações, a gente sentia perfeitamente que ele vinha querendo empolgar essa chefia.

E.R. - Acho que é nesse tempo que o Argemiro passa para o PTB, não é?

J.P. - Aí o Argemiro passou para o PTB. Argemiro, inclusive, conta a história pelo seu lado, dizendo que se sentira, vamos dizer, bloqueado pelo Agripino. Mas o que é fato é que o governador Flávio Ribeiro era muito amigo do senador Argemiro Figueiredo, de quem era inclusive compadre. Como era amigo de João Agripino, porém mais amigo

ainda do Argemiro. Sofrendo esses choques todos que havia sofrido, o governador ainda teve mais esse outro. Nessa fase em que havia uma divergência tremenda entre Argemiro e João Agripino - primeiramente uma divergência velada e depois essa divergência foi se tornando cada vez mais clara -, o Argemiro, talvez envenenado por alguns amigos, passou um telegrama muito áspero ao governador. Telegrama que significava praticamente um rompimento, por causa da nomeação de Luís Bronzeado para a Secretaria de Segurança.

E.R. - Quem tinha nomeado o Luís Bronzeado?

J.P. - O governador nomeou, e o Argemiro achou que era uma hostilidade, essa nomeação, a ele.

E.R. - Luís Bronzeado era udenista?

J.P. - Luís Bronzeado era um advogado, udenista de 45. Dr. Flávio tinha muita admiração por ele. Ele, muito amigo de Argemiro, muito amigo também, ele foi sempre amigo do Argemiro. Muito amigo também do dr. Flávio. Mas no fim... Era amigo...

E.R. - Bronzeado?

J.P. - Bronzeado, dr. Luís Bronzeado foi deputado federal, foi deputado estadual, muito amigo de Argemiro. E muito amigo de Cunha Lima, que era amicíssimo de Argemiro. Mas como Cunha Lima ultimamente estava distanciado de Bronzeado, estava brigado com Bronzeado, deve ter influído, o Cunha Lima - é o que se supõe, o que se acha -, nesse telegrama do Argemiro.

E.R. - Bronzeado era muito... era brigado com o Argemiro, não?

J.R. - Não. Amigo íntimo, muito amigo de Argemiro. Porém essa amizade dele com o Argemiro se fez através do maior amigo que o Argemiro tinha no estado, talvez, que foi o coronel Cunha Lima. De Areia. E Cunha Lima, que era amigo de Bronzeado, a esse tempo estava meio distanciado de Bronzeado. Estava meio desavindo com Bronzeado. Acha-se, pensa-se, que foi o Cunha Lima que, fazendo uma certa ou um telegrama para o Argemiro, deu a entender que aquela nomeação era uma hostilidade a ele, Cunha Lima e, portanto, a Argemiro. Argemiro passa essa telegrama para o dr. Flávio. Telegrama forte, veemente, incisivo, áspero. E dr. Flávio respondeu no mesmo diapasão. Mas ficou numa prostração muito grande, porque... ele passou o dia, por exemplo, dizendo: "Mas o meu grande amigo, meu compadre Argemiro..."

E.R. - O dr. Flávio não tinha uma natureza política, não é?

J.P. - Tinha, era grande político. Ele disse: "Fazer isso..." Mas ele estava velho. Já estava de avançada idade e estava doente. Foi choque em cima de choque. Esse foi o último, foi a pá de terra, como se diz. Foi a última decepção. Já tinha havido os choques, terríveis. Esse negócio de rompimento de PSD com UDN, negócio de pacificação, esquema da pacificação. Por último esse de Argemiro. Um homem que já não tinha a saúde boa, de avançada idade...

E.R. - Sofreu um golpe desses.

J.P. - ...teve um derrame cerebral. Daí o dr. Flávio se afasta do governo, primeiro por licença, depois renunciando, e, com o afastamento por licença, assume o seu substituto legal, que era Pedro Gondim, o vice-governador.

E.R. - Isso deve ter dado, em contrapartida, entrar todo o PSD no governo...

J.P. - Aí vem o PSD todinho pra o governo.

E.R. - E vem cobrando todo o...

J.P. - Todo. Aí nós vamos sofrer horrores. E depois ainda vou contar como foi que Pedro Gondim, sendo pessedista e vindo com todo o PSD para o governo - Abelardo Jurema inclusive foi seu secretário de Interior, era todo esse povo, José Joffily, tudo no governo... Daí nós vamos contar como é que ele distanciou-se de novo do PSD... para vir pra os braços da UDN e ser...

E.R. - Apoiado pela UDN...

J.P. - ...apoiado na sucessão.

E.R. - Então na próxima vez conversamos.

2ª Entrevista: 01.02.1978

E.R. - Dr. Joacil, então estávamos conversando, na entrevista anterior, exatamente como o governo, que foi feito a princípio por uma composição UDN-PSD...

J.P. - E PL também.

E.R. - E PL também, onde dr. Flávio...

J.P. - Foi candidato único, não é? Dos partidos, da pacificação.

E.R. - Dr. Flávio era o governador, e o vice-governador era Pedro Gondim pelo PSD. Quando o dr. Flávio adoece, já o rompimento do acordo havia sido feito, e entra Pedro Gondim com todo o PSD. Eu gostaria de saber exatamente como é que essa volta do PSD ao poder e como ficou a situação do senhor e de todas as pessoas mais ligadas à UDN.

J.P. - Bem, com a doença, dr. Flávio ficou sob cuidados médicos. O seu médico aqui era o dr. João, e o especialista em doenças, assim, de coração e cardiovasculares era o dr. Lavoisier Feitosa. Encontrava-se, ocasionalmente, passando uns dias na Paraíba, o dr. Nestor, que também era seu grande amigo, residente no Rio de Janeiro. Parece que já faleceu, morreu, há poucos anos. Salvo engano. Então o dr. Nestor estava aqui também, era médico do dr. Flávio, quando ele ia ao Rio, ele o assistia. E esses três compuseram uma junta médica. Foi chamado, também, do Rio um especialista que já tinha atendido dr. Flávio, o dr. Teobaldo Viana.

Ficou, dr. Flávio, sob os cuidados dessa junta médica, guardando leito, absoluto repouso. Portanto o governo estava acéfalo. Convinha obter uma licença, que o dr. Flávio formulasse um pedido para dirigir à Assembléia. Quando a junta médica achou oportuno, achou que ele tinha melhorado para assinar o requerimento de licença e tinha condições de assinar esse pedido de licença, isso foi feito. Havia necessidade, também, de assinatura de uns atos. Inclusive o de exoneração coletiva do secretariado.

E.R. - Secretariado da composição?

J.P. - Do dr. Flávio, para que, no dia seguinte, quando a Assembléia ...concedesse a licença, e fosse convocar o substituto legal - no caso o vice-governador Pedro Moreno Gondim -, já o secretariado do dr. Flávio estar afastado. Todos os secretários conjuntamente pediram exoneração, e havia um ato só a ser assinado pelo governador. Afora esse ato, haveria outros atos de departamento, de diretores de departamento, que também se exoneraram, e algumas nomeações que se julgavam importantes, julgadas inteiramente indispensáveis, que o governo devia fazer. O governador teria que fazer.

Mas só podiam ser assinados esses atos, inclusive o pedido de licença, quando a junta médica desse o sinal verde.

Como chefe da Casa Civil, eu fiquei obedecendo a orientação do chefe do partido, do presidente do partido que era, ao tempo, deputado federal João Agripino Filho. A orientação, portanto, era dada por ele. E eu segui à risca essa orientação do chefe do partido. Preparamos esses atos todos, e no dia exato em que a junta médica achou possível o governador fazer aquele esforço de assinar um mínimo de atos... Tanto assim que foram preparados determinados atos indispensáveis e o governador nem chegou a assinar todos esses atos, porque a junta achou que ele já estava cansado e mandou parar. Alguns ficaram sem assinatura, portanto não foram feitos. Mas esses que foram assinados, eu recebi a recomendação do chefe do partido de levá-los ao *Diário Oficial*. E só saí da Imprensa Oficial, onde funciona a União... Funcionava naquele tempo à praça João Pessoa, no local onde hoje é o prédio da Assembléia, ali era a União - União a Imprensa Oficial, também onde se fazia o *Diário Oficial*. Eu recebi a orientação de levá-los à composição e à imprensa e só saí da União com eles prontos. Havia viajado a Alagoinha, para inaugurar uma obra que o governador deixara pronta. Fiz essa inauguração e voltei já ao cair da tarde, cerca de 18 horas. Peguei os atos no palácio e fui para a União, onde dei a ordem ao diretor de enviá-los imediatamente à composição. E fiquei ali aguardando, de acordo com a recomendação, que fora dada, de só sair com esses atos impressos, de aguardar a composição dos atos e só sair com o *Diário Oficial* pronto.

Lá para as tantas, cerca de nove e meia para as dez horas da noite, fui fazer um pequeno lanche numa lanchonete situada no Ponto de Cem-Réis - onde funcionava a chamada Sorveteria Canadá, havia também um serviço de lanchonete ali - e lá me encontrei com alguns amigos: o dr. Antônio Ribeiro Pessoa, já falecido; o dr. Siondulfo Santiago, meu cunhado; o dr. José Guimarães Rolim, que havia exercido o cargo de chefe de Polícia no governo do estado anteriormente, no governo do dr. Flávio; um repórter fotográfico aqui muito conhecido, conhecido por toda a população, Rafael Arcanjo Mororó. E encontrando esse grupo que estava tomando uma cerveja, perguntaram o que eu estava fazendo ali, eu disse que saía da União, tinha chegado de viagem etc. - os comentários da licença do dr. Flávio, que já a cidade inteira sabia -, e esse grupo resolveu me fazer companhia na União e foi ao minha salvação. Entre a minha saída para esse lanche e a minha volta, qual não foi a surpresa? Quando tentei ingressar no edifício da União, a União estava cercada por um contingente da Polícia Militar do estado e ocupada por militares daquela corporação e por alguns políticos do PSD.

E.R. - Qual era a corporação?

J.P. - A Polícia Militar do estado. Agentes de Polícia também, estes a postos, tentaram evitar o meu ingresso. E perguntei com ordens de quem eles estavam fazendo aquilo. E eles disseram: "Com ordens do governador Pedro Moreno Gondim." Eu disse: "Esse não existe. Existe o vice-governador Pedro Moreno Gondim." Eu disse: "Esse não existe. Existe o vice-governador Pedro Moreno Gondim, que vai assumir o cargo em caráter de substituição amanhã, pelas dez horas da manhã."

E.R. - Porque tinha um problema de... só poder se ausentar do estado...

J.P. - Do estado mediante licença, não é? Concessão de licença, não é? Concessão de licença.

[FINAL DA FITA 2-A]

E.R. - O senhor estava dizendo como é esse aspecto jurídico da...

J.R. - O governador, ainda hoje é assim, por disposição constitucional, não pode se ausentar do estado por um período superior a trinta dias, sem passar a chefia do Executivo ao seu substituto legal.

E.R. - E ele tinha ido...

J.R. - Não, dr. Flávio ainda ia viajar no dia seguinte. Dr. Flávio havia já assinado o seu pedido de licença, e esse pedido de licença já havia sido encaminhado à assembléia. No dia seguinte a assembléia deveria conceder, em sessão extraordinária, a licença, e estava marcada a posse, parece-me, para as dez horas, a posse do vice-governador. Então, eu estava justamente na União para publicar esses atos a que me referi e também o ato da licença, o requerimento de licença encaminhado à Assembléia.

E.R. - A exoneração do secretariado.

J.P. - A exoneração do secretariado. Todos, menos um, haviam pedido a exoneração coletivamente.

E.R. - Esse menos um quem era?

J.P. - Esse menos um, vou dizer já quem era. Era justamente a pessoa que estava lá na União.

Bem, então eu disse que ia entrar de qualquer maneira porque não reconhecia autoridade no sr. Pedro Moreno Gondim para fazer o cerco da União, cercar a União, e proibir a publicação de atos e a entrada de uma autoridade - porque eu era uma autoridade, chefe da Casa Civil. Não reconhecia autoridade nesse homem, que não era ainda o vice-governador em exercício, ainda iria assumir o cargo no dia seguinte, e eu estava cumprindo ordens do meu chefe, do chefe do partido, e ia entrar de qualquer maneira, fossem quais fossem as conseqüências. E realmente entrei. Houve assim uma tentativa de impedir, pela força, mas eu ia acompanhando de um numeroso grupo de amigos, como disse, que acidentalmente resolveram me seguir. E, além do mais, os policiais me conheciam, sabiam que eu era o chefe da Casa Civil e ficaram indecisos naquela ocasião, sem saber se deviam evitar pela força a minha entrada e proibir, até pelo desforço físico, ou não. E o fato é que eu subi as sacadas da União e lá em cima encontrei vários policiais e alguns políticos do PSD, entre os quais o deputado José Afonso Gaioso de Sousa.

E.R. - Gaioso?

J.P. - É. O atual deputado José Lira, que era coronel reformado da Polícia e também político no município de Teixeira, meu adversário de Teixeira; o coronel Calixto, me lembro bem que estava lá, um sargento conhecido por Caxias, o sargento Caxias, da Polícia; alguns elementos da Polícia Civil. Passei por esse povo todo, dei boa-noite e me dirigi ao gabinete do diretor. Notei que a redação estava toda vazia de funcionários. Os funcionários não estavam visíveis na redação. Ninguém nos seus *bureaux*. Ao passar para o gabinete do diretor, na ante-sala, na sala de espera, na sala de visitas, encontrei sentado um coronel, o então coronel reformado do Exército... Aliás, reformou-se como general, mas naquele tempo ele era coronel do Exército e era um coronel também PM, que comandava a Polícia Militar. Era o coronel, comandante da Polícia Militar do estado, Renato Ribeiro de Moraes, que foi justamente o único auxiliar do governo que não pediu exoneração e que já estava convidado para continuar no cargo de comandante da Polícia no governo transitório de Pedro Gondim, que se iria constituir no dia seguinte. Dei boa-noite e perguntei ao diretor da União: "Que palhaçada é esta aqui? Foi o único funcionário que estava na União de braços cruzados no *bureaux*, de cabeça baixa, pálido. "Que palhaçada é esta aqui?", perguntei eu. Ele então disse: "Não, é uma ordem aí, que o coronel trouxe, para não publicar nenhum daqueles atos no *Diário Oficial*..."

E.R. - Pedro Gondim ainda não tinha assumido.

J.P. - Não tinha assumido! Uma violência inominável, porque ele não era nada ainda. Ele iria assumir no dia seguinte. Ele deveria, sim, aguardar a sua posse para tomar qualquer medida. Ele era um vice-governador que não estava em exercício.

E.R. - Quer dizer que o interesse dele era a não publicação desses atos.

J.P. - Mandou a ordem, através desse comandante da Polícia, coronel Renato Ribeiro de Moraes, de não serem publicados esses atos e invadiu a União, e cercou o prédio da União com um contingente da Polícia Militar do estado, armado de fuzis, de metralhadoras. Bem, aí eu disse: "Com ordens de quem?" E ele disse: "Do governador. Do vice-governador Pedro Gondim." O coronel levantou-se para dar uma explicação, e eu digo: "Coronel, eu não obedeco essa ordem e até me admiro profundamente do senhor estar aqui cumprindo uma determinação de uma autoridade que ainda não assumiu o posto. E o que é mais estranho é que sendo o senhor, como era, um auxiliar do governo de Flávio Ribeiro Coutinho, se preste - na hora em que ele está prestes a embarcar para o Rio de Janeiro, numa maca, doente, após pedir licença para tratamento de saúde -, se preste a cumprir uma ordem arbitrária dessas. Invadindo a União com os seus policiais, e até com a Polícia Civil, e cercando o prédio com um aparato militar dessa ordem. Eu não vou cumprir essa determinação, e os atos vão ser publicados." Perguntei ao diretor onde estavam os atos, eles disseram que estavam lá embaixo, mas que o coronel Renato Ribeiro de Moraes já tinha mandado buscar, ele já tinha mandado um mensageiro. Eu disse: "Então telefone lá para baixo dizendo que é para compor, bote as máquinas para virar, os atos vão ser compostos." E fui saindo da sala do diretor para me encaminhar...

E.R. - Quem era o diretor nessa época?

J.P. - Era um jornalista que já faleceu... Gadelha, o jornalista Gadelha. Ele estava interinamente exercendo a direção, porque ele era o secretário-geral e o diretor havia, também, se exonerado.

E.R. - Hélio Zenaide entra depois, não é?

J.P. - Hélio Zenaide foi depois, foi diretor também da União mas muito tempo depois. Bem, esse rapaz que era diretor até morrer. Morreu anos depois.

Resolvi ir pessoalmente às oficinas, quando eu vi aquela indecisão do diretor em cumprir a minha determinação. Ele ficou vacilando entre cumprir a minha ordem e a do coronel Renato Ribeiro de Moraes, e eu resolvi ir pessoalmente. O coronel Renato levanta-se e vem ponderando, junto a mim, que eu não insistisse, que ele não ia permitir de modo algum. E eu contra-argumentava que ele é que estava errado, eu estava certo, estava no cumprimento do meu dever. Quando chego a uma escada de ferro que dava acesso às oficinas, uma escada em caracol, e vou procurando descer a escada, ele se posta à frente, segura, com os braços, cada um dos lados da escada e, aí, já meio irritado, disse: "Eu não permito de modo algum..." Não ia permitir a minha descida para as oficinas. Foi então que perdi um pouco a calma, a essa altura eu já havia mandado os meus companheiros chamarem o general Edson Amâncio Ramalho, que era o chefe de Polícia; um outro chamar o dr. Luís Bronzeado, que era o secretário de Segurança; um outro deles mandei chamar o chefe da Casa Militar, que era o coronel Luís de Barros; e mandei, ainda, um outro chamar o dr. João Agripino, que era deputado federal e chefe do partido. Dito isso, dadas essas ordens, cada um partiu para cumprir a missão, cada um desses amigos, e eu fiquei só, dentro do prédio da União, mas decidido a cumprir o meu dever. Então eu disse ao coronel que ia entrar de qualquer maneira. Nessa hora eu já estava irritado, o aberturei e o chamei de traidor, que ele tinha sido um trãnsfuga, tinha deixado o governo a que ele servia, à última hora, sem um gesto de solidariedade. E o empurrei e disse que ele só evitaria o cumprimento do meu dever se ele me matasse, se ele me eliminasse. A coisa aí ficou meio azeda, porque eu já estava de arma quase

que empunhada, com o revólver... Era a única arma que eu tinha, um revólver que Sindulfo, meu cunhado, tinha me cedido, antes de sair, porque eu estava desarmado, não esperava que acontecesse nunca aquilo. Eu disse: "O senhor vai ser responsável por um caso nacional. Porque o senhor vai me mandar fuzilar aqui, vai me matar, e vi ser um caso nacional, a violência praticada pelo senhor contra um chefe da Casa Civil no cumprimento do seu dever."

Ele ficou um tanto indeciso, e, nessa altura, o deputado José Gaioso, que é meu amigo, apesar de adversário - sempre foi de outro partido, mas sempre foi meu amigo, e colega de Liceu -, disse ao coronel Renato Ribeiro de Moraes que me conhecia desde a juventude e sabia que eu iria ao último sacrifício no cumprimento do meu dever. E já que eu estava resistindo à ordem emanada de Pedro Gondim e estava dentro de um direito, no cumprimento inclusive de um dever, achando, alegando que a ordem era ilegal, o que ele achava é que eles deveriam voltar e comunicar ao governador Pedro Gondim essa minha resistência. Inclusive porque eu mandara chamar esse pessoal, e haveria uma hecatombe dentro da União. Agora, se Pedro Gondim reiterasse a ordem, então eles deveriam, nesse instante da reiteração, voltar. Foi uma saída muito feliz que o deputado encontrou e que salvou a minha vida, porque eu vi a hora de ser eliminado ali.

E.R. - E eles estavam dispostos também a...

J.P. - E havia inclusive inimigos pessoais meus, adversários políticos, como o José Lira, que era meu adversário - hoje é meu amigo, é apenas adversário, se dá muito bem comigo, mas nesse tempo era até inimigo pessoal -; esse Calixto, coronel Calixto, que também é meu amigo - mas estavam todos na missão -, coronel de Polícia; e esse sargento Caxias, que tinha fama de homem violento. Eu não sei se com ordem qualquer, era de se supor, do coronel, comandante da Polícia, eles não atuariam em mim imediatamente. Eu podia até matar o coronel, mas eu morreria também ali, eu seria eliminado. E, depois de morto, eu não sei o que poderia acontecer, porque quando o nosso grupo chegasse, que se encontrasse esse grupo, ia haver um choque muito grande. Realmente o coronel foi muito ponderado, a essa altura aceitou as palavras de Gaioso, as oportunas ponderações de José Gaioso, e resolveram sair com a sua polícia. E eu mandei a União virar. Mal ele saiu, parece que foi uma coisa mesmo...

E.R. - As máquinas chegavam a virar...?

J.P. - Começaram a virar e a publicar os atos. Eu fiquei junto às máquinas, assistindo à impressão. E o pessoal que estava nas redações, que tinha se escondido nos aparelhos, em outros apartamentos, tudo trancado, eu mandei sair todo mundo. Então o pessoal criou alma nova, e a União foi virar e ser impressa direitinho. Tanto a *União* quanto o *Diário Oficial*. Mas, interessante, assim que o coronel saiu com a Polícia, imediatamente - não passaram três minutos -, chegou o deputado Luís Bronzeado com homens de sua confiança, recrutados da Secretaria de Segurança - ele era o secretário de Segurança, vinha com uns cinco ou seis homens armados de metralhadoras. Foi subindo os degraus da União de quatro em quatro e gritando por mim - o que é que havia, onde estava o coronel Renato Ribeiro de Moraes com o seu bando. Ele chamou até de bando. Eu disse que, graças a Deus, eles saíram, não fazia três minutos que saíam.

E.R. - Então ia haver um choque, não é?

J.P. - Um choque tremendo. E, logo em seguida à chegada de Bronzeado, chegou o general Edson Amâncio Ramalho, que era general reformado do Exército e nosso chefe de Polícia. Chegou com elementos da radio patrulha, todos armados também, e foi subindo. Aí nós tomamos todas as portas e janelas da União, explicamos que o pessoal já tinha saído, e, um pouco depois, chegava um coronel, Luís de Barros, hoje deputado estadual, com toda a guarda de palácio.

Depois ele nos contou: houve um episódio muito bonito. Ele botou a guarda de palácio em forma, narrou o que estava acontecendo. Disse que eles todos estavam livres para tomar uma decisão, mas ele queria comunicar que o governador, naquele instante,

estava tomando, ou ia tomar, um avião para o Rio, doente, numa maca, e que a União estava cercada e invadida, tomada por policiais já a serviço do vice-governador que iria assumir no dia seguinte. Quem quisesse segui-lo naquela missão de amparar o princípio da autoridade ia livremente, e aqueles que estivessem dispostos a fazê-lo, dessem um passo à frente. Os que não quisessem fazer, ele não censurava, de modo algum, porque ele não tinha nada a oferecer dali por diante. Toda a guarda de palácio, do soldado mais moderno ao oficial, toda essa guarda de palácio, deu um passo à frente. E ele veio com toda a guarda, aí já muito bem-humorado, muito bem-armado, com metralhadoras, mosquetões. E já fomos nós quem cercamos a União, desde a Duque de Caxias até à praça 1817.

E.R. - As forças a mando...

J.P. - As forças, digamos, legalistas, do governador Flávio Ribeiro.

E.R. - As outras todas já tinham...

J.P. - As outras todas tinham saído, em face dessa sugestão do deputado José Gaioso aceita pelo coronel. Foi questão de minutos, porque entre a chegada da primeira pessoa com alguns amigos, que foi o deputado Luís Bronzeado, e a saída do coronel Renato Ribeiro de Moraes com os policiais que ele comandava e esses políticos do PSD, houve um espaço de três minutos, mais ou menos. E daí por diante foram chegando os demais; sendo que chegou depois, com certa demora, a guarda de palácio, mas com uma demora de, no máximo, dez minutos após a retirada do contingente da Polícia e do coronel Renato Ribeiro de Moraes. E aí botamos a União para virar. Por último chegou o deputado João Agripino Filho, que vinha até armado com um revólver, um Smith West 32 - lembro bem deste detalhe -, foi o que demorou mais a chegar, mas chegou. E, contando tudo o que ocorreu, ele resolveu, ali mesmo, fazer comigo, portanto a quatro mãos, um artigo de fundo para a primeira página da União, narrando todo o episódio.

Foram dizer ao vice-governador Pedro Godim que esses atos que eu estava mandando publicar tinha sido falsificados: a assinatura do dr. Flávio Ribeiro tinha sido posta por mim e por... um filho de dr. Flávio. Ora, os atos foram assinados em presença de uma junta médica, e muito fácil seria o vice-governador Pedro Moreno Gondim, no dia seguinte, anular esses atos e até abrir um inquérito para apurar essa falsidade com exame grafológico. Mas os atos foram assinados pelo governador, eu assisti. Eu e o João Agripino não entramos no quarto. Fomos levar os atos eu e o deputado João Agripino Filho, em casa do dr. João Crisóstemo Ribeiro Coutinho, onde estava acamado o governador Flávio Ribeiro, mas ficamos num quarto grande, ficamos numa ante-sala, vendo... O governador foi levantado, a cama de hospital foi levantada um pouco para dar posição, botaram uma prancha, e ele assinou os atos. Como já naquele conjunto de atos que ele estava assinando, um a um, ele já estava cansado, a junta disse: "Bem, agora pára, não assina mais nenhum." Isto nós vimos e ouvimos. Dentro do quarto só havia os médicos, um filho do governador e a esposa, e uma enfermeira. Nós não entramos, nem eu nem o deputado João Agripino Filho. Então não fomos nós. Nem seríamos jamais capazes disso: nem eu, nem João Agripino, nem o dr. Francisco Leocádio Ribeiro Coutinho, o filho do dr. Flávio, nem o dr. José Mário Porto, que também foi acusado, este nem estava lá.

E.R. - Como ficou essa indisposição que vocês tiveram com o pessoal do Pedro Gondim, na medida em que ele assumiu o governo?

J.P. - Bem, isso causou uma impressão terrível. No outro dia de manhã, muito cedo, já às cinco horas da manhã, nós fomos distribuir gratuitamente o jornal pela cidade. Nós não saímos mais do jornal.

E.R. - Passaram a noite lá.

J.P. - E fomos distribuir o *Diário Oficial* gratuitamente e o jornal *A UNIÇÃO*, dando de mão e mão, pela madrugada - mais ou menos às cinco horas, nós estávamos no meio da rua, distribuindo às pessoas que passavam. Distribuimos esse jornal até sete horas da manhã. E daí é que fomos para casa. Isto causou um impacto terrível na opinião pública, e o governador Flávio Ribeiro viajou sem saber de nada mais disso, porque ele já viajara na noite anterior, de avião. O seu embarque se dera à noite. Salvo engano, ele embarcou de noite.

E.R. - Ele embarcou na noite do conflito.

J.P. - Na noite do conflito. Nem ele estava sabendo, nem tinha condições de saber. Mesmo que ficasse aqui, ninguém iria contar mais isso, porque ele iria embarcar e estava doente, estava proibido de receber visitas. A situação dele era mais ou menos grave. No início ainda com algumas esperanças, depois, porém, passou mais de um ano doente, de cama, no Rio de Janeiro, até que veio a falecer desse mal.

Enquanto o governador embarcava numa maca assim, o vice-governador agia por essa forma. Isto causou uma impressão muito negativa contra o Pedro Gondim na opinião pública, e ele perdeu substância perante o povo. Houve muita censura aqui no estado contra ele. Mas ele fez uma derribada total: demitiu gregos e troianos; foi da UDN, ele demitiu. E começou a governar só com o PSD, numa política de rancor e de perseguição. Dessa forma. Começou o governo assim.

E.R. - O único membro da secretaria que não foi substituído foi exatamente...

J.P. - O coronel Renato Ribeiro de Moraes.

E.R. - Era o chefe da...

J.P. - Era o comandante da Polícia Militar do estado. Era um coronel do Exército, exercendo também o cargo de comandante da Polícia. Ele depois reformou-se da ativa do Exército brasileiro como general. Ficou até meu inimigo por causa dessa luta; mas depois até fizemos as pazes, nos reencontramos na luta pela defesa da democracia, contra aquela anarquia que existia nos campos, na luta contra o Goulart. E ele era um homem democrata, e, no período de 63, nós nos reencontramos nos movimentos populares, nas praças públicas, dentro da mesma trincheira, defendendo os mesmos princípios, e aí fizemos as pazes. Porque ele era um homem bom, um homem de formação democrática, mas cometeu esse erro na vida pública dele: o erro, primeiro, de não ficar com o governador que saía. Ele talvez não se julgasse com o dever, porque ele era de origem pessedista. Mas no governo de pacificação, rompida a pacificação, ele continuou servindo a esse governo, merecedor da confiança do dr. Flávio. Depois, erro ainda é mais injustificável, porque ele - um homem de formação militar, um militar do Exército - não poderia cumprir uma ordem daquelas de um homem que ainda não era nada, era só o vice-governador e não estava no exercício do cargo de governador. Não era ainda a autoridade executiva constituída.

E.R. - A posse foi quando?

J.P. - No dia seguinte, às dez horas. Esse episódio se deu à noite, e a posse de Pedro Gondim se deu no dia seguinte às dez horas. Então ele não podia prematuramente ficar dando ordens, notadamente ordens dessa natureza.

E.R. - O senhor ficou afastado da política nos dois governos de Pedro Gondim?

J.P. - Não, aí, bem, eu então era suplente de deputado estadual. Como eu já disse, eu era suplente de deputado estadual e, como eu disse anteriormente, ficou gravado aí, eu exerci o mandato por licença. Houve, assim, sucessivos pedidos de licença, a Constituição permitia. Eu era, parece, terceiro ou quarto deputado suplente e exerci o

mandato de vez em quando, quase que o resto do período todo. Até que houve a eleição... A eleição foi logo, isso foi em... 57, essa coisa.

E.R. - A eleição foi em 60, não é?

J.P. - A eleição foi em 58, não é? A eleição para deputado estadual.

E.R. - Está certo, 58. A eleição para governo é que teria sido em 1960?

J.P. - Então eu me elegei deputado estadual. E me elegei muito bem, elegei-me folgadoamente.

E.R. - Nessa de 58, não é?

J.P. - Então o mandato que eu exercera, em parte, como suplente - por licença de alguns deputados da UDN, possibilitando o meu acesso -, me foi conferido pelo povo, na eleição seguinte de 58, em caráter permanente. Mandato de quatro anos mesmo, como eleito, permanente no sentido de permanência nesse período, porque o mandato é periódico. Mas eu fui eleito mesmo deputado estadual. Por uma votação realmente muito honrosa.

E.R. - Cinquenta e oito a 62?

J.P. - Cinquenta e oito, 59, 60, 61, não é isso? Eram quatro anos. A posse era em 58; 58 a 59, um ano; 59 a 60; 60 a 61. O mandato expirava em 62, não é isso?

E.R. - É. Sessenta e um inteiro.

J.P. - É. Sessenta e um inteiro e já no fim de 61 haveria nova eleição, quando fui reeleito.

E.R. - Em 62 o senhor foi reeleito.

J.P. - Em 61 eu fui reeleito, para a posse em 62.

E.R. - Foi nesse período que começaram a surgir os problemas das movimentações camponesas...

J.P. - É, justamente. Foi em 62, fim de 62 e mais em 63. O ano crítico mesmo foi o de 63 até o começo de 64.

E.R. - O senhor, nesse período todo, era deputado estadual?

J.P. - Eu era deputado estadual. Bem, mas eu era o líder, eleito deputado, fui escolhido o líder da oposição. Foi escolhido líder da UDN e, logo depois, líder da oposição. Fiz oposição ao governo de Pedro Moreno Gondim.

Mas Pedro Gondim alimentava anseios de permanecer no cargo através de uma eleição e mandou estudar a matéria através de alguns constitucionalistas. Obteve pareceres de que ele era elegível, desde que se desincompatibilizasse alguns meses antes, como a Constituição previa. Ele, então, estava munido desses pareceres e começou a fomentar a sua candidatura. Começou a surgir um movimento pela sua candidatura ao governo do estado. O PSD não estava muito inclinado a apoiar essa candidatura.

E.R. - Por que o senhor acha que o PSD preferiu ficar com o Janduí Carneiro do que aceitar a candidatura de Pedro Gondim?

J.P. - Porque o Pedro Gondim, apesar de ter vindo para o governo pela legenda do PSD, tinha sido vice-governador quase que por um fato emocional. Quase que tão-somente por isso. O vice-governador na chapa de pacificação não era Pedro Gondim. O indicado pelo PSD era o sr. Severino Lucena, pai do deputado Humberto Lucena. Mas Pedro Gondim era compadre de Rui Carneiro e por esse tempo ficou viúvo da primeira esposa. E sofreu muito. Ele é um homem muito afetivo, muito sentimental, de muita sensibilidade. E vivia chorando, muito acabrunhado com a morte da primeira esposa dele, que era, aliás, uma grande dama, uma senhora distintíssima. E isso comoveu muito o PSD. Então Pedro estava sem ânimo para lutar, para trabalhar, para coisa nenhuma, nem mesmo para cuidar dos negócios dele. E convenceram Rui Carneiro, compadre de Pedro Gondim, que era outro homem muito afetivo, grande coração, que seria uma oportunidade...

E.R. - Quem era esse?

J.P. - Rui Carneiro, o chefe do PSD... Convenceram que seria uma coisa muito justa dar aquela oportunidade a Pedro. Seria uma forma de reanimá-lo, de restaurar o homem. E quando o assunto foi levado mais profundamente, inclusive por Pedro Gondim, o Rui Carneiro emocionou-se muito, e daí veio a candidatura de Pedro Gondim a vice-governador. Rui afastou a de Severino Lucena, seu fraternal amigo também, mas deu as explicações.

Pedro, então, já tinha tido essa oportunidade. O PSD achava que Pedro já tinha tido uma contemplação muito grande - era isto o que se explicava, o que se dizia - e não aceitava sua candidatura, achando que ele já tinha tido a sua vez, já tinha governado o estado como governador interino, como vice-governador chamado interinamente a governar o estado, e que a vez deveria ser de outro correligionário. Havia um movimento muito forte dentro do PSD em prol de dois homens, duas alas: uma queria o Humberto Lucena, outra queria o Janduí. O Janduí foi a ala mais forte, a ala majoritária, e Pedro Gondim não aceitou isso. Antes, se pretendia obter um compromisso de que qualquer dos...

[FINAL DA FITA 2-B]

E.R. - Ele teria medo, então, de perder na convenção, não é?

J.P. - É. E Pedro não aceitava essa solução, porque Pedro queria ser candidato de toda forma. A gente tem que dizer a coisa como ela é, a verdade histórica. O Pedro Gondim já estava com uma legenda na mão.

E.R. - Que era a do PDC.

J.P. - A do PDC. Vários dos seus amigos já tinham se filiado ao PDC - os seus amigos mais íntimos -, dos seus correligionários e alguns elementos do PSD que obedeceriam a orientação dele, estavam trabalhados para, na hora oportuna, se abrigar nessa legenda.

E.R. - Ele foi inscrito pelo PSB, não é?

J.P. - Não, ele foi candidato do PDC. Essa questão de inscrição do PSB... O partido dele era o PDC. Talvez até o PSB tenha sido, naquela ocasião, por uma manobra política de Pedro Gondim, o primeiro a requerer o registro. Porque quem podia requerer primeiro ou era o PDC, ou era a UDN, que estava apoiando a sua candidatura, ou o próprio PDC. Talvez ele tenha feito, ou por sabedoria do PSB. ...Mas o PSB, partido socialista, era um partido pequeníssimo insignificante...

E.R. - Era só uma questão de registrar.

J.P. - Registrar. O partido grande que apoiava Pedro Gondim era a UDN. Depois, muito longe da UDN, vinha o PDC, porque ele trazia um grupo do PSD. Então este grupo do PSD traria a maioria, porque a UDN e PL estavam unidos. Então: primeiro UDN, segundo PL, depois vinha o PDC, que ele ainda estava formando.

E.R. - A UDN queria entrar no poder pela dissidência de Pedro Gondim...

J.P. - O candidato da UDN ao governo do estado seria o dr. João Agripino, que já era o candidato natural do partido desde quando houve a pacificação. A pacificação adiou a candidatura de João Agripino. Porque vindo um nome da UDN, como o nome de dr. Flávio, um nome honrado, um nome digno, não poderia ter sentido qualquer udenista impor a sua candidatura, para evitar o movimento da pacificação. E poderia levar o partido a ter uma derrota, não é? Então João Agripino, que já estava com a sua candidatura lançada... Porque naquele tempo, por exemplo, já o PR tinha lançado a candidatura de João Agripino. Mas João Agripino não era do PR. O PR era um aliado que tomou a iniciativa de lançar para precipitar os acontecimentos. Compreendeu bem? Mas João Agripino era da UDN. Mas o PR apoiava...

E.R. - A sua candidatura chegou a ser lançada...?

J.P. - Chegou a ser lançada pelo PR, pelo Partido Republicano. Mas em face da pacificação, aparecendo o nome de dr. Flávio para pacificar o estado, ele abriu mão. Então ficou adiada a candidatura de João Agripino.

E.R. - E ficou adiada de novo, depois, não é?

J.P. - De novo seria o candidato natural do partido, da UDN.

E.R. - E não foi por quê?

J.P. - Não foi porque, Pedro Gondim, saindo do PSD..., a campanha da UDN seria muito mais fácil. O objetivo principal...

E.R. - Talvez ele tivesse montado uma máquina, já estava há dois ou três anos no governo.

J.P. - Já. Já. A campanha dele foi em 60.

E.R. - Ele ficou sete anos ao todo, não é?

J.P. - Não, sete anos não, porque dr. Flávio saiu em 57, não é?

E.R. - Então, 58, 59, 60...

J.P. - Mas ele, aí é que vou explicar. Porque eu disse licença e depois renúncia. Depois ele renunciou ao cargo. Dr. Flávio renunciou ao cargo e, com a renúncia, Pedro Gondim passou a ser definitivamente o sucessor. Então ele teve que sair, desincompatibilizar-se...

E.R. - Para poder recandidatar-se.

J.P. - Para poder recandidatar-se.

Bem, mas como eu ia dizendo, Pedro Gondim apareceu já com o partido em formação. O partido já tinha vários amigos dele, a legenda do PDC...

E.R. - E João Agripino ficou preterido mais uma vez...

J.P. - João Agripino então, cujo adversário principal era o PSD... O adversário principal da UDN era o PSD, eram os Carneiros, Rui Carneiro, Janduí, essa coisa toda.

E.R. - Ele passou mais em termos de partido do que em termos de...

J.P. - De ganhar. Ele pensava de ganhar Pedro Gondim para a UDN, para fortalecer cada vez mais a UDN. Mas foi engano, porque Pedro Gondim não ingressou na UDN. Esperava-se que, inclusive, Pedro Gondim, após a eleição, com todos os seus amigos, ingressasse na UDN. Porque ele teria usado aquele partido, aquela legenda, como uma fórmula. Esta era a grande esperança da UDN, era a convicção. Um partido de âmbito estadual... fortíssimo, e de âmbito nacional também forte. Depois do PTB e do PSD era o terceiro partido; e na Paraíba era o mais forte dos partidos isoladamente. Esperava-se que Pedro Gondim viesse para a UDN. Mas Pedro Gondim estava com a idéia de formar uma liderança no estado. E ele, que tinha qualidades, tinha méritos para isso, não corresponde, portanto, àquela expectativa da UDN. Ele não foi aquilo que a UDN esperava para a UDN. Tanto que ele não governou propriamente com a UDN. Ele foi para o governo do estado, levando uma ala sua que encastelou nas posições, deu uma ou duas secretarias à UDN, mas sem consultar o partido, nomeou os secretários que bem quis e entendeu, João Agripino não foi ouvido, nem ninguém do partido. Ele fez o governo de Pedro Gondim, procurou fortalecer o PDC. Bem, e nessa idéia de fazer uma liderança, forte, pujante, de se tornar o *primus inter pare*, ele fez uma campanha muito bonita. A campanha dele pegou fogo na Paraíba, ele foi um homem de muita aceitação pelo povo, como você diz, populista. E teve muita sorte em tudo quanto diz respeito a essa campanha. Os *slogans* que lançou...

E.R. - "O homem é Pedro..."

J.P. - "O homem é Pedro, está com medo, está com Pedro." O povo aceitou isto, e a campanha foi uma das mais bonitas que já houve. Mas feita com a UDN, ali junto, todos nós lutando. Desde a campanha porém...

E.R. - Era o apoio da UDN...

J.P. - Do PL, PDC, que ele formou, quer dizer, uma ala do PSD que ele tirou e esse PSB que era um partido pequeno. Partido do PSB nunca houve aceitação. Dizia-se até brincando que o PSD, Partido Socialista Brasileiro, podia se reunir dentro de um automóvel.

E.R. - Era o Osvaldo Trigueiro do Vale...

J.P. - Era Osvaldo Trigueiro do Vale; Cláudio Santa Cruz Costa; depois apareceu Assis Lemos, que na época ainda não era e, depois, até se fortaleceu um pouco.

E.R. - José Joffily entrou...

J.P. - José Joffily entrou depois, que era do PSD, mas para se candidatar a senador usou a legenda do PSB, veio para o PSB. Quer dizer, na campanha seguinte ele já estava fortalecido. Porque o Pedro Gondim fortaleceu muito o PDC e o PSB, em detrimento do PL. Este se acabou praticamente, minguou. Dr. José Américo saiu da política, o grande líder, os amigos ficaram ao Deus dará. Os amigos ficaram ao Deus dará, então o PL é que sofreu uma *capitis diminutio* tremenda. Quem cresceu... A UDN não se enfraqueceu mas não cresceu, e pode-se dizer até que ela foi prejudicada por esse acordo com Pedro Gondim, politicamente, porque ela podia ter feito o seu governador, ter crescido mais ainda, não é? Mas a hora não era da UDN, nem era do João Agripino, a hora era de Pedro. E tornou-se a coqueluche, foi, talvez, a campanha mais bonita que já houve aqui, de maior aceitação popular, tanto assim...

E.R. - A diferença dele para o segundo lugar foi imensa.

J.P. - Foi imensa. Tanto assim que ele ficou tão envaidecido, tão orgulhoso dessa aceitação do seu nome, que ele passou logo, já de meio para o fim da campanha, a desprezar um pouco a UDN.

E.R. - Já sentindo uma certa independência.

J.P. - Já, ele só dava bola para o Vital do Rego, seu futuro genro, que depois se casou com a sua filha, aliás um rapaz muito inteligente, de muito valor, que era deputado estadual; para o Robson Espínola; para o Sílvio Porto, que ele trouxera do PSD, rompeu com o PSD e veio com ele para o PDC; para o Valdir dos Santos Lima, que este foi cria política dele. Então era esta gente que mandava no estado e que ele deu importância. E depois aos elementos do Partido Socialista Brasileiro e aos elementos de esquerda, quando o movimento de esquerda começou a tornar forte pelo impulso que recebera do mundo oficial federal, das autoridades federais.

E.R. - E nesse tempo, no segundo governo dele, foi que Jânio cai e entra...

J.P. - É. Jânio foi eleito na campanha de 60, ao mesmo tempo em que foi eleito Pedro Gondim governador do estado.

E.R. - O Pedro Gondim apoia o Lott, não é?

J.P. - O Pedro Gondim fez aqui umas coisas que ninguém entende. Para uso externo, para uso externo, ele dava um apoio a Lott... Eu tenho que dizer isto, eu gosto muito de Pedro Gondim, mas é a verdade histórica. Ele dava um apoio a Lott através desse PDC, mas um apoio que era só para uso externo. O Jânio, trazido por João Agripino aqui para fazer o comício, vinha com a recomendação, com a solicitação do partido, de recomendar Pedro Gondim. E Jânio não quis recomendá-lo, foi serviço para se demover Jânio disso. Porque Jânio estava ciente desse jogo de Pedro Gondim, mas...

E.R. - E Jânio acaba apoiando Pedro Gondim?

J.P. - Apoiou. Mas terminou pela argumentação, pela dialética de João Agripino junto a ele e pelas condições que ele impôs... A candidatura de Lott cristianizou-se perante os esquemas de Pedro Gondim, ninguém obedeceu. A UDN... E aí o Pedro Gondim passou e, de certo modo, silenciar. E nos comícios de Pedro Gondim, nós recomendávamos era Jânio mesmo. Jânio recomendou Pedro aqui.

E.R. - E Jânio, recomendando Pedro, poderia levar toda essa massa que estava apoiando Pedro para votar com ele...

J.P. - Mas em compensação toda a massa de Jânio, que era muito maior que a de Pedro, porque era a massa disciplinar, fiel de lealdade partidária da UDN... Se você conversar com Pedro Gondim, ele dará uma explicação diferente da minha, justamente a oposta - não sei se você já o entrevistou -, ele vai dar que era ele. Ele foi realmente um grande líder na campanha. Mas não era só ele não. Jânio era líder nacional, a coqueluche por Jânio foi um fenômeno no país inteiro. Depois o país se arrependeu, não é?

E.R. - Exato.

J.P. - Aqui na Paraíba, eu tenho a impressão, tenho a convicção... É a história, o "se" na história, nós não sabemos se poderia, mas a minha impressão pessoal era que se Jânio estivesse recomendado outro candidato, o Pedro ganharia, porque estava com o apoio das maiores forças políticas e o nome dele era muito simpático ao povo. Mas a diferença era irrisória, porque Jânio também era um fenômeno. Olhe lá, eu, por exemplo, que sou um homem disciplinado, de formação universitária, como iria ficar em dificuldades se o meu candidato a presidente da República... O próprio João Agripino, como não ficaria,

se chegasse aqui o Jânio e dissesse: "Não apóio o sr. Pedro Gondim porque ele está dando apoio através de um partido assim, assim, ao general Lott. Então os que me apóiam..." Com aquele jeitão dele... Como nós ficaríamos nisso? Pelo menos sem Elã para lutar por essa campanha. Elã que já vinha desmerecendo um pouco, porque o Pedro Gondim adotava um sistema terrível de projetar, nos comícios, nas concentrações, o seu... o herdeiro presuntivo do trono, o seu grupinho. Em detrimento de oradores como Ernâni Sales, em detrimento de oradores como Raimundo Asfora. Qualquer um de nós que ia falar no comício dele, não tinha maior significação. Agora, quando chegava - aí interrompendo até o discurso de quem quer que fosse - o dr. Vital do Rego, as trombetas e os clarins do candidato, das forças gondinistas, troavam e enunciavam, pretensiosamente até: "atenção, Paraíba, atenção, Brasil, vai falar agora" - ou está chegando agora, ou vai falar agora - "o deputado Vital do Rego!" Então era esta a política de Pedro, que desgostou, de certo modo, a cúpula da UDN. Houve reclamações tremendas, mas nós não podíamos fazer nada, porque já estávamos no fim da campanha. Desde aí eu quero assinalar o comportamento exclusivista de Pedro Gondim, formando uma liderança sua, começou logo... Na composição do seu secretariado ele não ouviu a UDN, nem João Agripino pessoalmente. João Agripino pelo menos nos disse que não. Apenas comunicou, já no dia da posse, ou na véspera da posse, qual seria o secretariado, dando como da UDN um que realmente era um homem da UDN e outro lá. Mas foi uma escolha dele, ele escolheu dentro da UDN quem ele quis, não foi indicado pelo partido. Vá lá, é um processo de livre escolha.

E.R. - Ele ficou também numa situação delicada por esse apoio integral porque, ao mesmo tempo que era apoiado pela UDN, que é uma força conservadora dentro do estado, tradicional, ele foi apoiado também por forças mais de esquerda, por forças mais populistas.

J.P. - Mas é preciso de ver o seguinte: Partido Socialista não existia na Paraíba.

E.R. - Mas, por exemplo, as forças ligadas às Ligas Camponesas.

J.P. - Isso veio depois. E inclusive pelo impulso que o governo de Pedro Moreno Gondim deu a essas forças de agitação. Tanto o governo federal como ele.

E.R. - Porque o governo federal era propício à sindicalização, mesmo rural, não é?

J.P. - Mas sindicalização é uma coisa que todos nós de bom senso aceitamos. O que as Ligas Camponesas, porém, faziam era outra coisa.

Bem, o governo de Pedro Gondim, prosseguiu assim cheio de altos e baixos. Ele fez um governo mais ou menos bom, não foi ruim o governo dele não, o governo dele foi bom. Não foi ótimo como ele, porventura, pode pensar, mas foi um dos bons governos que o estado teve. Não foi um dos melhores. Melhor do que o dele foi o de Osvaldo Trigueiro. Melhor do que o dele, muito melhor do que o dele, mil vezes melhor do que o dele, foi o de José Américo de Almeida. O de dr. Flávio não se pode falar que tenha sido um governo excepcional, boníssimo, ótimo, porque dr. Flávio governou quase dois anos, não chegou a completar dois anos. Mas ia se iniciando muito bem, ia começando muito bem. Mas o governo de Pedro Gondim foi mais ou menos bom. O grande erro do governo de Pedro Gondim, ao meu ver, foi não saber reagir à agitação da época, não saber se impor - reagir com as forças da lei, sem cometer despautério -, mas permitir que o estado se conflagrasse.

O segundo erro de Pedro Gondim foi governar com um grupo - um grupo que o sacrificou. Em função desse grupo ele depois se sacrificou. Não quero entrar no mérito para apontar isso ou aquilo, porque a história é muito recente, a Paraíba é muito pequena, nós somos amigos e tudo, mas foi esse grupo que o sacrificou. Pedro Gondim foi cassado, ao meu ver, na interpretação histórica que dou à sua cassação, por duas coisas. Primeiro, a sua conduta à frente do governo em relação ao problema da agitação, da comunização cada vez mais crescente, do perigo de comunização e da anarquia reinante que havia naquela época. Ele se portou mal ao meu ver - estou dizendo isto

porque na época eu divergi dele -, acendendo uma vela a Deus e outra vela ao diabo. Estava com as Ligas Camponesas e com a esquerda para valer e, nas horas mais difíceis, ele chegava a tomar uma posição, às vezes, até surpreendentemente radical contra aquilo que ele apoiava. No entanto muito mais com o diabo do que com Deus. Acendia velas a Deus também. Muito mais, porém, ele acendia ao diabo do que a Deus. Ele estava convencido de que aquilo era um movimento irresistivelmente vitorioso.

E.R. - O senhor, nessa fase toda, era deputado estadual.

J.P. - Deputado estadual. E homem da UDN que apoiava o seu governo.

E.R. - Como é que o senhor começou a se envolver com esse problema das Ligas Camponesas...?

J.P. - Vamos, então, entrar nas Ligas Camponesas, você está muito interessado em saber. Eu sempre fui um homem que jamais aceitei os regimes totalitários, sejam eles de direita, sejam de esquerda. E numa época de radicalização isso é muito ruim. O político que é oportuno vai com a onda. O que defende convicções muitas vezes sofrer as conseqüências de ser firme na defesa de seus princípios. Já lhe contei, no início da minha conversa, que antes da redemocratização eu fui fichado como comunista. Eu não lhe contei isso, não?

E.R. - Não. Contou não.

J.P. - Não? Que combati a ditadura nipo-nazi-fascista, combati a ditadura de Vargas.

E.R. - Isso no fim do Estado Novo.

J.P. - É. No fim do Estado Novo. Pois bem, naquela época - contei isso, está na entrevista gravada -, eu combati o nazismo, o fascismo, fui para a praça pública, foi aí que despertaram os meus pendores para a vida pública, não é? E nessa época eu fui fichado como comunista, pela polícia do Estado Novo. Era considerado comunista, cheguei a ser fichado. Pois bem, na fase do governo goulartista, naquela fase de agitação, eu era considerado fascista, entreguista, vendido aos trustes internacionais e aos latifundiários da Várzea. Conseqüentemente, eu não teria vez, jamais, com a vitória dos comunistas, nem com a vitória dos direitistas, dos fascistas. Porque, de uma vez, eu fui considerado comunista; de outra vez, eu fui considerado fascista. Bem se vê que eu não sou nem uma coisa nem outra. Quando surgiram Ligas Camponesas na Paraíba...

E.R. - Em que período surgiram?

J.P. - Surgiram, mais ou menos, em fins de 62 e em começos de 63 a se ampliar. Sobretudo em começos de 63. Em 62 ainda muito rudimentarmente - fins de 62. Nesse começo de 63, então, começou a tomar corpo e durante o ano de 63 foi num crescendo tremendo. Até se chegar ao que se se chegou. Quando surgiram as Ligas Camponesas na Paraíba, eu me lembro muito bem de que o deputado Assis Lemos era meu colega de Assembléia: ele, na legenda do Partido Socialista Brasileiro, tinha sido eleito; eu já reeleito na legenda da UDN. Nos dávamos muito bem, fomos contemporâneos de Liceu, eu sempre tive com ele ligação de amizade, e ele comigo. Ele me procurou para ser um dos colaboradores, dizendo que era um movimento de sindicalização para o operário rural, para o trabalhador do campo, e eu assinei um carnê e fui contribuinte das Ligas Camponesas. A coisa mais simpática do mundo era a sindicalização do homem rural, do homem do campo. Paguei vários meses.

E.R. - Foi o Assis que foi ao senhor e pediu?

J.P. - Que me pediu, que me solicitou, e eu disse: "Perfeitamente, isto é a coisa mais simpática do mundo."

E.R. - Ele era de que município?

J.P. - Ele queria fundar naquela área; não me lembro bem se já era a de Sapé ou de Santa Rita, mas um município aí da Várzea. Eu então achava a coisa mais simpática do mundo a sindicalização do homem do campo, o homem do campo reivindicar os seus direitos através de uma sindicalização. Quem não é favorável a isto? Só se for um espírito muito reacionário, muito tacanho, e eu quero lhe dizer, a bem da verdade histórica, que atendi com o maior agrado, com o maior prazer, o apelo do...

E.R. - O senhor era contribuinte?

J.P. - Fui contribuinte durante vários meses. Eu resolvi me desligar das Ligas Camponesas, quando elas chegaram àquele auge de agitação. Logo após o assassinato de João Pedro Teixeira, foi que me desliguei das Ligas Camponesas, porque aí eu estava vendo que a coisa não era sindicalização; era agitação, era subversão. Aí eu já estava do outro lado. aí pedi para cancelar, tirar meu nome daquilo.

E.R. - Até então o seu entendimento com o Assis era...

J.P. - Não, sempre me dei muito bem com ele. Nem sou inimigo pessoal dele ainda hoje; só se ele é meu, gratuitamente. Não sou de nenhum... O Agassis de Almeida, que também formou nesse bloco; o outro irmão dele... Tanto o Agassis quanto o irmão eram deputados; o Figueiredo Agra, todos eles eram meus amigos pessoais hoje e continuam meus amigos. Assis, eu nunca mais o vi, ele foi embora para o Rio de Janeiro. Eu vim ver Assis depois, e ele me cumprimentou. Tem até episódios interessantes sobre isso, para mostrar meu espírito desarmado. Eu inclusive podia ter me aproveitado e botado Assis na cadeia.

E.R. - Vitoriosa a revolução.

J.P. - É. Com o depoimento que eu fui convocado a dar. E depois vou lhe contar que eu não dei esse depoimento.

Mas vamos às Ligas Camponesas...

E.R. - Elas surgiram na Várzea.

J.P. - Elas surgiram primeiro nessa região da Várzea: área de Sapé, Pilar, Santa Rita; depois pela Caatinga, Mulungu, foram espalhando. Mas começaram ali na região da Várzea. A capital, o centro mesmo, era Sapé, Mari, aquela área.

E.R. - Os proprietários não se sentiam ameaçados, esse início?

J.P. - Ninguém poderia se sentir ameaçado no início, porque a predicação não era de causar receio a ninguém.

E.R. - Naquela época eles estavam reivindicando o quê?

J.P. - A organização do operariado em sindicatos, chamados Ligas Camponesas, mas era o esforço inicial para a sindicalização rural, registrar etc., porque inclusive todo mundo aceitava isto, a não ser um proprietário mais tacanho... Existe proprietário que... Como em toda classe existe gente boa e ruim, não é? Existe proprietário da mentalidade que nós sabemos como é. Mas existe muito proprietário de mentalidade mais avançada, mais arejada, que não vai resistir contra uma coisa dessas, que faz concessões.

E.R. - Era para reivindicar direitos de classe...

J.P. - Era a sindicalização visando isto: a reivindicação dos direitos da classe do trabalhador, melhores salários, áreas de terra para plantar, a extinção daqueles regimes de trabalho ainda feudais, cambão etc. Através de um órgão de classe, se poderia fazer muito mais forte e enérgica a reivindicação dessas coisas. Reivindicar direitos dos trabalhadores perante os empregadores. Bem, eu contribuí, portanto, para as Ligas Camponesas. Desde a sua fundação, que se deu, mais ou menos, ao meu ver, salvo engano, eu não estou com as destas assim, mas se deve ter dado em fins de 62; intensificando-se o movimento cada vez mais nos começos de 63. E durante todo o ano de 63 a coisa pegou fogo, como se diz. Bem, formaram-se as Ligas Camponesas. Vinham-se, porém, notando após o plebiscito federal - feito por João Goulart para extinguir o regime parlamentar e ele retornar ao Presidencialismo -, vinha-se, porém, notando em todo o país, partindo do centro para a periferia, de cima para baixo, um movimento de agitação cada vez maior, cada vez mais crescente.

E.R. - A partir do governo federal, não é?

J.P. - É. Do centro para a base, do centro para a periferia, do alto para baixo, isto é, do governo central...

E.R. - Para os governos estaduais e para os municípios.

J.P. - É. Para as classes menos favorecidas. Quer dizer, do centro ativo do poder, digamos assim em linguagem mais rica, mais científica, para a periferia passiva dos governados. Era a agitação que, começou a se sentir, vinha se intensificando: tanto nos sindicatos urbanos, nos movimentos de greve, na criação de organismos que até então não existiam, como o CGT*, a PUA** etc., Comando Central de Greve, o CGT, coisa dessa natureza - a interferência cada vez maior de certas lideranças oficiais nos sindicatos. E, depois, com a criação desses órgãos nos campos, notadamente em Pernambuco e na Paraíba, foi se observando que aqueles órgãos iam seguir a mesma orientação, agitação. Então começou a haver uma apreensão com relação à atuação desses órgãos. Nas áreas em que eles atuavam a coisa começou a se tornar, vamos dizer, mais aguerrida. Não era apenas reivindicação, era em termos de briga, de exigência...

E.R. - Como é que era a atuação das Ligas?

J.P. - O indivíduo ia e plantava num pedaço de terra, numa área de terra alheia: invadia, fazia um regime de mutirão - um grupo de 12 ou 15 homens -, roçava a terra. Dentro de um dia ou dois, quando o proprietário vinha, estava plantado. "Quem plantou?", perguntava. E se dizia: "Eu." "Mas com ordem de quem?", perguntava o proprietário. "Não, é porque isso aqui, eu sempre morei aqui perto, o senhor sabe que eu sou morador, pá-pá-pá, pá-pá-pá..." Respondia ele.

E.R. - Quer dizer, eles estavam plantando para cultivo próprio...

J.P. - Onde queriam e entendiam. A tônica era que quem plantava, ou quem morava na terra, era o dono da terra e acabou-se. Aí começou a se falar, também, em reforma agrária, que, em tese, é a coisa mais justa do mundo. O governo federal lançou a campanha das reformas, reformas agrárias, as chamadas reformas de base... a reforma sindical, a reforma, entre elas a reformas agrária. Quem é que não quer uma reforma agrária? Mas uma reforma agrária é uma coisa complexa e séria. Não é tomar a terra de quem tem para dar a quem não tem, porque isto não é reforma nada, isto é apenas transferir a miséria. Não é criar um regime de agitação nos campos em que o sujeito não pode mais ter tranquilidade para trabalhar. A invasão das propriedades, que começou a ocorrer, tanto em Pernambuco como aqui...

* CGT - Comando Geral dos trabalhadores (1962-1964)

** PUA - Pacto de Unidade e Ação

E.R. - Uma coisa interessante é que em Pernambuco o que predominava é a cultura canavieira, e lá o sistema...

[FINAL DA FITA 3-A]

E.R. - Esse sistema mais de assalariado, permitir que as Ligas se localizassem, era mais dentro das fazendas, das usinas de cana-de-açúcar. Aqui, acho que a natureza das Ligas Camponesas era diferente. Porque aqui o que o camponês reivindicava era um pedaço de terra para plantio próprio, não é?

J.P. - Não era só para isso não. Tocavam fogo nos canaviais, faziam invasões. A coisa se portou de uma maneira, que era já uma guerra revolucionária mesmo. Os membros da Liga reuniam duzentas, trezentas pessoas, quinhentas, às vezes oitocentas. Uma vez reuniram oitocentas pessoas. A mão armada. Armados de foices, de rifles, de fuzis - ninguém sabia onde que eles arranjaram -, de revólver, de espingarda, atacando nas estradas. Atacando nas estradas os transeuntes, paravam o carro, obrigavam a dar viva às Ligas Camponesas...

E.R. - Isto aí naquela zona do Brejo.

J.P. - É, porque o Sertão não teve isso não. Era de Mulungu, Guarabira, Sapé, para cá. Guarabira para cá. Sendo que o foco principal era Sapé e Mari.

E.R. - Aquela cultura ali o que era?

J.P. - Cana também. Tem cana-de-açúcar, tem agrave, tem abacaxi, sobretudo abacaxi e fumo. Mas as três culturas predominantes da área são: a cana-de-açúcar, tanto da usina Santa Helena, que fica no município de Sapé, como dos fornecedores, dos proprietários que fornecem à usina, os fornecedores de cana; o plantio de abacaxi, que são grupos de proprietários que se dedicam ao plantio desse produto, dessa cultura para a exportação, grandes áreas de abacaxi; e o fumo. Ao lado disso, há pequenas propriedades que fazem certa agricultura de subsistência - o inhame se planta muito lá...

E.R. - Os elementos da Liga eram de que natureza? Era pequenos proprietários, eram o quê?

J.P. - Os elementos da Liga, tinha de toda natureza. Havia pequeníssimos proprietários de pequenas áreas, de minifúndios, mas estes em número menor.

E.R. - Sítiosinhos?

J.P. - É. Muito menores esses, que entravam na Liga já com medo da Liga, não era ideologia. Havia os que não tinham terra ou eram moradores, trabalhadores contratados, alugados, de usinas de fazendas etc. Estes com ambição de ter um pedaço de terra, porque se prometia que ia-se dar um pedaço de terra a eles, não é? Também não tinham nenhuma ideologia. Eles não sabiam o que era comunismo. Havia os agitadores profissionais com cursos em Cuba, como o Nego Fuba, Pedro Fazendeiro. Este João Pedro Teixeira, que foi assassinado, era um sapateiro de Jaboatão. Foi importado de lá, foi mandado de lá pelo Partido Comunista do Brasil para a área de Sapé, bancando o camponês, que ele nunca foi, para agitar aquela área.

E.R. - Esse foi o...?

J.P. - Esse era o João Pedro Teixeira, esse era sapateiro em Jaboatão. Os anais da Assembléia registram isso. Eu cheguei a declarar isso e apresentar documentação disso, de que a profissão dele era sapateiro.

E.R. - Jaboatão fica onde?

J.P. - Pernambuco. Ele foi... É uma cidade muito comunista lá, nas proximidades de Recife, e um núcleo comunista muito forte. Ao tempo em que o Partido Comunista estava na legalidade, parece que chegou até uma vez a eleger um prefeito.

E.R. - Lá em Jaboatão?

J.P. - É, em Jaboatão, nas proximidades de Recife. Então ele veio de lá.

Então as Ligas Camponesas se revelaram instrumento de agitação, de saque à mão armada, de luta fratricida. Na Paraíba as Ligas faziam invasões de propriedades. Marcava-se o dia da invasão: tal dia vai ser invadida a propriedade do sr. fulano de tal. E íamos ao governador reclamar providências. O governador Pedro Moreno Gondim fazia ouvidos de mercador. Dizia: "Eu não posso evitar isso etc." E as ordens que dava através do sr. Sílvio Porto, que era secretário de Interior e Justiça, eram para a Polícia não interferir. Esse homem também foi cassado pela revolução.

E.R. - O Sílvio Porto?

J.P. - É. O Sílvio Porto. É preciso dizer qual foi a participação dele. Ele não foi um homem; ele seguiu a orientação de Pedro Gondim, que era passar a mão por cima, dar mão forte às agitações da Liga Camponesa. Então marcava-se o dia da invasão de tal propriedade.

E.R. - E qual era o objetivo dessa tal invasão?

J.P. - A invasão era para fazer o saque, distribuir a terra com o camponês, cada um ficar plantado como queria, gerar inquietação, o proprietário se assombrar e não ir mais lá, como houve caso. O Pedro Ramos, lá de Miriti, e os filhos nunca mais pisaram na terra. O dr. Clóvis Marinho, que foi inclusive um homem que lutou pela candidatura de Pedro Gondim e tudo o mais, ficou tão assombrado com o negócio, que vendeu a propriedade dele a preço de bolo. Vendeu barato. A um homem que teve coragem de enfrentar a situação, um sujeito até de Pernambuco, João Teobaldo, que com isso ganhou muito dinheiro. Só num loteamento que ele fez, em áreas, em hectares, para vender pequenas propriedades nessa propriedade que adquiriu, ele ganhou muito dinheiro.

E.R. - O João Teobaldo?

J.P. - João Teobaldo, de Pernambuco.

E.R. - Ele comprou a propriedade de quem?

J.P. - De dr. Marinho.

E.R. - Onde é que era essa propriedade?

J.P. - Era aqui, perto de Sapé. Entre Espírito Santo e Sapé. Acho que ficava no município de Espírito Santo. Dr. Marinho.

Pois bem, as Ligas Camponesas se transformaram nisso, se revelaram ser isso. Agora, entre outras pessoas, o sr. Assis Lemos, deputado estadual...

E.R. - O Assis Lemos é que estava à frente?

J.P. - O Assis Lemos arregimentava, orientava, dirigia as invasões e, por fim, até afoitamente, já mais afoitamente - seguro, não sei de quê -, ele participava, ia à frente, com um chapéu de matuto, chapéu de palha, vestido a caráter, comandando a invasão, dirigindo as invasões.

E.R. - O pessoal do Julião tinha menos penetração do que o Assis aqui.

J.P. - Não, aqui o Julião vinha esporadicamente, a convite deles: a convite do Assis, a convite do Agassis de Almeida, do Figueiredo Agra, do Langstein de Almeida, deste povo. E do José Joffily Bezerra.

O José Joffily passou a se empolgar pelo movimento. Ele é homem de idéias esquerdistas, nunca negou e nessa época foi quando ele saiu do Partido Social Democrático e resolveu candidatar-se a senador pelo PSB. Achou certamente que era a oportunidade dele ser senador. Achou que o movimento já estava tão forte, que daria para eleger um senador. Aí foi o engano dele.

E.R. - Porque 90% dos camponeses, inclusive, são analfabetos, não é?

J.P. - E não era só isso. É que muita gente que estava naquilo... Quando a desordem campeia livremente, atrai tudo quanto é rebotalho humano, não é? Rebotinho humano. Mesmo para fazer anarquia, para depredar, para saquear. Aqui os canaviais eram incendiados sistematicamente.

E.R. - Foram incendiados?

J.P. - Vários.

E.R. - Quais foram os canaviais?

J.P. - Em várias propriedades. Nas propriedades de Ribeiro Coutinho; nas propriedades de Aginaldo Veloso Borges; em várias propriedades, nas propriedades de Henrique Vieira de Melo. Quando via, saía um incêndio. Porque a coisa mais fácil é fazer um incêndio no canavial: é botar uma vela acesa, cercar aqui, junto da vela, com palha seca, faz ali o ninho para o fogo - quando a vela termina de queimar, queimou já na palha. Ora, o sujeito que botou essa vela aí, quando..., já está a não sei quantas léguas de distância, não sei quantos quilômetros. E ainda agora está havendo incêndios no canaviais, ao que se diz, tudo...

E.R. - Agora?

J.P. - Agora, e muito mais séria a perspectiva que se desenha, do que a do tempo das Ligas Camponesas. Porque ao tempo das Ligas Camponesas sabia-se quem estava enfrentando. Para ganhar ou para perder, tinha que se entrar na luta, era uma guerra revolucionária. Mas agora, como combater esse que aí está, que é comandado e dirigido pelo clero?

E.R. - Atualmente?

J.P. - Atualmente. O sr. arcebispo metropolitano, dom José Maria. (Eu não quero, absolutamente... eu até o admiro como pessoa humana, como homem inteligente, não quero absolutamente fazer uma acusação leviana, estou fazendo uma revelação que é exata e procedente.) Ele e o bispo auxiliar de Guaratiba, ao lado de vários elementos do clero, não é todo o clero. Padres belgas, padres holandeses, freiras das duas nacionalidades, importados de outros países aqui para o Brasil, estão pregando abertamente a agitação. Fazem reuniões, em propriedades aí, como faziam as Ligas Camponesas, eles fazem hoje de uma maneira ainda mais perigosa. Porque naquele tempo já era agitação, era a luta armada e fratricida, era mais aberta. Na Paraíba morreram vinte e duas pessoas, naquela época.

E.R. - Entre os dois lados.

J.P. - Não. Não, aqui só morreram vitimados pelos camponeses. Qual foi o camponês que morreu? Morreu o Rubens Régis, proprietário rural. Num combate tremendo, cercados...

E.R. - Como é que foi esse caso?

J.P. - Esse inquérito ficou em nada. O governo de Pedro Gondim nunca concluiu esse inquérito.

E.R. - Os proprietários reagiram formando uma frente...

J.P. - Os proprietários formaram a Associação dos Proprietários Rurais para reivindicar também das autoridades...

E.R. - Que a imprensa batizou de Lila* não é?

J.P. - É, a imprensa toda infiltrada de elementos de esquerda. Você bem sabe como é isso, não é? E a imprensa toma atitudes muito radicais. Quero até me poupar de fazer qualquer comentário sobre isso porque eu não quero encrenca com a imprensa. Mas a imprensa batizou logo de Lila, querendo levar ao ridículo, levar a campanha ao ridículo.

Os proprietários estavam... que são, aliás, muito incapacitados para a defesa. Porque eles não têm... eles podiam se sindicalizar também. O proprietário deve se conscientizar de que ou se organiza ou está liquidado. Todas as classes se organizam: tem o sindicato dos panificadores, dos ferrocarris, dos usineiros - em São Paulo, Pernambuco, em toda parte tem -, os banqueiros, dos bancários. Porque não ter o dos proprietários rurais? Proprietários que mais das vezes são tão carentes quanto determinados trabalhadores do campo. Ou às vezes até mais carentes do que certos empregados. Porque um capitão de campo de uma usina tem um *status* muito melhor do que um proprietário de um sitiozinho. Proprietários que são também já mais avançados economicamente, mas ainda economicamente fracos - os médios proprietários - e eles precisam saber quais são os seus direitos e suas obrigações. Precisam saber o que têm que pagar ao homem, eles têm que pagar ao homem um salário condigno. Eles têm que dar aquelas garantias da legislação trabalhista, eles têm que se organizar para dar isso. Acabar com esse negócio...

E.R. - Essa assistência quase jurídica e de esclarecimento legal a esses proprietários, o senhor estava fazendo?

J.P. - Bom, naquela época eu fiz isso. Eu hoje não vou fazer isso porque não tenho tempo, nem eles querem. Eles são homens que só se organizam na hora do aperto. Quando vier outro aperto, aí eles vão querer se organizar de novo.

E.R. - Como é que o senhor fazia aquela...

J.P. - Não, naquela época eu fiz por uma questão ideológica, porque eu vi o país numa situação muito difícil. Eu vi o perigo de uma república sindicalista ou a comunização do país. Então eu vi que o perigo estava lá. Não tenho nenhum compromisso com nenhum proprietário, porque não era... Hoje eu sou proprietário, porque minha mulher herdou e, depois, eu me afastei um tempo da política, melhorei de vida, comprei um pedacinho de terra. Mas que proprietário sou eu, hoje? Eu tenho 155 hectares em alagoinha e tenho 240 hectares em Mulungu, uma parte de herança da minha mulher, que herdou do pai.

E.R. - Era mais um problema ideológico o seu, não é?

J.P. - Mais ideológico, de fé na democracia, de confiança na democracia.

* Lila: Liga dos Latifundiários

E.R. - E como é que o senhor atuava junto a esses proprietários?

J.P. - Não; eu achei que eles deviam se organizar. Se organizar, porque unidos... Toda a classe unida fica mais forte para a luta. Eles deviam se organizar primeiro em uma associação, Associação dos Proprietários Rurais, e daí partir para a sindicalização também. Todos esses problemas passariam a ser discutidos do órgão. Se eles tinham os órgãos deles, nós teríamos que ter...

E.R. - Constituir canais onde pudessem se chegar a acordos.

J.P. - É. E achava que nós devíamos partir dando concessões, fazendo concessões. Por exemplo, lutava-se contra o cambão. "Vamos abolir o cambão, isto não é justo." "Ah, mas é a praxe, vem de épocas imemoriais", diria algum proprietário. "Certo. Mas vamos abolir." Lutava-se contra salários pagos miseravelmente. Então nós temos que conscientizar o proprietário rural de que ele deve dar um salário condigno. "Não, mas eu dou um salário assim, mas eu dou um pedaço de terra para ele trabalhar na agricultura, na lavoura etc., eu dou a casa para morar", diria ele. Eu digo: "Não dê. Dê o salário mínimo. Pode dar parte, se ele quiser, em dinheiro, parte em habitação e parte em terra para trabalhar. Ou então faça um contrato padrão, ele arrenda uma área de terra para trabalhar. Acabou-se o paternalismo, e, no fim, você vai ver que, dando aquilo que se deve dar como mínimo indispensável, um salário mínimo..." Naquele tempo ainda não havia, mas nós tínhamos que caminhar para isso, não é? Já hoje temos na legislação. Nós tínhamos que dar. Esta era a minha idéia e o meu estatuto. O estatuto que eu fiz, da Associação, e que foi aprovado, é isto.

E.R. - O estatuto da Associação dos Proprietários.

J.P. - Se você ler esse estatuto, você vai ver como ele é avançado.

E.R. - O senhor me cede um depois?

J.P. - Agora tem é que localizar, ver se está aqui ou no escritório. Mas localizo e te dou. Acho que está até aqui. Vou mandar procurar hoje de noite e te dou.

E.R. - E essas Ligas tinham mais consciência social ou também tinham orientação política no sentido ideológico?

J.P. - Orientação político, ideológica. Tinha sujeitos que iam fazer cursos de guerrilhas em Cuba, como o Nego Fuba, Pedro Fazendeiro, aquela mulher, a viúva de João Pedro Teixeira. Esta, dizem que está ainda hoje em cuba. E outros e outros e outros e outros. As cartilhas que vinham e que eram distribuídas, a orientação era toda subversiva. A orientação era a de que o proprietário é o inimigo, que a terra não é de ninguém e que devia ser tomada. Porque a terra é de qualquer um que a plantar e cultivar. quem mora na terra tem direito a ficar com ela. Então isto não existe na lei, nem existiria jamais, não é? Porque mesmo num regime socialista, num regime totalmente da socialização integral dos meios de produção, essa terra não é dada a ninguém não; é o Estado. O Estado cria aquelas corporações, aquelas organizações, aquelas corporações coletivas, as fazendas coletivas. Quem foi que disse que na Rússia o Estado dá terra a alguém? Só quem não lê, pensa isso, quem não estuda. Mas era uma agitação para se fazer uma subversão, uma revolução social.

Ora, você acena a um homem ignorante com a possibilidade dele ter tantos hectares de terra, como sua... Quando uma verdadeira reforma agrária, necessária e útil, através de terras que sejam dadas pelo Estado, ou vendidas... Porque nunca deve ser dada, deve ser vendida a preço módico, senão... Esse negócio de favoritismo não é certo. A preço módico, com entrada, e o sujeito vai trabalhar para pagar. Uma reforma agrária impõe, se se vai tirar a terra de uma determinada área, a desapropriação. E a desapropriação com o seu pagamento ou em dinheiro ou em título de dívida pública, não é? Como é, então, que se vai botar na cabeça do campônio, do camponês,

analfabeto, que se deve tomar a terra? Que regime é este? Este regime não existe. Não é nem o regime comunista. O regime comunista é a tomada pelo Estado de todos os meios de produção, dos instrumentos de produção. A propriedade privada desaparece e passa para a mão do Estado. Ninguém vai ser proprietário de nada. Permite-se, por exceção, a propriedade de um lugar para morar, de uma habitação, determinadas coisas. De bens de utilização, de uma Frigidaire, um automovelzinho etc., vá lá. Mas a propriedade é do Estado, os instrumentos de produção passam para a mão do Estado. Isto é que é o regime socialista predicado ou pregado na Rússia etc. etc., nesses países todos.

E.R. - O senhor dizia que os proprietários estavam nessa situação de, também, não sabem se agrupar. Eles estavam acostumados, de gerações em gerações... Eles também eram despreparados, não é?

J.P. - O proprietário rural, de um modo geral, até mesmo aqueles maiores, a não ser quando é um grande empresário, e esses no Nordeste rareiam... Existem grandes empresas agropecuárias lá para o Sul. Hoje, com a Sudene, tem algumas aqui no Nordeste. Então esses são organizados em sistema de empresa. Mas o proprietário rural do nosso Nordeste, de um modo geral, é um homem despreparado, comodista, não pensa, absolutamente, nesse perigo, nessa possibilidade de perder o que tem. É inclusive um homem que age com certo heroísmo na vida, porque agriculturar no Nordeste é o ato de heroísmo, é ato de heroísmo.

E.R. - Inclusive subsidiada, não é?

J.P. - É. É ato de heroísmo. Não traz grandes lucros, grandes rendas. Vive enfrentando as inclemências da seca; quando não, tem excesso de chuva, tem enchente.

E.R. - Ele não tem espírito de empresário, não é? Ele tem espírito de ter um espaço dele para ele...

J.P. - Para ele morar, criar o gado, fazer uma agriculturazinha, aquele espírito patriarcal de dar as ordens ao... Um povo ainda despreparado.

E.R. - Como é que o senhor organizou essa Associação dos Proprietários no sentido de ceder algumas coisas, para não entrar em crise todo o sistema de propriedade rural? Qual era a estrutura?

J.P. - Bem, essa Associação funcionou na época, porque eles se sensibilizaram para o problema diante do perigo.

E.R. - Quando eles viram toda essa movimentação.

J.P. - Quando eles viram essa modificação, morrendo gente, as propriedades sendo atacadas, tiroteios, invasões, um desrespeito tremendo, não é? Os ataques nas estradas, a insegurança, a intranqüilidade, os campos vazios de mão-de-obra. Ninguém queria mais trabalhar, queriam era tomar... A renda caiu, a renda dos engenhos, dos fornecedores de cana, toda, tudo isso caiu. Dos plantadores de quaisquer culturas, tudo isso caiu muito. Então eles ficaram alarmados. Apelaram para o governo do estado, apelaram para o governo federal, para os órgãos federais; tudo era ouvido de mercador, só se dava atenção ao pessoal da agitação. Então eles partiram para se organizar e se defender. E viram até que, muitos sentiram até que tinham que se defender à mão armada. E se prepararam nas suas fazendas, adquiriram armas etc., para se defender a qualquer preço.

E.R. - Nessa época o chefe da 4ª Região Militar era o Costa e Silva, não é?

J.P. - O Costa e Silva comandou o IV Exército, o IV Exército.

E.R. - O IV Exército. Não houve entendimento desses proprietários com o Costa e Silva não? No sentido de uma proteção da propriedade privada...?

J.P. - Não, o Exército... Havia aqui através dos elementos do Exército. Do coronel Ednardo d'Ávila Melo, por exemplo, que hoje é general, esse era o comandante do 15º RI, que várias vezes, interinamente, exerceu o comando da guarnição federal. Então através dele e através de outros elementos da guarnição federal nós mantínhamos entendimento permanente. Eu digo nós porque naquela época eu estava ligado ao movimento. Nós, os democratas que combatíamos a comunização e a anarquia havia, de um lado, comunização, perigo de comunização; e havia, de outro lado, só oportunismo, anarquia. Nós nos entendíamos permanentemente com esse povo do Exército, tanto assim que chefiamos, na parte civil, a revolução na Paraíba em consonância com esse grupo militar. Mas havia também um general que comandava aqui a guarnição, que esse era pelego de João Goulart.

E.R. - Ele não era do 15º não, não é?

J.P. - Não. Ele comandava a guarnição toda, comandava o Grupamento de Engenharia e a guarnição federal.

E.R. - Quem era?

J.P. - Era o... se não me engano, era Augusto da Mata. Ele foi cassado até na primeira lista de cassados da revolução. Esse era pelego, dava mão forte a Assis Lemos, conseguiu para Assis Lemos, segundo dizem... O que é fato é que eles portava um revólver 45 privativo do Exército e tinha um porte de armas federal. Dizem que foi até o João Goulart que mandou dar esse porte de armas. E a arma quem conseguiu foi ele.

E.R. - Assis Lemos tinha relações pessoais com o Jango.

J.P. - Com o Jango, era homem da intimidade do Jango, entrava, segundo dizem, a qualquer hora para falar com o Jango em palácio.

E.R. - Isso deve ter facilitado muito as reivindicações das Ligas através do Assis junto ao governo federal.

J.P. - Tudo que o Assis queria, o governo federal...

E.R. - Os proprietários, em determinado momento, não ficaram completamente isolados? Se o governo federal estava fazendo uma campanha no sentido de sindicalização.

J.P. - Completamente isolados. Os proprietários rurais, só ficamos com o apoio do Exército. De Deus, primeiramente; e nós, os democratas aqui, só ficamos com o apoio do Exército. O Pedro Gondim nos negou pão e água. O governo federal... Nós tivemos, inclusive, um atendimento de uma comissão com o presidente João Goulart quando ele veio à Paraíba, para participar do comício de 1º de Maio. Numa demonstração espetacular, agitacionista tremenda, a que compareceu, além do presidente da República, o Julião, o Assis Lemos, aquele outro, padre Alípio...

E.R. - Foi aquele comício da Lagoa?

J.P. - Foi. Pedro Gondim foi para esse comício, Aluísio Afonso Campos, Assis Lemos, Figueiredo Agra - toda esta gente estava lá. Então nós pleiteávamos um entendimento com João Goulart, e não foi possível obter.

E.R. - Nem um contato?

J.P. - Não! Não tinha jeito, trancado. Por isto mesmo nós redigimos um boletim para soltar no dia da chegada dele. E saímos soltando, eu, meu sogro, meu cunhado, dr. Agnaldo Veloso Borges, de porta em porta. Um boletim sob o título: "Um visitante indesejável."

E.R. - Que era o presidente?

J.P. - Era o presidente. Dizendo por que ele era um visitante indesejável. Boletim que determinou uma ordem de prisão contra nós, expedida pelo comandante do IV Exército a que você se referiu, o ex-presidente, de saudosa memória, Costa e Silva, então general.

E.R. - E foi feita essa prisão?

J.P. - Não foi feita pelo seguinte: o coronel Roberto de Pessoa, que está vivo para testemunhar isso, sabia de logo, presumiu que aquele boletim tinha sido feito por nós. Ele era muito amigo do meu sogro e ainda parente. E reivindicou fazer uma diligência no sentido de apreender o boletim e evitar que se continuasse a soltar o boletim.

E.R. - Isso foi no comício do 1º de Maio.

J.P. - No dia da chegada de João Goulart para esse comício do 1º de Maio. Então ele procura meu sogro e diz: "Tequinha" ele se chama Tequinha, Etrell da Assunção Santiago, mas chamavam de Tequinha -, "Tequinha, são vocês os autores deste boletim?" E ele respondeu: "Somos os autores só não. Estamos soltando de casa em casa e no meio da rua. Eu, meu genro, meu filho, dr. Agnaldo Veloso Borges, beltrano, sicrano." Aí ele disse: "Mas vocês... Eu tenho ordens para prender vocês." "O que nós queremos é ser preso. Porque, você já pensou? Preso aqui um usineiro, como o Agnaldo Veloso Borges; dois ou três deputados estaduais, que estão soltando este boletim; eu, que sou um modesto proprietário, mas sou o presidente da Associação dos Proprietários Rurais. Isto vai ser um caso nacional. Aí alguém vai nos ouvir. Porque ninguém quer nos ouvir."

E.R. - Era uma coisa estratégica, a...

J.P. - Não, era um desespero de causa. Estratégico, mas uma estratégia de desesperado. Não falava conosco, o presidente. Ninguém deixava nos aproximarmos. Não tínhamos garantias de vida nem de coisa nenhuma. Éramos ameaçados de morte. Eu recebia todo dia carta anônima, minha mulher recebia telefonemas e cartas anônimas. "Ou se cala na tribuna da Assembléia, ou morre."

E.R. - O senhor denunciava essa coisa da Assembléia.

J.P. - Denunciava, na tribuna da Assembléia. E diziam: "Ou morre, ou um filho seu morre." Você já pensou, um filhinho? Eu chegava em casa e encontrava minha mulher chorando. O sujeito passava na estrada: "Pára o carro." Uma ordem de trezentos, quatrocentos indivíduos armados, embriagados, dizendo: "Dê um viva a Julião. Viva Assis Lemos. Viva as Ligas Camponesas. Viva Nego Fubá, Pedro Fazendeiro, viva Fidel Castro!" E o sujeito humilhado ali, desmoralizado, dando viva a tudo... "Viva o Partido Comunista!" Aí o indivíduo dava viva ao Partido Comunista. Aí, quando acabava: "Quem é você?" E o sujeito dizia: "Não, não sei o quê..." E eles perguntavam: "Então mostra, diga o nome, bota o chocalho, safado, seu proprietário rural, latifundiário!"

E.R. - O que era esse negócio de chocalho?

J.P. - Enchocalhava o sujeito. Você não sabe o que é um chocalho? É uma campanha que se bota em bode, em burro, em jumento, em cabra e em vaca, vaca braba, que pula a cerca etc., para desmoralizar o sujeito.

E.R. - Para localizá-lo.

J.P. - Então fazia para desmoralizar o sujeito.

E.R. - Agora, uma coisa interessante, nessa fala: acho que nesse tempo o dr. Argemiro de Figueiredo rompe com a UDN e passa para o PTB.

J.P. - É. O Argemiro já estava no PTB desde aquela época que nós nos referimos aqui. Naquela fase do governo do dr. Flávio quando João Agripino quis empolgar a chefia do partido, ele aí rompeu aquela aproximação. Aliás, Fernando Nóbrega deve ter contribuído muito para isso. Bem, mas o Argemiro era do PTB, vamos dizer...

E.R. - Da ala moderada do PTB.

J.P. - Da ala... que não fazia...

E.R. - Era um conservador que tinha sido...

J.P. - Não fazia coro a essa agitação.

E.R. - Mas o discurso do Jango, parece que foi um discurso moderado, aqui, não é?

J.P. - O Jango era assim: o que ele escrevia era mais ou menos aceitável; mas o que ele dizia, que não estava escrito, ele apimentava, ele incluía partes que não estavam no texto. É o que ele fez em Campina foi pior.

E.R. - Essa reunião que ele teve aqui, foi em Campina Grande ou foi em Alagoa?

J.P. - Não, foi aqui, daqui foi para Campina, foi em Alagoa. Daqui foi para Campina. Visitou uma pedra lá, um marco que tinha, onde morreu Pedro Teixeira, Pedro Teixeira foi assassinado...

[FINAL DA FITA 3-B]

3ª Entrevista: 02.02.1978

E.R. - Dr. Joacil, então estávamos falando na última entrevista exatamente sobre quando começaram a se exacerbar, tanto as Ligas Camponesas quanto os proprietários, que se sentiram ameaçados pela organização das Ligas, no governo de Pedro Gondim. Estávamos falando sobre essa organização dos proprietários. Eu gostaria de saber exatamente como formalmente foi estruturada essa associação de defesa dos proprietários.

J.P. - Eu já tinha até começado, na entrevista de ontem, a dizer como se organizaram os proprietários através de uma associação de classe para enfrentar aquela luta. Agora, como eu entrei nisso é que foi uma pergunta que foi formulada - como me coloquei nessa posição de defesa dos ideais democráticos combatendo aquela agitação. Cheguei a dizer que, de início, eu recebi - como muita gente aqui, vários proprietários até e, sobretudo, políticos - o movimento que preconizava organizar os trabalhadores rurais em sindicatos com simpatia. Eu cheguei até a contribuir, outros contribuíram, dr. Renato era contribuinte, também, da Liga. Inicialmente contribuía para a Liga - dr. Renato

Coutinho. Não era só eu não; muita gente: políticos, empresários, agente do comércio, e eles tiravam essas contribuições, pediam uma colaboração mensal para dar elementos, meios, a fim de organizarem os trabalhadores rurais. Bem, mas a luta foi-se radicalizando e tomando uma orientação, agitacionista, como também já ficou assinalado.

A minha entrada, a minha tomada de posição, nessa luta, ocorreu da seguinte forma: eu estava em Teixeira, município do alto sertão da Paraíba, onde eu sempre fiz política, onde eu sempre tive algum prestígio eleitoral, apoiado ali pelo Dantas, pelos Lustosas, pelos Ribeiros - Robeiros de lá que são outros Ribeiros -, finalmente, apoiado pela antiga UDN dos municípios da grande Teixeira - compreendendo Teixeira propriamente dito, Imaculada, Desterro e Mãe d'Água -, e quando cheguei tinha havido aqui o assassinato desse líder dos camponeses, que não era camponês, como eu já disse, o João Pedro Teixeira. Este homem foi morto de emboscada na estrada de Sapé, nas proximidades do lugar denominado Sobrado.

E.R. - Juridicamente também teve processo?

J.P. - Teve processo, houve processo. E, quando voltei, estava a capital e todo o estado, essa área da Várzea sobretudo, numa agitação tremenda pela morte desse líder dos camponeses, que era um líder comunista e não camponês. Os comunistas, naquela época, e os homens de esquerda, os elementos de esquerda, acusavam de autoria intelectual do crime o dr. Agnaldo Veloso Borges.

E.R. - Ele foi morto em terras do dr. Agnaldo?

J.P. - Não. Ele foi morto, como eu disse, na estrada de João Pessoa para Sapé. Naquela parte que liga [inaudível] a Sapé. Nas proximidades da vila de Sobrado, mas na estrada. E ali os Veloso Borges não têm terra; as terras dele são na área do Pilar e de Gurinhém e também em Alagoa Grande. As terras ali são de outros.

Mas acusavam, entre outros... Os autores intelectuais eram apontados: Agnaldo Veloso Borges, Antônio Vito, que era um médio proprietário da região, e Pedro Ramos - este falecido já, já morreu. Pedro Ramos era proprietário na área. A fazenda dele tinha sido invadida, a fazenda Miriri. Ele estava expulso da fazenda, sem poder se aproximar, ele e os filhos. Tinham invadido a propriedade, estava dominada, tomada pelos camponeses. Então esses eram os três elementos apontados como autores intelectuais do crime. E os autores materiais, indicados e que chegaram a ser denunciados, e foram processados, era um soldado da Polícia Militar do estado, de cujo nome agora não estou bem lembrado, mas parece-me que era Antônio Alexandre, e o soldado, hoje muito conhecido no mundo do crime - inclusive cumpre pena, depois foi promovido a cabo, já muito depois -, é muito conhecido como cabo Chiquinho. Está cumprindo pena na penitenciária de João Pessoa. Esses eram os autores materiais apontados. E os outros intelectuais, isto é, os mandantes, apontados, eram: Agnaldo Veloso Borges, Antônio Vito e Pedro Ramos. Pedro Ramos era um irmão de sangue de Renato Ribeiro Coutinho.

E.R. - Era irmão?

J.P. - De sangue. Quero dizer por irmão de sangue, como se diz aqui na nossa gíria Nordestina, que é um filho ilegítimo. Também chamam filho apanhado.

E.R. - Natural, não é?

J.P. - É o filho havido fora do casamento. Mas ele era, portanto, irmão de sangue de Renato. Era filho ilegítimo de João Ribeiro. O falecido Pedro Ramos tivera a sua propriedade invadida lá no município de Sapé, entre o município de Sapé e o de Mamanguape.

Bem, quando eu cheguei de Teixeira, já estava o dr... Há essa agitação tremenda, o deputado José Joffily Bezerra, àquele tempo já ligado ao Partido Socialista filiado ao

Partido Socialista Brasileiro, seção da Paraíba, e lutando para ser candidato no pleito seguinte a senador da República por aquela legenda - era um dos líderes, senão o principal, de todo esse movimento agitaçãoista. Os elementos de esquerda exigiam a cabeça de um proprietário rural, de um latifundiário, como eles chamavam, de um usineiro, de um homem importante. E essa indicação, vamos dizer, fabricada, visava imputar a autoria intelectual ou a Renato Ribeiro ou a Agnaldo Veloso Borges. Eles eram os mais visados, sobretudo o Agnaldo, o chefe desse movimento de defesa dos proprietários. A chefia deste movimento era de Agnaldo Veloso Borges, repartida comigo, porque eu dava assessoria jurídica, orientação. Nós éramos os líderes. E dr. Renato também vinha atuando nesse movimento. Então tinha que exigir a cabeça de um desses elementos.

E.R. - Mas não tinha havido nenhum conflito específico entre dr. Agnaldo e o Pedro Teixeira, não, não é?

J.P. - Não, nunca houve. Havia, também, ameaças de invasões de terras do dr. Agnaldo pelas Ligas Camponesas que nunca chegaram a se consumar, porque ele se preparou para defender a sua propriedade. Ele começou a agir em defesa daqueles proprietários vítimas de atentados e começou a nuclear estes elementos.

Bem, ao chegar à capital, meu sogro, que tinha um irmão... tinha e tem ainda. Meu sogro morreu, mas esse irmão é vivo, casado com a irmã de Agnaldo Veloso Borges e, portanto, além da amizade entre os dois, amizade íntima, havia esses laços de contraparentesco. Meu sogro estava inteiramente solidário com Agnaldo porque não o reputava capaz daquilo - de ter mandado eliminar aquele líder dos camponeses -, também o Agnaldo negava terminantemente a sua participação, e meu sogro o visitou e deu solidariedade. Ele estava, como se diz, acuado, apontado para ser indicado nesse inquérito. Os líderes camponeses, o Assis Lemos, o José Joffily Bezerra e outros, exigiam do governador a cabeça de Agnaldo no inquérito. Este inquérito estava sendo feito, portanto, tendenciosamente. O objetivo era conseguir prova, de qualquer maneira, contra esses três elementos.

E.R. - A opinião pública se mobilizou muito?

J.P. - Mobilizou-se muito, eles faziam comícios relâmpagos, na porta até de palácio, luta dentro da Assembléia. Nesse dia mesmo em que eu cheguei, meu sogro conversou comigo o assunto, disse que Agnaldo não tinha nada que ver com aquilo, e o inquérito estava aí nos noticiários de jornais, apontando-o como mandante do crime. Meu sogro, muito contrariado com essas notícias, achava um absurdo e pedia que eu me colocasse, também, ao lado de Agnaldo, em defesa desse amigo que estava sendo injustamente apontado como autor intelectual. Nesse mesmo dia eu fui à Assembléia. E, quando cheguei lá, a Assembléia estava numa agitação tremenda. Já vinha sendo agitada por esses deputados de esquerda: Agassis de Almeida, Langstein de Almeida, Figueiredo Agra, Mário Silveira e Assis Lemos - sobretudo o Assis Lemos, que era o chefe desse grupo de esquerda. Outros deputados estavam, vamos dizer, atemorizados de tomar uma posição, porque a esquerda era uma minoria dentro da Assembléia - notadamente compondo uma bancada socialista, que o Partido Socialista já tinha uma maior expressão e uma maior representação.

E.R. - Essa bancada tinha sido... Porque se nós pensarmos em termos de campesinato, eles têm uma maioria analfabeta, portanto não-votante. E como é que os deputados das esquadrias conseguiam essa representação maciça?

J.P. - Bem, eles conseguiram, primeiro, com o apoio do governo central. O SAMDU*, por exemplo, foi todo mobilizado para funcionar como instrumento eleitoral. Criação de postos de SAMDU, com designações e nomeações de médicos, enfermeiros, enfermeiras, dentista etc., e levando estes postos para as cidades do interior, o que era

* SAMDU: Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência.

uma grande conquista social, mas com fins eleitoreiros, verbas da Petrobrás, verbas do próprio SAMDU...

E.R. - Essa verba da Petrobrás era para a criação de quê?

J.P. - Para fazer a politicagem. Para o envio de veículos etc. Então eles se tornaram fortes, já desde a eleição, quando - falei nessa eleição em que eu me reelei estadual -, já fizeram uma bancada. Esse partido era um partido insignificante, atraiu inclusive outros elementos, porque viram que havia vantagem: eles podiam desfrutar cargos e posições para si, para amigos e parentes, porque o Partido Socialista tinha muito a oferecer - estava mais forte no prestígio do governo central, do que o próprio PSD e do que o próprio PTB.

E.R. - Porque no interior, nesse sistema paternalista, conseguem-se votos quem consegue benefícios para o povo.

J.P. - Tem duas maneiras de se conseguir votos, ou, aliás, digamos, três: uma é através dos financiamentos das campanhas, da compra de cabos eleitorais, não é? Outra é através de uma assistência permanente, conseguindo favores, um auxílio médico, sobretudo naquela época em que não havia, como hoje há, o Funrural, a assistência médica e hospitalar gratuita para o homem do campo, com distribuição de remédios...

E.R. - Toda essa assistência providencial está tomando o lugar do paternalismo dos proprietários.

J.P. - Justamente, eu acho isso uma grande coisa que a revolução fez. Porque naquela época se ensaiou fazer isso através do SAMDU, mas como instrumento eleitoreiro, daí a projeção que teve o Partido Socialista na Paraíba, pelo prestígio que o João Goulart deu ao Assis Lemos e aos seus outros companheiros de partido, na organização do SAMDU. Todas as nomeações do pessoal do SAMDU foram controladas por ele, para citar só um setor, que eu considero o mais importante. Então, na eleição, esses elementos vieram alguns do próprio PTB, porque a legenda do PSB se tornou mais fácil de dar, de garantir uma eleição com um mínimo de votos, com uma votação menor, do que no próprio PTB é mais fácil ainda do que no próprio PSD. Elementos que não seriam jamais eleitos nestes outros partidos, UDN, PSD, PTB, porque o número de votos seria maior, eles arranjaram um grande número de candidatos que trouxeram votos para a legenda. Esta legenda fez, digamos, se não me engano, cinco deputados, foram cinco deputados, salvo engano. Mas todos esses deputados que foram eleitos, pessoalmente, individualmente, tiveram muito menos votos do que aqueles que foram eleitos nos outros partidos, pelo regime do critério proporcional.

E.R. - Exato. Proporcionalmente eles eram mais, mas tinham tido menos votos, cada um, individualmente.

J.P. - Sim, porque um partido faz um, faz dez, outros faz 15, outro faz cinco etc., mas somando os votos dados à legenda, a todos os candidatos e até à legenda partidária. Então vão ser colocados naquela escolha os mais votados. Ora, o Partido Socialista fez, se não me engano, quatro ou cinco deputados. Desses deputados estaduais foram escolhidos, dentro dos partidos, os quatro ou cinco mais votados. Mas estes mais votados eram muito menos votados do que os últimos colocados na eleição pela UDN, pelo PSD, pelo PTB. Porque se o PSD fazia um maior número de deputados é porque tinha um maior número de votos para o partido na legenda. E a colocação, pelo critério da proporcionalidade, na votação individual, ia se tornar mais difícil. Nós verificávamos, como ainda hoje acontece, que um deputado num partido mais forte... O último eleito tem, às vezes muito mais votos do que o primeiro eleito num partido pequeno, não é isso? É o critério proporcional. Este fenômeno ocorreu. O PSB fez uma bancadazinha de uns quatro ou cinco elementos, tornou-se ainda cada vez mais forte e agressivo pelo calor que recebeu do governo central.

Bem, mas eu cheguei na Assembléia, e a Assembléia estava nessa agitação tremenda.

E.R. - Isso em 62?

J.P. - Em 63 já. Já era 63 - quando João Pedro Teixeira foi assassinado. Alguns elementos, por exemplo, que eu considerava inteiramente desvirtuados de uma orientação ideológica comunizante, mas que integravam a bancada do Partido Socialista, como o deputado Raimundo Asfora, que empolgado por aquele movimento também, estava fazendo um discurso, discurso muito bonito... Ele era um grande orador, um talento verbal, sobretudo quando ele memorizava, esquematizava mentalmente o discurso. Eu cheguei lá, ele estava dizendo que viu o João Pedro Teixeira morto e que os seus olhos não se fecharam, ficaram abertos, como que fitando as estrelas, e as estrelas refletidas nos seus olhos, a luz das estrelas, essa coisa toda. Fazendo uma demagogia tremenda com a morte daquele homem. E logo aí, ao chegar eu, tomando uma atitude, o aparteí, dizendo que o que ele não tinha visto nos olhos de João Pedro Teixeira é que ele nunca foi um camponês. Ele era um agitador comunista profissional, que havia sido importado da "pequena Moscouzinha", que era Jaboatão, uma cidade de Pernambuco, nas proximidades do Recife, uma cidade muito comunista. E lá ele era um líder comunista, e a sua profissão era a de sapateiro. Isto desorientou um pouco o discurso armado do deputado, muito bem armado, e daí nós começamos o debate. Foi a primeira intervenção que eu fiz contra as chamadas Ligas Camponesas. Foi o momento histórico da minha tomada de posição. E passei, daí por diante, a defender o dr. Agnaldo Veloso Borges, que estava sendo vítima de...

E.R. - O senhor o defendia, só na Assembléia ou foi o advogado dele?

J.P. - Não fui advogado deve porque se achou, nós achávamos mesmo, que eu tinha que dar a minha cooperação na área política e que para ficar mais livre e dedicado ao processo teria que ser um outro advogado. Eu estava muito sobrecarregado com os meus afazeres de mandato, e, sobretudo, nessa hora de luta em que se exigia uma atuação permanente.

E.R. - Quem foi o advogado dele?

J.P. - O advogado dele foi o dr. Alfredo de Lima, já falecido, aliás era um grande advogado aqui na Paraíba, um homem muito inteligente.

Bem, mas o inquérito vinha sendo feito. O noticiário da imprensa todo dia exigindo a cabeça de Agnaldo Veloso Borges. O dr. José Joffily Bezerra, então deputado federal, chegou a acusá-lo frontalmente da maneira mais impiedosa, pelos jornais. Consta - isto é uma coisa que ficou mais ou menos apurada, eu digo mais ou menos porque não ficou inconcussamente apurada, mas consta, e é um elemento histórico importante - que esses elementos de esquerda colocaram o governador Pedro Gondim num canto da parede, exigindo uma orientação tendenciosa, no inquérito, para culpar, apontar como responsável o dr. Agnaldo Veloso Borges, o líder, chamado, dos proprietários. E isto tem foro de verdade, ficou mais ou menos apurado, porque as notícias que nos chegavam, inclusive chegavam também ao comando do 15º RI, eram de que o inquérito estava sendo conduzido da maneira mais terrível.

E.R. - Estava sendo acusado só o dr. Agnaldo ou o Pedro Ramos...?

J.P. - Pedro Ramos também e o Antônio Vito. Estes dois militares foram presos - estes a quem me referi: o soldado, Antônio Alexandre e o então Chiquinho, hoje mais conhecido como cabo Chiquinho. E eles eram inquiridos, altas horas da noite, pelo chefe de polícia de então, o sr. Francisco Maria, depois de passarem um dia sem se alimentar. Dava-se bacalhau para que o indivíduo ficasse com sede e cada vez mais ansioso por por água potável, uma verdadeira tortura com lâmpadas de 500 velas no rosto, isto às duas horas da manhã, meia-noite, uma hora. Chegavam e diziam: "Diga

que foi o dr. Agnaldo Veloso Borges que mandou matar João Pedro Teixeira... Eles já haviam somado ao inquérito alguns indícios contra Antônio Vito. Meros indícios, porém alguns indícios, contra Antônio Vito e contra Pedro Ramos, que dariam margem a uma denúncia, nunca, talvez como não deu, a uma condenação, por ocasião do julgamento. Mas para denúncia bastam meros indícios; enquanto que para a pronúncia é necessário que haja indícios suficientes de autoria. E para uma condenação é preciso a certeza da cumplicidade, ninguém deve condenar ninguém por uma mera suposição, por uma mera presunção ou por meros indícios, mesmo suficientes, que levam o indivíduo à pronúncia. É preciso a certeza da participação no delito. Mas já havia elementos para uma denúncia contra Antônio Vito e Pedro Ramos, dentro do inquérito que se forjara. Era preciso fabricar alguns indícios para ensejar a denúncia contra Agnaldo Veloso Borges. E isto estava sendo feito com prova extorquida dessa maneira, de testemunha adrede preparadas, teleguiadas, e agora se querendo obter uma confissão desses autores materiais. Já o delegado tinha concluído o inquérito e tinha pedido o seu retorno para diligências, diligências estas que estavam sendo feitas não no foro da culpa lá em Sapé, mas aqui, por esse chefe de Polícia, uma irregularidade. E já se tinha...

E.R. - O julgamento seria aqui na capital?

J.P. - Não. Estavam fazendo um inquérito, fora do foro da culpa, porque deveria ser no foro da culpa.

E.R. - O foro da culpa em Sapé.

J.P. - Sapé. Lá é que devia ser o julgamento, como o processo correu lá. E o júri de Antônio Vito - depois ele foi a júri - ocorreu lá.

E.R. - Deveria ser tribunal do júri ali, não é?

J.P. - Ali é tribunal do júri. Mas então já tinham fabricado um começo de prova de tal ordem, que tinham remetido o inquérito para o juiz Sapé, pedindo a prisão preventiva de Antônio Vito, de Pedro Ramos e do dr. Agnaldo Veloso Borges.

E.R. - O juiz de Sapé quem era?

J.P. - Dr. Válter Rabelo. Pedindo-se, portanto, a prisão preventiva desses três elementos, como autores intelectuais. Dr. Agnaldo era suplente de deputado. Ele sempre se elegia deputado estadual, mas nessa última eleição ele se descuidou um pouco da sua eleição e não foi eleito. Ficou como suplente, ficou numa quarta ou quinta suplência, não me lembro bem. Então nós fizemos um movimento dentro da nossa bancada para tirar licenças de alguns deputados, para ele assumir e ficar obrigado pelo instituto das imunidades. Isto foi feito e dr. Agnaldo não foi preso graças a esse movimento que nós fizemos na Assembléia para licença de alguns deputados. Porque a prisão preventiva dele chegou a ser requerida, e o juiz de Sapé chegou a receber denúncia contra ele, ou, por outra, chegou a considerar a denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público e pediu permissão à Assembléia para ele ser processado. Porque, aí, ele já estava em exercício do mandato. A Assembléia negou. Essa luta foi uma luta tremenda na Assembléia, a qual nós lideramos, nós comandamos. Convém não esquecer que naquela época eu era líder da UDN. Já não era mais líder do governo, porque o governo era Pedro Gondim e tinha escolhido o seu líder o deputado Vital do Rego, seu futuro genro, já ao tempo noivo de sua filha.

E.R. - Porque Pedro Gondim tinha minoria. Ele governou com minoria na Assembléia, não é?

J.P. - Não. Ele governou com maioria. Na fase da interinidade ele tinha maioria do PSD, que era majoritário sobre a UDN. Na fase em que ele se elegeu governador, já quando ele se desincompatibilizou... Eu já me referi a esse episódio, às vezes a gente tem que

truncar um pouco a conversa porque vem uma pergunta etc., e, aí, mesmo na exposição, a gente se distancia. Mas nessa outra fase ele tinha maioria porque, com o pessoal que ele trouxe do PSD para o PDC, com a aliança que ele fizera com esses deputados do Partido Socialista Brasileiro e com os deputados da UDN - UDN/PL, porque a legenda da UDN abrigou os candidatos do PL também -, com esses ele formou maioria, ele governava com maioria, com maioria dentro da Assembléia. Tanto na fase da interinidade quanto na fase em que ele foi governador eleito, depois da campanha de 60 - ele foi eleito na campanha de 60. Então ele teve maioria em todas as fases.

E.R. - Quer dizer que essa luta foi no campo jurídico e legislativo...

J.P. - E ideológico. Foi político e ideológico, dentro da Assembléia. Porque os campos se misturaram. Muitos pessedistas se aliaram a elementos da UDN na luta contra a comunização, contra a anarquia; enquanto muitos elementos do PDC, alguns mais tímidos e pusilânimes da própria UDN e do próprio PSD ficavam olhando a maré, em cima do mundo; outros, com medo de desagradar o governador do estado... Então era uma luta em que se...

[FINAL DA FITA 4-A]

E.R. - Porque a natureza do PSD é conservadora, mas como ele estava em oposição à UDN, isto muitas vezes fazia com que ele tomasse uma posição...

J.P. - É, quando a luta foi-se radicalizando, nós contávamos, nessa luta, muito mais, às vezes, com certos elementos do PSD do que com alguns da própria UDN. Muita gente ficou em cima do muro, porque era uma agitação comandada de cima para baixo: tanto na esfera estadual pelo governador, quanto na esfera federal pelo presidente da República. Então só mesmo aqueles autênticos, definidos. Nós tínhamos, por exemplo, o apoio do deputado Aluísio Pereira - sempre foi um homem da melhor formação ideológica, homem do PSD.

E.R. - De Princesa, não é?

J.P. - É. Formação ideológica 100%. Deputado José Afonso Gaioso de Sousa, o deputado José Fernandes de Lima e, assim, vários do PSD; enquanto que dentro da UDN nós tínhamos alguns que censuravam a nossa luta, achavam que nós estávamos nos excedendo. O próprio João Agripino era elemento aliado às esquerdas, na Paraíba - metido a esquerdista, que eu nunca acreditei no esquerdismo dele. Eu acho que aquilo era muito mais oportunismo. Mas ele, ainda hoje, é muito bem-visto pelas esquerdas, como homem de idéias evoluídas. Porque hoje o sujeito sendo esquerdista, ou comunista, ou mais inclinado para os comunistas, aí é inteligente, é genial, é talentoso, é homem de idéias evoluídas...

E.R. - Mas João Agripino, mais tarde, foi governador do estado no período da revolução.

J.P. - No período da revolução, aí já com a fantasia de revolucionário, porque nunca foi revolucionário, eu posso dizer isso. João Agripino desautorava, entrou em atritos conosco. João Agripino tem três comportamentos políticos. Um, de caráter municipal, lá na sua terra, em Brejo da Cruz e nos municípios vizinhos, em Catolé do Rocha. Então ele é o político de aldeia, faz a política de campanário, de ódios viscerais e radicais. Este é a personalidade do homem municipalista. É a sua verdadeira e autêntica personalidade. Ele tem uma segunda personalidade no âmbito estadual. Então ele aqui era um político, vamos dizer, dos cambalachos, dos conchavos com as esquerdas, olhando a maré para onde ia. E lá na esfera federal ele era o anti-Goulart, ele queria integrar, ou integrava, a chamada "Banda de Música" da UDN. Eram três

comportamentos que as lideranças nacionais não acreditavam, de início, quando nós dizíamos isso.

Eu tive que, uma vez, dizer como era João Agripino numa convenção da UDN, e Krieger, o senador Krieger, levantou-se para me apartar com uma veemência terrível, discordando de mim. Eu, liderado de João Agripino, mas, ideologicamente, divergindo dele. O Krieger não acreditava naquilo, o senador Krieger. Achava que eu... Foi preciso que eu dissesse a ele que eu formava ao lado de João Agripino, mas nós estávamos enfrentando era uma luta ideológica. Isto na Convenção do Paraná, em Curitiba, quando se lançou Lacerda, pela primeira vez, à presidência da República. A luta ideológica tornou-se, vamos dizer, decisiva. Então havia aqueles deputados que, por uma lealdade quase cega a João Agripino, e ao esquema de Pedro Gondim, ficavam sem tomar uma posição franca, decidida. Às vezes até intimamente gostando dos nossos pronunciamentos, das nossas atitudes, vinham nos dar: "É, eu não posso etc., mas gostei da sua atitude." Eu dizia: "Vá dizer isto na tribuna." Muitas vezes eu dizia isto. Fiz muitas inimizades naquela hora porque eu nunca aprendi a fazer política assim; o meu estilo é outro. "Você deve dizer de público, na tribuna, e não a mim, a solidariedade de cochichada não tem valor numa hora destas", dizia eu. Bem, mas o que é fato é que essa luta na Assembléia se tornou acesa, veemente. E esse inquérito estava tomando essa orientação.

E.R. - O inquérito chegou ao final?

J.P. - O inquérito chegou ao final sim. Mas nós requeremos na Assembléia, também, uma comissão parlamentar de inquérito. E eu fiz um discurso muito veemente nessa oportunidade, trazia dados, que me eram fornecidos até por elementos do Exército, que cooperavam conosco, sigilosamente, do que se processava lá dentro. Dados fornecidos por elementos da Polícia que tinham amizade pessoal ou com o Agnaldo, ou com outro qualquer da UDN, não é? Informações fortes.

E.R. - O júri foi afinal em Sapé?

J.P. - É, vamos deixar o júri, que é muito depois, o júri ocorreu vários anos depois. Então nós requeremos uma comissão parlamentar de inquérito para apurar...

E.R. - Quer dizer que o inquérito se desenrolou durante tempos e tempos...

J.P. - Durante tempos e tempos. O júri veio ocorrer já em 64. Foi em 64 o primeiro júri, quando foi absolvido Antônio Vito. E no júri, Pedro Ramos já estava morto, e dr. Agnaldo nunca foi denunciado. A Assembléia nunca deu licença para denunciá-lo. Então ele não foi processado. Mas para isso foi uma luta muito forte, muito séria, na Assembléia. E fizemos uma comissão parlamentar de inquérito. Requerida a comissão parlamentar de inquérito, constituída de elementos de todos os partidos, obedecendo o critério, de acordo com o regimento interno, da representação dos partidos - o partido que tinha maior apresentação dava maior número -, nós demos dois; a UDN deu dois deputados; o PSD deu um; o próprio PDC deu um; e o PSB deu um. A Comissão, se não me engano, foi de cinco elementos.

E.R. - Dois da UDN, um do Partido Socialista, um do PSD e um do Partido Democrata.

J.P. - Aliás, eu estou enganado, houve um do PTB, que foi o deputado Petrônio Figueiredo. Mas foram cinco elementos na Comissão de Inquérito.

E.R. - UDN foram dois?

J.P. - UDN dois.

E.R. - PTB um.

J.P. - PTB um. O PDC ou o PSB um, e o PTB um, PSD também.

E.R. - Ficou de fora ou o PDC ou o PSB.

J.P. - É, um deles ficou de fora.

E.R. - Ou o Partido Socialista ou o Democrata Cristão.

J.P. - É. Aí eu não me lembro bem, mas era o critério da representação proporcional: UDN dois; PSD um, três, não é? PTB um, (quatro), e um que foi do PDC ou do PSB. Tenho quase certeza de que foi do PDC, porque o PDC era maior, salvo engano, do que o PSB.

Bem, mas feita essa..., eu fui nomeado presidente da Comissão. Nós tomamos a chefatura de Polícia de assalto. Naquele tempo uma comissão parlamentar de inquérito valia mesmo, tinha força. Chegamos de surpresa e, nessa tomada de assalto à chefia de Polícia, surpreendemos o próprio chefe de Polícia, o dr. Francisco Maria, interrogando um daqueles autores materiais e da maneira como nos era denunciado: tendenciosamente, facciosamente, querendo extorquir, arrancar... Essa Comissão Parlamentar de Inquérito prestou serviços relevantes porque desmoralizou, daí por diante, o inquérito, no que diz respeito a essas autorias intelectuais. Eles concluíram o inquérito policial às carreiras, mandaram para a Justiça, não fizeram mais nada. Logo, aí, concluíram o inquérito, dentro de um dia ou dois, e nós continuamos as nossas investigações. Fizemos um inquérito volumoso, que deve estar nos arquivos da Assembléia. E uma cópia desse inquérito - tudo foi tirado com cópia, em duas vias - nós entregamos pessoalmente, no Ministério da Guerra, ao ministro de então, ministro do Exército. Não sei se já era Ministério do Exército, parece que não, era Ministério da Guerra ainda. Era o general Amauri Krueel. Uma comissão de deputados levou à Sua Excelência, o ministro da Guerra de então, general Amauri Krueel, esse inquérito e fez um relatório, à viva voz, além do relatório que tinha no inquérito, sucinto, de tudo o que estava ocorrendo na Paraíba. O general Amauri Krueel prometeu estudar aquela situação, aquele inquérito, tomar providências. Devo dizer, a bem da verdade, que nunca tomou a menor providência. Nós continuamos, na Paraíba, ao Deus dará.

A coisa na Paraíba era tão séria que, certa vez, eu me lembro muito bem, nós fomos em comissão, vários proprietários, vários deputados, várias figuras desse movimento de reação, de resistência...

E.R. - Esse movimento tinha encontros periódicos? Sistemáticamente...

J.P. - Reunia-se, passamos a nos reunir em vários municípios, mostrando a necessidade, de um lado, de nos organizarmos para a defesa...

E.R. - Conversando com todos os proprietários.

J.P. - Fazíamos reunião com os proprietários e não proprietários que quisessem aderir ao movimento, porque aquele movimento era colocado em termos de defesa da democracia do regime, das instituições; Acima dos partidos: pessedistas, que viesse... Visitamos vários municípios do estado, estávamos em plena campanha. E por último nós já fazíamos, também, uma campanha para uma resistência armada - os proprietários e democratas em geral, porque a luta era dirigida contra os proprietários rurais, mas era uma luta comunista, que interessaria a todos. O assalto à propriedade, o incêndio aos canaviais, a invasão de terras a mão armada, o extermínio, os homicídios praticados, e sempre contra... Com exceção de João Pedro Teixeira, que foi esse líder camponês, ou pseudolíder camponês, assassinado, 21 mortos - 22 somaram - todos foram ceifados entre os proprietários rurais ou elementos da Polícia recrutados para defender os proprietários rurais. Elementos da Polícia, por exemplo, reformados, que vinham formar a guarda dos campos. Nós tivemos que nos armar. O Exército sabia disso, nós tivemos que comprar, porque o Exército, através desses elementos revolucionários, viram que era o único jeito.

Nós chegamos, por exemplo, como eu ia contando, certa vez, em palácio e pedimos a Pedro Gondim providências para uma invasão que iria ocorrer em tal dia, em certa hora, marcada, anunciada até nos comícios por Assis Lemos. A coisa chegou a esse ponto.

E.R. - Essa invasão seria onde?

J.P. - Não recordo bem se era na propriedade do José Meireles... era na propriedade do José Meireles. Por sinal muito ligado à família Raposo, gente muita amiga dos Raposos. Seus parentes por parte de mãe, não é?

E.R. - Pai.

J.P. - De pai. Conheço muito os Meireles.

E.R. - Essa invasão tinha como princípio, como função, tomar as terras para cultivo dos camponeses.

J.P. - Todas elas eram assim. Não era para cultivo nem coisa nenhuma só. Porque o cultivo, se o sujeito quisesse... Qual é o proprietário de terra que, notadamente numa situação dessas, não dava áreas para plantar? É costume, é traição, se dar, se arrendar um pedaço de terra para plantar. Não indiscriminadamente em qualquer setor. No setor onde o proprietário determine. Mas era para dividir a terra, tomar a terra, tomar a terra.

E.R. - Para fazer já uma mini-reforma agrária.

J.P. - Não. É porque dava o fato como consumado, dizendo que o governo central, depois, feita a invasão, como vinha a reforma agrária, aquela terra já seria distribuída a quem estivesse ocupando.

E.R. - Os Meireles tinham terra onde, no Brejo?

J.P. - Mamanguape. Mamanguape. Então essa invasão foi anunciada, como todas as outras...

E.R. - Em 63.

J.P. - Em 63... Como todas as outras, com dia, hora certa marcada. Então vem o pessoal da família Meireles, nos procura, a Associação fez uma grande comissão de deputados, jornalistas -, aliás, uma minoria - que não rezavam pela cartilha dos comunistas ou dos esquerdistas, e proprietários rurais. E fomos a palácio incorporados, Apelar, à viva voz para Pedro Gondim. Obtivemos uma audiência com certo sacrifício, porque esses líderes agitadores falavam com o governador na hora em que queriam. Nós, deputados estaduais, ou empresários, ou proprietários de terra que quiséssemos uma audiência, tinha que ser marcada com antecedência, era uma luta. Mas, finalmente, conseguimos essa audiência. E tivemos o dissabor de, à viva voz, ouvir do senhor governador que isso era um movimento de caráter universal, irresistível, que nós devíamos - os proprietários de terra - devíamos ter é paciência mesmo porque a reforma agrária vinha aí." Mas, governador, reforma agrária para tomar a terra, para invadir, para matar, para depredar, para incendiar as culturas, destruir os... Reforma agrária sem uma desapropriação, sem ainda uma legislação, quando a legislação disser que se toma mesmo sem... Mas ainda não existe lei. A sua obrigação, governador, é cumprir a lei." "Ah, mas a Polícia Militar que eu tenho não dispõe de meios para isso. Eu considero a minha Polícia impotente para resistir a essa onda avassaladora de gente que vem aí dos campos. Isso é um movimento popular vitorioso, e de caráter universal, ninguém pode se opor ao socialismo, à socialização da riqueza." E era esta a linguagem do governador. E eu não me contive e disse à Sua Excelência naquela ocasião, presentes todas as testemunhas: "Governador, só há um caminho para Vossa Excelência." E ele disse:

"Qual é?" Digo: "Renunciar ao governo do estado. Porque quando um governador do estado diz, em presença de uma pequena multidão como esta que está aqui, que é impotente para garantir direitos individuais do cidadão e do homem, então ele só tem um caminho: é renunciar. A não ser que o senhor confesse de público, por escrito, não só de público, mas por escrito, num expediente, esta impotência do seu governo de garantir a ordem, de garantir o direito de propriedade, de garantir até a vida humana, e requeira a interferência das forças do Exército." Porque o Exército aí interfere. O Exército não vai ferir a autonomia do estado.

E.R. - Porque o Exército também, sob certos aspectos, estava dividido entre dar apoio aos proprietários ou aos camponeses.

J.P. - É, havia os generais pelegos. Mas aqui na Paraíba nós só tínhamos um general desse tipo, que era o general Augusto da Mata. Era quem comandava a guarnição. Mas a oficialidade do próprio Grupamento de Engenharia era uma oficialidade muito correta ideologicamente. E a oficialidade do 15º, desde o comandante até os sargentos, era gente da melhor espécie. A nossa salvação aqui foi o Exército também.

E.R. - Esse general era comandante do Batalhão de Engenharia?

J.P. - Ele comandava um grupamento de engenharia e comandava a guarnição federal. Foi cassado na primeira lista de cassações. A nossa salvação aqui ainda foi o Exército, porque nas horas derradeiras sempre vinha uma cooperação. E nós agíamos de comum acordo com eles. Recebíamos informações deles.

Então o governador irritou-se muito, e houve um atrito entre mim e ele - voltando àquela história - porque ele achou que eu estava sendo rude. Eu estava sendo sincero, ele confessava que não tinha poderes, que era impotente pra manter a ordem e que nós devíamos era nos conformar. Então houve o seguinte: começamos a pensar o que fazer dentro daquela situação. Já era uma das muitas invasões premeditadas, anunciadas com antecedência. E fomos ao coronel Ednardo D'Ávila Melo, que, a esse tempo, estava no comando da guarnição federal. Ele disse: "Diga ao proprietário rural que fique na propriedade dele pacificamente, de chegarem armados, atirando, ele comunique mais uma vez à Polícia, e, não tomando nenhuma providência, nos comunique. Nós teremos que dar um jeito." Numa certa madrugada, na madrugada justamente do dia que eles anunciaram, eu não me lembro exatamente da data, do dia a do mês, mas no ano de 64... A revolução foi em março, isso devia ser em janeiro, ou fevereiro.

E.R. - Já então em cima...

J.P. - Já, muito perto da revolução, que ninguém acreditava mais nem que essa revolução viesse, embora o coronel Ednardo D'Ávila, o major Cordeiro, o tenente-coronel Rubens Pereira sempre nos acalmassem e nos disseram que haveria de haver uma solução, que nós não desesperássemos, que o Exército não ia deixar o país se conflagrar nem ser entregue na mão dos comunistas. Mas aí nós já estávamos desiludidos, desesperados. Então vem o recado de Meireles. Um filho dele, que está aí para contar esta História, Mário Cartacho, que era também um proprietário rural que foi para lá para ficar solidário com ele, e o irmão, César Cartacho...

E.R. - Dois filhos do Meireles?

J.P. - Não, um filho do Meireles e esses dois amigos, que, entre outros amigos que foram para lá - inclusive com armas nas mãos para não entregar a sua terra, nem se deixar eliminar sem uma resistência, depois de apelas para os meios legais, tinham que se defender à mão armada -, esses chegaram aqui em João Pessoa mais ou menos pelas duas horas da madrugada, para nos dizer que na noite daquele dia, pelas nove e meia, dez horas, a propriedade fora cercada, e já tinha havido tiroteio. Eles descarregaram as suas armas contra a casa-grande. O telhado da propriedade já tinha sido danificado pelas balas, portas furadas de tiros etc. E mandaram uma mensagem escrita, que de lá

ninguém saía, quando amanhecesse o dia eles invadiriam a casa. Se houvesse resistência, todos seriam mortos.

E.R. - O Assis Lemos estava presente?

J.P. - Comandava, segundo consta, segundo dizem. O Exército sabe informar melhor, porque o Exército tinha elementos, a essa altura da luta já o Exército tinha soldados de sua confiança, ou cabos, vestidos de camponês, espalhados na área, que participavam das invasões e tiravam retratos. E o Exército tirou retratos de Assis Lemos de chapéu de palha. Um deles eu até mostrei na Assembléia, quando ele negou que participava das invasões, que não ia na frente. Eu exibi o retrato. Isto foi um impacto tremendo. Então o Exército deve ter elementos de provas, com informes, com relatórios dados por esses elementos de sua confiança, por esses seus espias. -s vezes eram sargentos, cabos, ou soldados, que eram destacados, de confiança, para ir para essas áreas ficar ali como morador, como camponês. E participava dessas invasões de armas na mão também, tirava retratos com máquinas pequenas - essas máquinas que se usam até, às vezes, como um broche, disfarçado. Então eu não me lembro exatamente se dessa invasão o Assis Lemos participou, se foi à frente dela. Mas de outras eu tenho certeza, e é possível que dessa também. Então a mensagem era o seguinte: que durante a noite eles não arrecadassem pé e ao amanhecer o dia a casa seria invadida para a partilha das terras, e se houvesse resistência todos seriam mortos. Era um número grande de gente que cercava...

E.R. - Eles cercavam a casa-grande, não é?

J.P. - Eles cercavam a propriedade, ficavam à distância de um tiro de fuzil, de uns 4.500 metros escondidos no mato, ou faziam barricadas, ou por trás de toros de pau etc. Então era essa a situação dentro da fazenda. Vem o aviso. Como esse povo foi sair para fazer o aviso? Saiu cuidadosamente. Quando quiseram ligar um automóvel, um Volks, um tiro falou em cima do automóvel - o automóvel ainda chegou aqui furado de bala - , então eles desligaram o motor e resolveram, depois de alguns minutos, sair empurrando esse carro por uma estrada carroçável, uma estrada que não era mais usada, para ir daí para o município de Araçaji, por um atalho. Eles empurraram esse carro mais de um quilômetro, para poder, lá adiante, ligar a máquina. E assim conseguiram chegar em João Pessoa. Vão à casa do dr. Agnaldo Veloso Borges, que era quem eles primeiro procuravam na Paraíba. Era dr. Agnaldo, ou, na falta dele, a mim. Contam o que estava ocorrendo. O dr. Agnaldo estava nessa noite, nessa madrugada, acometido de uma crise renal - ele sofre de cálculos renais ou sofria, não sei se já ficou bom ou se operou, mas sofria de cálculos renais - e mandou-me um bilhete, dizendo que os rapazes tinham vindo, contando que a invasão tinha-se realizado realmente e que eu tomasse as providências que já havíamos mais ou menos, acertado com o coronel Ednardo D'Ávila Melo. Eu então fui acordar o coronel Ednardo D'Ávila Melo com esses rapazes... com o Mário Cartacho, com César Cartacho e o Meireles, filho de João Meireles. O coronel Ednardo disse-me então que, naquele dia à tarde, o general Augusto da Mata Ribeiro havia retornado, de sua viagem a Brasília, ao Rio de Janeiro, e reassumira o comando da guarnição federal, e ele então não podia dar mais nenhuma ordem, nenhuma determinação sobre o assunto, mas que eu fosse acordar o general, em nome dele e dissemos o que estava ocorrendo e o que nós havíamos combinado anteriormente.

Eu fui acordar o general. Para se aproximar da casa de um general, notadamente numa hora dessas - eram mais de duas e meia, bem umas três horas da manhã - é um problema meio sério. Eu tive que acordar o soldado da guarda, tive que falar com o soldado da guarda, o soldado da guarda me levou ao cabo, o cabo me levou ao sargento, até que este sargento me levasse a um oficial, que foi o então tenente-coronel Galileu. (Depois, como general, ele comandou o grupamento aqui, agora, já recentemente, no governo, no fim do governo de Ernâni Sátilo. Ele sabe dessa história. Nós inclusive recordamos, em presença de amigos, todo esse episódio.) Conteí ao tenente-coronel Galileu tudo o que se estava passando, de onde vinha, vinha da casa do coronel Ednardo D'Ávila Melo e, a conselho dele, estava ali. Ele, um oficial, um homem de

responsabilidade. Se ele achasse que eu devia levar o assunto, naquela hora da noite, ao general, ele diria; e se ele achasse que não, ele também deveria dizer. Mas ele achou certamente que a coisa era tão grave, que nós deveríamos levar ao conhecimento do general naquela hora mesmo, naquela madrugada. E fomos acordar o general. Eu, os meus acompanhantes e ele.

E.R. - Na casa particular...?

J.P. - Na casa do general, na casa do general, que é nas proximidades do Grupamento mesmo, mas a casa residencial do general, a casa oficial. Aquele homem, ao acordar e abrir a porta, quando me viu, só não me chamou de arroz-doce. Ele me disse tanto desaforo. Quando o coronel contou o que estava havendo, ele virou-se para mim e disse: "Isto tudo é culpa do senhor!" Eu digo: "Minha?!" E ele: "Sim, que está radicalizando a luta na Paraíba. O senhor é que é o responsável, que está em tudo vendo visagem comunista, radicalizou. Está aí como está a coisa nos campos por causa do senhor, que criou uma tal de Associação dos Proprietários para brigar com os camponeses!" Digo: "A culpa não é minha não." E então fui tratando de sair. Quando cheguei do lado de fora, fui recuando, que encostei o portão, que fiquei na rua, eu disse: "A culpa é do general pelego da sua marca, de generais impatriotas como Vossa Excelência que protegem comunistas como Assis Lemos, que arranjam revólver 45 pra ele usar com porte de arma federal, por ordem do presidente João Goulart." Então o coronel Galileu saiu de lá e dizia... Ele gritava de lá, o general, e eu gritava de cá. Foi um diálogo muito veemente. E o coronel Galileu dizia: "Cale-se, por favor, não diga nada, senão esse homem lhe prende. E foi me botando no automóvel. Mas o general ficou tão apoplético, que eu acho que ele não ouvia o que eu dizia. Ele se preocupava só em me apodar, ofender, me dizer desaforo. E eu reagia. Eu dizia: "Mal-educado, que não sabe receber ninguém em sua casa, eu vi acompanhado de amigos que pedem proteção e segurança, e vim pela mão de um coronel..." Mas não havia jeito, ele nem me ouvia...

E.R. - Foi um conflito pessoal, não é?

J.P. - E graças a Deus ele não me ouvia, senão ele me prendia. Mas lá para as tantas, eu já dentro do carro, ele disse que ia me denunciar, representar contra mim o comando do IV Exército. E eu digo: "E eu vou representar, também, contra o senhor, logo amanhã eu vou fazer um discurso na tribuna da Assembléia." Bem, mas aí eu saio e vou direto para a casa do coronel Ednardo. O coronel Ednardo ficou surpreso.

E.R. - Ele tinha ficado substituindo...

J.P. - Que era o substituto do general. Era, depois dele, a maior patente. Quando ele saía, quem assumia o comando era o coronel Ednardo. E era comandante do 15º RI. Esse nosso amigo, revolucionário 100%, como coronel Galileu também, mas o coronel Galileu era subalterno desse general. Esse general aqui, fretando o negócio...

E.R. - Esse general é o que...

J.P. - É o que foi cassado, era o comandante da guarnição. Se não me engano era Augusto da Mata Ribeiro, um nome assim. Bem, vamos contar o que houve ao coronel Ednardo D'Ávila. Contamos tudo ao coronel Ednardo D'Ávila que ficou surpreso e revoltado.

E.R. - Ednardo D'Ávila não era do Grupamento de Engenharia, era...

J.P. - Comandante do 15º Regimento de Infantaria. Ele então sai conosco e vai ao coronel Macário, que era o secretário de Segurança, homem do Exército, porém um homem muito tímido, um homem muito indeciso e indefinido. Obedecia, de um lado, a orientação do governador de não interferir. Era um homem muito humano, aliás, era um homem bom, mas era um homem que não era para o momento. Ele obedecia a

orientação do governador, mas, de certo modo, se contrapunha à sua formação de militar, de homem do Exército, de democrata, não é? Mas lá o Ednardo D'Ávila Melo exigiu, foi em termos de exigência, que ele tomasse uma providência, senão ele mandaria uma companhia, ou um pelotão do 15º, para Mamanguape. Ele ali mesmo assumiu o compromisso, e a tropa seguiu para Mamanguape.

E.R. - Quer dizer, aí a tropa da...

J.P. - A tropa da Polícia.

E.R. - Não era a do 15º não, não é?

J.P. - Não...

[FINAL DA FITA 4-B]

E.R. - Quer dizer que o Ednardo era comandante do 15º?

J.P. - Do 15º, o coronel... Fomos a ele, o Ednardo vai conosco, como última cartada, testar a Polícia, porque se a Polícia não fosse, ele mandaria o Exército.

E.R. - A Polícia não estava muito vinculada ao governador, não?

J.P. - Inteira do governador! Mas, com o coronel comandante do 15º, um coronel do Exército e um coronel, que, portanto, era um superior do coronel Macário, que era coronel da Polícia Militar comissionado...

E.R. - O coronel Macário era da Polícia Militar?

J.P. - Não, era do Exército, comissionado comandante da Polícia. No Exército ele era major. Ele, portanto, na hierarquia do Exército, era subordinado ao coronel Ednardo. O coronel Ednardo então disse o seguinte: "Se você não agir, eu venho aqui como último recurso, eu ajo."

E.R. - Isso na mesma madrugada?

J.P. - Na mesma madrugada. Isso foi uma coisa após outra. Aí ele se comprometeu, e ali mesmo saímos com ele e com o coronel Ednardo D'Ávila, à revelia do governador - ele veio a saber quando o dia amanheceu -, a mandar essa tropa urgente para a propriedade de Mamanguape. Uma hora e meia, ou uma hora e quarenta de viagem, estava lá. Então, ao amanhecer do dia...

E.R. - A tropa da Polícia?

J.P. - A tropa da Polícia, com um observador do Exército, porque foi um ou dois observadores, para examinar a situação local. Então eles, os camponeses, devidamente avisados, levantaram o cerco, deixaram o local. Ainda se encontraram lá armas que foram abandonadas na fuga e ainda se encontraram os vestígios, os tiros nas paredes, nas portas e telhados, revolvidos de balas, quebrados de balas etc. Eu estou demonstrando a você, com esses fatos concretos, o que foi a luta na Paraíba, a luta na fase da pré-revolução. Outro episódio que eu poderia referir, foi o da chacina...

E.R. - E a morte de Rubens Régis...

J.P. - A morte de Rubens Régis posso referir a você...

E.R. - Ele era tesoureiro da Associação, não é?

J.P. - Não, ele não era tesoureiro, ele era apenas integrante da Associação.

E.R. - Ele era proprietário, ou só integrante?

J.P. - Era proprietário. Era proprietário rural e era um homem muito destemido e morreu por excesso de coragem, até por uma coisa que eu acho que ele não devia ter feito. O Rubens nessa luta, como muitos proprietários, passou a ser solidário até o sacrifício com aqueles que eram vítimas de invasões. Houve uma invasão numa propriedade de um outro elemento, cujo nome eu não recordo. Eles instalaram lá, depois dessa invasão, foi uma invasão pequena, instalaram lá um camponês...

E.R. - Não foi o massacre de Mari não...

J.P. - Não, o massacre de Mari é outro... Eu ia contar, e você fez a pergunta sobre Rubens Régis. Instalaram ali naquele negócio um camponês e eles começaram a fazer a casa do camponês, em regime de mutirão. Quando o proprietário chegasse, a casa já estava... Este proprietário era um homem meio mole, não me lembro agora o nome dele, e veio atrás de elementos da Associação para pedir uma proteção. Da mesma maneira que eles faziam aquela casa na carreira, os proprietários rurais iam com elementos, alguns até pessoalmente e outros com companheiros etc., e botavam abaixo. A casa era feita sem ordem, para instalar. Então os proprietários rurais, um grupo de proprietários que foram arranjados na hora, pela insistência de Rubens Régis... Aí que eu discordei de Rubens... se eu tivesse sido sondado na época, eu teria discordado. Se eu fosse voto vencido, eu teria ido, podia ter morrido também, ou ter sido alvejado, ou ter escapado como os outros escaparam, mas por um triz. O Rubens Régis achava que deveria ir um grupo nessa noite - eles começaram a fazer a casa de madrugada e terminaram de dia, então nesta noite, logo a seguir, para não fazer posse, se devia botar a casa abaixo -, veio aqui, pegou um grupo de amigos - vários proprietários, aqueles que ele alcançou, gente mais moça, gente mais decidida, mais solidária -, me procurou em minha casa, e eu estava viajando. Eu tinha ido a uma audiência como advogado, que era de uma parte, numa cidade do interior. E esta audiência terminou muito tarde, e o juiz determinou a continuação da audiência para o dia seguinte. Lá eu dormi e telefonei para casa, dizendo que só viria no outro dia, quando terminasse a audiência. Então ele me procurou na minha casa, para air também. Eu não iria, eu só iria em último caso, mas iria dizer que não convinha ir e nem consentiria que ninguém fosse, porque era de perigo, eu sabia que ia haver tiro, que podia morrer muita gente...

E.R. - Isso foi 64 já...

J.P. - Já, em 64. Mas ele convenceu dr. Agnaldo, que estava aqui, que dr. Agnaldo devia ir. Dr. Agnaldo e homem muito forte, muito disposto e muito solidário. Ainda fez umas ponderações, mas ele achou que devia ir porque... Outro erro: dr. Agnaldo era o chefe, se dr. Agnaldo tivesse morrido, seria uma perda irreparável. Dr. Agnaldo foi.

Saíram daqui mais ou menos às quatro horas da manhã e quando chegaram lá, que começaram a botar a casa abaixo, aí o tiro falou no céu. Estavam cercados de dentro das moitas da capoeira, começaram a surgir tiros de fuzil. Aferraram-se ao terreno. Estavam armados, porém, de armas curtas, revólveres uma desvantagem imensa. Aí o dia foi amanhecendo, clareando, eles viam de onde saíam os tiros, mas não viam quem estava atirando, pois os camponeses estavam protegidos pelo mato, estavam abrigados. E esse grupo de amigos quase que num descampado, no terreno da casa, aferrados, ao solo, as balas passando ali juntinho. O Rubens Régis, num gesto de afoiteza, de arrojo, de coragem extraordinária, mas um gesto imprudente, resolvi ir identificar quem estava atirando e fez um lance, como se chama em gíria militar - correu daqui para deitar-se mais adiante e sair dando outros lances até chegar à orla do mato, e isto também atirando. Foi atingido por uma bala de fuzil, pegou na região torácica, fuzil descalibrado, saiu do outro lado um buraco. Caiu morto. Rapaz novo, rapaz forte,

fisicamente e moralmente era um rapaz forte, rapaz corajoso. Moreu na hora. Morto Rubens Régis, eles, aí, deixaram o local, eles não queriam ser identificados como autores do homicídio. deixaram o local. Só depois de um certo silêncio, foi que o pessoal, tendo chegado à conclusão de que não havia mais ninguém - não houve mais tiro -, foi de um a um se aproximando, ainda dando uns tiros, viu que não tinha mais ninguém.

Trazem o cadáver de Rubens Régis aqui para João Pessoa. Zoada, etc., nota no jornal, nós demos nota no jornal, enterro, mas a imprensa achou história demais. Pedimos ao governo de Pedro Gondim abertura de inquérito, que era o natural, não se precisava pedir. Este inquérito foi instaurado, nunca terminou, ninguém sabe onde anda, nunca se concluiu nada - eis o governo de Pedro Gondim! Quando Pedro Gondim tomar conhecimento deste meu depoimento, ele ficará chocado, eu gosto muito dele, o admiro até como pessoa humana, um bom sujeito, homem inteligente. Mas esta é a verdade histórica. Se eu sou chamado para dar um depoimento, eu tenho que dizer: onde está, Pedro Moreno Gondim, o inquérito para apurar a responsabilidade dos autores pelo homicídio de Rubens Régis? Quando houve a morte de João Pedro Teixeira, fizeram um inquérito, este inquérito foi concluído. Fez-se um inquérito tendencioso, querendo se extorquir provas...

E.R. - Os irmãos de Rubens Régis quiseram vingar o...

J.P. - Não, nunca quiseram vingar... Eles não sabem quem matou...

E.R. - Não tentaram, na Assembléia, responsabilizar o Assis Lemos não?

J.P. - Não; responsabilizaram Assis Lemos, porque ele realmente era quem dirigia tudo aquilo, como responsabilizaram Pedro Gondim - porque o que se queria era apuração -, mas uma responsabilidade em termos, não de dizer: "Eu vou matar." De maneira nenhuma. Eles nunca... Se eles quisessem matar Pedro Gondim, matavam. Pedro Gondim anda todo dia aí na rua. Se quisessem matar Assis Lemos, tinham morto, naquela época ou agora mesmo - Assis Lemos está em João Pessoa. Já veio a João Pessoa fazer campanha de João Agripino para governador do estado. depois da revolução, ele esteve na capital, em João Pessoa, em vários municípios, fazendo a campanha - apesar de deputado cassado - de João Agripino para governador do estado. Era fácil de matar! Quando se quer matar mesmo... Assis Lemos está, parece, no Paraná, era só descobrir o endereço dele. Não, eles nunca fizeram isso, nem convém mexer nisso. A nossa orientação, e a dos irmãos inclusive, sempre foi esta. Agora, eles têm um desgosto profundo, porque ficou impune a morte, nunca houve inquérito. Ou, por outra, houve um inquérito "para inglês ver", dando-se uma satisfação num momento à opinião pública e à família, e o inquérito não se concluiu.

Então eu quero mostrar a diferença do tratamento da Polícia do então governador Pedro Gondim. No inquérito de João Pedro Teixeria, devia haver inquérito, que se concluísse como se concluiu, que se instaurasse o processo... Mas fez-se o inquérito tendenciosamente, querendo-se extorquir provas, fabricar mandantes, com todo o estardalhaço pela imprensa. E o chefe de Polícia (.....) as diligências que competiam a um delegado de Polícia fazê-la em Sapé, que era o foro da culpa, e já que o governador tinha determinado que o chefe de Polícia fizesse essas investigações, pela gravidade do fato, ele fosse fazê-las lá, mas fazia aqui desta maneira como eu estou contando. Tem inquérito de uma comissão interparlamentar que apurou tudo isto. E na morte de Rubens Régis, onde está o inquérito, onde está o processo? Quem foi apontado como responsável? Ninguém!

E.R. - Quando Rubens Régis... Esses acidentes todos foram nas proximidades de 64...

J.P. - Sucessivos. Começaram em 63 as invasões, as lutas, os açoites, as sevícias, teve proprietário aí que apanhou. E no final de contas, os processos de desmoralização foram continuando até 63, até 64, quando aí já estava no auge. Aí era o auge da agitação em todo o país, não era só aqui não.

E.R. - Quando Pedro Gondim soube que a Polícia tinha ido para desmanchar a agitação na fazenda de...

J.P. - Certamente eu não sei qual foi a reação dele, mas certamente o secretário de Segurança, o coronel PM e major do Exército Renato Macário comunicou que isto foi decorrência de uma...

E.R. - Ordem superior...

J.P. - Não, ordem não se podia dar ao estado; mas de uma solicitação enérgica do coronel Ednardo D'Ávila, dizendo que se a Polícia não interferisse, ele interferiria, ele mandaria a tropa, e a responsabilidade seria dele, Macário. Então decerto que o governador, é o que eu suponho, deu por bem-feito, ou se não deu, engoliu a pílula.

E.R. - Uma coisa também que eu...

J.P. - Agora o caso de Mari que você falou. O caso de Mari...

E.R. - Foi o que teve mais mortes

J.P. - O que teve maior número de mortes. De uma vez só...

E.R. - Mari é uma propriedade.

J.P. - Não, Mari é um município. Tem sede na cidade do mesmo nome, e ali nas proximidades da cidade tem várias propriedades. Numa, dessas propriedades, pertencente a Renato Ribeiro Coutinho, onde havia... Renato, no início, com aquele temperamento muito cordato que ele tem, muito (.....) muito acolhedor, homem de paz... Não é homem de guerra. É homem de fazer todos os meios para uma composição e acessível. Mas já estava, também, ameaçado de invasões, de morte, e seus parentes todos ameaçados de invasão às suas terras, até que ele teve que tomar uma providência e se guarnecer com homens e arranjou alguns elementos: uma equipe de sargentos reformados da Polícia, a quem ele pagava uma mensalidade para manter a segurança nas suas propriedades.

Esse esquema de segurança nessa propriedade nas proximidades de Mari, foi todo massacrado. Houve lá, então, uma tentativa de invasão, um problema lá, negócio de moradores, queriam invadir a terra, uma área. Eu não sei bem ao certo, rigorosamente, qual foi o problema, mas foi um problema mais ou menos como esse, e o esquema de segurança estava pronto para reagir, porém o gerente desta empresa, da empresa de Renato...

E.R. - Não teve o caso de uma arma que os camponeses tomaram numa propriedade próxima? Então foi o...

J.P. - O Gouveia foi intercessor nesse episódio na idéia de que a sua palavra suasória, sua palavra de homem educado...

E.R. - O Gouveia era administrador...

J.P. - Ele era administrador da propriedade de Renato. Ele foi nessa suposição. Um rapaz muito conceituado aqui, da sociedade, genro de Otacílio Coutinho, casado com a filha de Otacílio Coutinho, de uma família tradicional aqui... Rapaz fino...

E.R. - Ele foi sozinho...

J.P. - Ele foi inicialmente sozinho no intuito de parlamentar e convencer esse povo. Aí foi agredido, praticamente agredido, com palavras. A coisa ficou azeda e, neste negócio,

quando ele foi agredido pelos camponeses que estavam ali, deram logo um bofetão nele, aí chega o pessoal da segurança. Quando deram o bofetão, que ele caiu...

E.R. - O pessoal da segurança ficava...

J.P. - Fico em derredor, vendo se ele conseguia êxito, ficou nas proximidades, que ele não deixou ninguém ir...

E.R. - Ele foi lá para qual finalidade?

J.P. - Para ver se acalmava, se fazia um acordo.

E.R. - Era questão de...

J.P. - Era questão lá de uma área de terra que eles queriam ocupar, queriam plantar etc... e ele, dizem, ia na disposição até de ceder, de fazer um acordo, contanto que aquela invasão não passasse dali, só fizessem aquele... eles cederiam aquela área. Havia uma coisa assim. Este negócio eu não sei exatamente, já faz algum tempo, mas parece que foi assim, que a motivação foi esta. Não vou dizer que tenha sido rigorosamente assim. Mas o que é fato é que ele foi no propósito de encontrar uma solução de paz, fazer um acordo. Foi agredido, então o pessoal da segurança veio. Ora, ele já estava no chão com a bofetada, deram-lhe uma pancada de enxada na cabeça, e ele morreu desta pancada. Aí receberam o resto no tiro.

E.R. - Eles estavam armados.

J.P. - Armados. Poderosamente armados. E vou lhe dizer mais, esses sargentos e cabos da Polícia que foram... Eu vi os cadáveres. Eu fui visitar com minha mulher, depois que eles vieram para cá. A boca rasgada de peixeira, o nariz decepado de peixeira, as orelhas cortadas de foice, os olhos arrancados das órbitas. Havia pessoas que já mortas de tiros, ou já baleadas, a gente vende que foram atingidas de tiro, mas que depois de caídas ao chão estavam pepinadas, o tórax todo pepinado de faca peixeira. A cabeça toda furada de peixeira, ou de foice, ou de enxada. Porque aqueles que estavam ali, com quem o Gouveia foi parlamentar, conversar, estavam armados de foices, de peixeira e enxada, para dizer que isto era instrumento de trabalho; mas aqueles que estavam no mato, escondidos, ou à distância, ou por trás de casas ou de moitas, estes não estavam armados de foices e de enxadas não, estes estavam armados de fuzis e de mosquetões. Quem dava estas armas a este povo, é uma coisa que o Exército é quem deve saber, porque a revolução deve ter investigado tudo isto. Nesse episódio de Mari toda esta gente foi morta. Se não me engano foram 11 pessoas de uma vez só. Nós fizemos os enterros...

E.R. - Quantos de um lado, quantos de outro?

J.P. - Não, só morreram do lado do... Morreu este administrador e morreu a guarda de policiais reformados, de homens da Polícia reformados que estavam sendo financiados para montar guarda às autoridades, que era um dos meios de que certos proprietários se utilizavam para garantir as suas terras, os seus direitos. Então do lado de lá, quase não morreu ninguém. Até agora você só viu um camponês morto, só um camponês morto. E eu desafio a quem quer que seja que aponte outros.

Você vai encontrar camponeses mortos, o que é um absurdo também. uma miséria, após a revolução - mortos ou desaparecidos e tidos como mortos. E muitos dos quais surrados, seviciados, a ponto de ficarem com costelas quebradas, a mandado... No final do governo de Pedro Gondim, na fase da pré-revolução, quando a revolução estava para triunfar ou para eclodir, e ele já querendo se situar bem perante uma área, nomeou um dispositivo policial e depois da revolução - depois da revolução vitoriosa sobretudo - se deu muito em gente na Paraíba, contra o que eu me levantei na Assembléia. Estão aí os Anais com os meus discursos. Por isto passei a ser *persona non grata* da revolução que eu ajudei a fazer na Paraíba. Porque nem sempre nós encontramos no Exército oficiais

da categoria do general Ednardo D'Ávila Melo, hoje general reformado, que comandou o II Exército, e me dói no coração ler o que se disse: que este homem saiu de São Paulo porque teria responsabilidades em torturas. Ele é incapaz de torturar. Podem ter torturado em São Paulo, eu acredito. Aquele negócio que houve lá, você sabe do fato, não é?

E.R. - Do jornalista... Herzog...

J.P. - Na gestão dele, porque um general não vê tudo no comando de um Exército. Pode ter acontecido. Deve ter acontecido, o fato foi divulgado, deve ser verdadeiro, mas não que o general Ednardo D'Ávila Melo seja capaz de torturar ninguém, de mandar torturar. Mas depois da revolução vitoriosa, o esquema policial da Paraíba prendeu camponês a torto e a direito, levava para o 15º, dava surra, e houve camponeses que desapareceram até hoje, como o Nego Fuba, Pedro Fazendeiro. Então você vai ver camponeses desaparecidos ou mortos, ou seviciados, não pelos proprietários rurais, diga-se de passagem...

E.R. - Eles eram também da região dos...

J.P. - Aqueles líderes que lutaram, foram todos presos depois da revolução. As prisões, justas, certo, vamos investigar, fazer os processos, mas nestas diligências para prendê-los, muitos foram espancados, pernas quebradas no cacete, costelas quebradas no cacete. Então, depois que se sujeitava é que se levava preso. E outros saíram do 15º, como Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, saíram, foram soltos, e até hoje ninguém viu estes homens! As famílias me procuraram, depois da revolução, os filhos de Pedro Fazendeiro, parentes, a viúva - eu considero viúva, eu considero que ele morreu até prova em contrário, este homem não apareceu mais nunca - para pedir providências, e eu levei o assunto e pedi providências da tribuna da Assembléia ao governador do estado, que era Pedro Gondim, e o silêncio foi resposta. até hoje não se abriu inquérito para apurar isto, porque constava que a guarnição, o oficial de dia do 15º Regimento de Infantaria, tinha entregue os homens, solto os homens, liberado, soltou os homens, de noite. E o que correu foi que um certo contingente da Polícia Militar do estado pegou os homens à altura da praça Bela Vista e os levou. Então eu pedi ao governador que apurasse.

E.R. - O contingente do próprio 15º...

J.P. - Não, da Polícia! Daí os homens desapareceram. Então eu pedia, de um lado, ao governador que abrisse inquérito para apurar isto, que a revolução não foi feita para - era este o meu entendimento - eliminação sumária de ninguém. Todo indivíduo tinha que ser garantido nos seus direitos de vida, propriedade ou todos aqueles direitos garantidos pela Constituição e pelas leis do país. E ninguém poderia ser eliminado. Não havia pena de morte. Mesmo nesse tempo ainda não havia pena de morte contra o que eu sou. Hoje já existe uma legislação de pena de morte, que ainda não foi aplicada graças a Deus...

E.R. - É, só nestes casos, e ninguém foi ainda eliminado, executado. Parece-me que houve uma condenação à morte, mas foi comutada pelo presidente. Mas vá lá, eu sou contra a pena de morte de modo geral, mas vá lá esta que existe na lei, e que se executa, nem o governo teve a coragem de executar, porque a sensibilidade do nosso povo e a nossa formação não permitem, quanto mais a eliminação sumária, a morte violenta assim! E isto eu também pedia ao comando da guarnição federal que apurasse! Eu pedia dois inquéritos: um na área do Exército, outro na área da Polícia Civil do estado, porque o Exército devia comprovar realmente que nada fez com os homens e que soltou os homens como se dizia. Se o Exército comprovasse isto, vinha outro inquérito para comprovar quem pegou os homens, onde estavam estes homens, que a família estava exigindo.

E.R. - Eles formalmente foram soltos.

J.P. - É o que consta. Foram soltos do 15º RI.

E.R. - Isto em 64...

J.P. - Já a revolução vitoriosa, depois da revolução vitoriosa. Porque só se prendeu camponês na Paraíba, quando a revolução foi vitoriosa ou quando se procurou evitar um tanto aquela movimentação, já no fim, quando o governador Pedro Gondim, premido por todas essas circunstâncias, já tendo havido 22 mortes, aí se alarmou. Com o esquema, também, que estava preparado em cima dele, de reação, nas forças políticas do estado, e também ele sentiu qualquer coisa, as antenas dele pescaram qualquer coisa. Que a revolução já estava sendo preparada, eu sabia... não do dia exato da revolução, mas eu sabia pelos contatos que tinha com a área militar. Nós vivíamos em contato com a área militar, nós estávamos prontos para a revolução. Nós comprávamos armas em São Paulo, do governo de Ademar de Barros...

E.R. - Para aqui, para...

J.P. - Para nós nos defendermos e participarmos da revolução. Foi intermediário nessa transação o coronel Roberto de Fonseca, que era auxiliar do governo paulista e era paraibano.

E.R. - A revolução aqui foi uma ligação, mais ostensivamente falando, desses proprietários com uma parcela do Exército, não é? As pessoas identificadas com a propriedade privada neste sentido...

J.P. - Não, porque havia muita gente que não tinha propriedade... Vou-lhe pedir uma pausa aqui.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

E.R. - Essa Revolução de 64, em termos estaduais paraibanos, foi uma ligação de uma parte do Exército com que parte da população civil? Que parte da população civil estava mobilizada para uma revolução, estava se sentindo ameaçada por toda essa movimentação de mobilização dos camponeses, de reforma agrária...?

J.P. - Eu entendo, sem querer ser demagógico, que era a maioria, a quase totalidade do povo paraibano que ansiava por uma modificação, por uma revolução que contivesse aquilo, que modificasse aquela situação.

E.R. - Teve uma virada, porque a opinião pública estava muito mobilizada pelas razões dos camponeses, sob certo aspecto, tanto que a representação na Assembléia era de deputados do Partido Socialista...

J.P. - Não!

[FINAL DA FITA 5-A]

J.P. - Uns quatro a cinco deputados numa representação de trinta, 35. A maioria dos deputados não era ligada a esse movimento de agitação, não. Tanto assim que a representação era de - não me lembro bem - 37, e comprometidos com essa agitação, havia uma meia dúzia de deputados. Havia, porém, a turma do silêncio, e havia a turma do grito. Este minoria de cinco ou seis deputados, alguns eleitos na legenda de outros

partidos. Esta minoria era a minoria do grito, que fazia zoadas, até que se levantou uma outra liderança, através da nossa atuação e de outro grupo de deputados, alguns dos quais já referi, para se contrapor, mas quando a luta se radicalizou. E isto repercutiu tão bem na opinião pública, que nós estávamos formando aqui associações de donas-de-casa - não era só associações de proprietários - de juventude, de acadêmicos, de pré-universitários. Então no nosso momento... Por exemplo: nós fundamos aqui o comitê pró-Carlos Lacerda, que era uma maneira de lutar, porque Carlos Lacerda naquela ocasião era o líder contra aquela anarquia. O maior líder nacional contra essa agitação João Goulart, era ele. E logo em seguida o Magalhães, que teve uma atitude de início, mas depois se definiu prontamente. Mas Lacerda desde o início...

E.R. - E Ademar de Barros também...

J.P. - E depois o Ademar de Barros. Este era o grande trio, estas três chefias civis nacionais de revolução: Ademar de Barros em São Paulo, Carlos Lacerda na Guanabara e Magalhães Pinto em Minas. Mas em todos os estados, em torno dessas lideranças nacionais, foram se aglutinando forças, na Paraíba também. Nós tínhamos pré-universitários, no nosso movimento. Donas-de-casa. Nós fizemos aqui, por exemplo, várias campanhas de motivação para uma luta anticomunista e antigoulartista. Nós fizemos uma exposição sobre o muro da vergonha, com a participação de moças e rapazes. Interessamos o Consulado da Alemanha Ocidental, que nos forneceu grande material sobre isto. Fizemos comícios, concentrações, com a participação de gente de todas as camadas sociais, inclusive líderes operários que ainda não estavam, vamos dizer, contaminados por aquela agitação, por aquela doutrinação. Agora, a nossa luta, que inicialmente começou desigual, foi tomando pé na opinião pública.

E.R. - Isto dá para ver bem a natureza da opinião pública: no princípio da luta, ela estava mais mobilizada com a organização dos camponeses.

J.P. - Mais mobilizada para o outro lado. Porque eles estavam organizados para isto e era a minoria do grito. Outra coisa, com grande penetração dentro da imprensa...

E.R. - Na medida em que...

J.P. - A luta foi se radicalizando e foi aparecendo quem lutasse do outro lado...

E.R. - E o caos social começou também...

J.P. - Começou a se aprofundar...

E.R. - Ela teve a carência do contrário, da segurança, e começou a apoiar mais o movimento pró-revolução. Esta passagem de opinião pública, e que levou consigo toda uma classe média, eu acho que foi fundamental...

J.P. - Foi fundamental! Nós tivemos o apoio decisivo da classe média. Para dar um exemplo: o enterro desses 11 chacinados na hecatombe de Mari, nós fizemos em conjunto, em desfile, uma verdadeira procissão fúnebre pela cidade. Fizemos questão de percorrer todo o centro da cidade, antes de nos dirigirmos ao cemitério. Acompanhado por carros de todos... todos os carros, carros particulares, fizemos um apelo a quem tivesse um automóvel, uma lambreta, que acompanhasse o enterro. Os 11 enterros de uma só vez, nunca se viu isto na capital. Isto mobilizou a opinião pública de João Pessoa e foi um impacto. O enterro no cemitério, todo mundo chorava. Eu fui um dos oradores, à beira dos túmulos, e esse discurso terminou sendo um discurso panfletário. Começou como discurso fúnebre, terminou como discurso panfletário. Aí o povo aos gritos pediu um comício improvisado. Para sairmos do cemitério e irmos fazer um comício na porta do palácio. E fizemos este comício na porta do palácio, em cima de Pedro Gondim, responsabilizando-o pela morte, pelo sangue derramado. Ele ouviu tudo!

E.R. - Ele veio a...

J.P. - Não! Ele ouviu... Tinha uma panela, ficou por trás de uma veneziana, e nós sabíamos que era ele que estava lá e dizíamos nos nossos discursos que ele mostrasse o seu rosto, a sua face, ao povo. O discurso foi feito com vários oradores: falou o dr. Alfredo Pessoa de Lima, que era um advogado, homem de profissão liberal, não tinha nada que ver; falou o general Renato Ribeiro de Moraes, aquele coronel que se desentendeu comigo no cerco da União, na invasão da União, e que hoje está internado na mesma luta, conosco...

E.R. - Já tinha rompido com Pedro Gondim.

J.P. - Já, já! A essa altura ele já estava do lado de cá, inteiramente. Falou também o dr. Sindulfo Guedes Santiago. Falei eu, falaram estudantes, discursos veementes, energéticos, e todos eles responsabilizando Pedro Gondim e o governo federal.

E.R. - Como é que o senhor via neste aspecto do governo federal, como é que o senhor via o João Goulart, que estava favorecendo o aparecimento de toda esta movimentação de base popular, no sentido dessas lutas camponesas? Como é que o senhor o via favorecendo a política dos camponeses, se ele no fundo estava mais interessado numa república, vamos dizer assim, sindicalista e sendo ele grande proprietário de terra no Sul?

J.P. - Aquilo que eu posso entender... É uma interpretação puramente pessoal de um episódio histórico, de uma fase da nossa história, mas é uma interpretação que eu penso mais racional. O João Goulart, o que queria, no fundo, era o poder. Ele queria se perpetuar no poder. Ele queria dar um golpe, fundando uma república sindicalista, ou parassindicalista, em que ele fosse o ditador deste país, perpetuando-se no poder. Ele quis imitar Getúlio, sem os talentos de Getúlio. Visando este objetivo, ele derivou para a esquerda, primeiro com os movimentos sindicais, com o operariado. (Sabe-se que ele era agitador desde muito tempo, desde quando foi ministro e teve que sair vetado pelo Exército. Sempre foi um homem que viveu agitando os meios operários, de movimento sindicalista.) Mas ele derivou demais para a esquerda e terminou sendo prisioneiro desses grupos esquerdistas que empolgaram o poder, que já estavam dentro do poder - os líderes comunistas ou esquerdistas que estavam na PUA, no CGT, e até mesmo nas repartições, nas autarquias federais, em cargos chaves.

E.R. - Em 63 o Congresso aprova a criação do estatuto do trabalhador rural, o estatuto...

J.P. - O Estatuto da Terra...

E.R. - O Estatuto da Sindicalização Rural. Acho que isto multiplica muito o número de Ligas Camponesas, que mais tarde vão ser transformadas não em Ligas Camponesas, mas em sindicatos rurais. Era mais no estilo do Jango...

J.P. - Havia essa disparidade, essa heterogeneidade de forças. Ele queria uma coisa, e me parece, por exemplo, que o seu cunhado Leonel Brizola já queria outra. Ele era prisioneiro, ele se sentiu prisioneiro e já teve força para comandar os acontecimentos, para dirigir os acontecimentos. Ele ficou perdido. Ele não podia mais cavalgar a onda e foi tragado pela onda. Ele não queria, a meu ver, uma comunização do país, ele queria uma perpetuação no poder, através de um golpe, de uma ditadura sindicalista, de um governo deste tipo. Mas ele não teria mais elementos de comando, tal era a impregnação de elementos comunistas dentro do governo. E o assalto ao poder poderia ser feito pelos comunistas. Esta coisa é muito complexa. Por exemplo, há quem diga, quem escreva que o Fidel Castro fez uma revolução contra uma ditadura - a coisa mais simpática do mundo - e que ele, talvez, não tivesse em mira comunizar Cuba...

E.R. - Ele não era de esquerda totalmente. Ele não era comunista, não. Foi financiada pelos Estados Unidos, a invasão.

J.P. - É, se diz isso. Foi até financiada pelos Estados Unidos para derribar uma ditadura.

E.R. - O Batista, não é?

J.P. - Mas o assalto ao poder pelos comunistas, que estavam em derredor dele, o levaram àquela orientação de entregar Cuba ao comunismo, comunizar Cuba. Então isto poderia ocorrer perfeitamente no Brasil. João Goulart querendo uma coisa, quer dizer, o inverso do Fidel Castro, mas ele querendo - aí é que está a semelhança - uma ditadura que o perpetuasse no poder, no regime sindicalista, e os comunistas em derredor dele, que ele prestigiou nesta política de esquerdização cada vez mais crescente, tomariam conta. Então havia um perigo de qualquer forma. De um lado, de uma república sindicalista; do outro lado, do assalto ao poder pelos comunistas. E em meio a tudo isso, em qualquer destas duas hipóteses, havia uma corrupção tremenda, com distribuição à farta de cargos, de sinecuras, o peleguismo dominando a nação...

E.R. - Quando a revolução começou a se aproximar, e o governador Pedro Gondim começou a ter que compor com determinadas forças mais revolucionárias, no sentido da Revolução de 64, ele não começou a prestar mais assistências às reivindicações que partiam dos proprietários desta classe média que estava se organizando?

J.P. - Já no final, nesta fase final, quando a luta tomou este vulto terrível, de sangue paraibano derramado, com a reação enérgica das camadas sociais, de forças mais ponderáveis, das parcialidades mais ponderáveis do povo paraibano, condenando aquela... Aí, o Pedro Gondim se recompôs, e isto o salvou de início, porque ele...

E.R. - Ele não é afastado com a revolução não, ele continuou no governo.

J.P. - Ele continuou para surpresa de muitos. Esta coisa eu quero lhe dizer. Quando rebentou a revolução, talvez eu tenha sido o primeiro civil a saber que a revolução iria rebentar. E vou lhe contar como. Nós liderávamos a área civil dos chamados revolucionários na Paraíba. Dr. Agnaldo Veloso Borges e eu liderávamos esse setor, sendo que a chefia militar cabia ao coronel Ednardo D'Ávila Melo, hoje general. E havia uma perfeita sintonia... Tudo o que nós fazíamos aqui na Paraíba era em consonância com o esquema militar. Nenhum passo nós dávamos sem antes conversarmos, trocarmos idéias.

E.R. - O esquema militar, a cabeça do esquema militar era o...

J.P. - O general Ednardo D'Ávila Melo, então coronel, comandante do 15º : Toda a oficialidade do 15º era nossa, no sentido de fiel ao regime democrático, de contrário àquela anarquia. E também oficialidade do grupamento, com exceção do seu comandante, e um ou outro oficial, mas a grande maioria do grupamento, embora sufocada pelo general. O general era pelego, era peleguista, era goulartista...

E.R. - Ele era paraibano?

J.P. - Não! Graças a Deus não. Ele não era paraibano. Ele era homem de fora, não sei de onde, se era gaúcho. Bem, mas o que era que eu ia dizendo?

E.R. - Que o senhor foi um dos primeiros civis a saber...

J.P. - Sim, um dos primeiros civis a saber. Havia chegado na Paraíba o coronel Plínio Pitaluga, que já fora enviado para cá pelo Castelo Branco, quando o Castelo Branco já estava...

E.R. - Articulando...

J.P. - Articulando o movimento, já tinha lançado aquela ordem do dia secreta para os... que foi lida nos quartéis para os oficiais. Ele mandara para cá o coronel Plínio Pitaluga, que iria chefiar o movimento aqui conosco, com o coronel Ednardo D'Ávila. Ele veio para fazer a revolução, revolução que ainda não estava marcada, que se esperava, assim, que fosse para maio, que nós, civis, vivíamos ansiosos por ela.

E.R. - Ele teria sido mandado pelo Castelo Branco.

J.P. - Castelo Branco. Veio chefiar a CR* - hoje é CSM** - antiga CR -, ficou lá. O coronel Ednardo D'Ávila Melo tinha me dito, fazia poucos dias, que o Plínio Pitaluga tinha chegado com esta missão - disse isto sigilosamente - e que queria fazer um contato dele comigo. Queria me apresentar, mas não houve oportunidade, porque a revolução foi antecipada. E eu ainda não conhecia o coronel Plínio Pitaluga, sabia que ele estava aqui, já bem uma semana ou mais, e que viera para chefiar o nosso movimento. Ele iria fazer eclodir a revolução quando oportuno. Mas quando, ninguém sabia, ninguém tinha data. Supunha-se, era uma mera suposição, que viria em maio. No dia 31 de março de 64, o coronel Plínio Pitaluga foi a Recife para estabelecer contatos, como ele sempre ia. O coronel Ednardo D'Ávila ia, e depois que o coronel Pitaluga chegou, ia mais o coronel Pitaluga que o coronel Ednardo D'Ávila. O esquema revolucionário em Pernambuco era o coronel Ibiapina. Na área militar: o coronel Ibiapina; coronel Antônio Bandeira, que hoje é general; coronel Ivan Rui, tenente-coronel Vilocq.

E.R. - A Paraíba agiu muito diretamente ligada a Pernambuco em termos revolucionários?

J.P. - Sim, porque na parte militar, tudo vinha de lá, de Pernambuco. As mensagens, as orientações eram dadas através destes chefes revolucionários militares para os chefes militares daqui. Eles só nos transmitiam aquilo que achavam que podiam transmitir. Mas o Plínio Pitaluga chegando no Recife, neste dia 31 de março... quando foi falar com o pessoal lá, com o Bandeira, com estes oficiais todos a que me refiro, o Bandeira, Ibiapina, então eles disseram: "Você volte para a Paraíba, que o negócio pode começar hoje." Então eles já tinham rádios cifrados...

E.R. - Então foi neste momento que o senhor soube que a revolução...

J.P. - Não, já, já, não, no fim da tarde. Então vem correndo de Recife para João Pessoa, viaja de volta. Reuniu-se com a oficialidade do 15º, aqueles oficiais que ele achou que devia reunir para conversar o assunto. E estavam esperando novas notícias na noite daquele dia 31 de março. E já havia as mensagens cifradas, recebidas por estes elementos revolucionários, porque eu compreendo, eu entendi de tudo isto, que o general Alves Bastos, Justino Alves Bastos, não estava ainda dentro da revolução, quem estava era este povo: era Ibiapina, coronel Ibiapina, coronel Ivan Rui, coronel Antônio Bandeira, tenente-coronel Vilog, entre outros. Este é que era o comando mesmo. O Justino teve depois que se definir e se definiu pela revolução, e foi preciosa a sua adesão, mas eu acho que ele estava antes no esquema legalista, é o meu ponto de vista, deduzido de tudo que soube a respeito do assunto. Mas o coronel Plínio Pitaluga, hoje general do Exército, viajou para João Pessoa. Quando cheguei em casa para jantar, negócio de 18 horas... Ao terminar meu expediente no meu escritório de advocacia, então recebo um aviso por intermédio de um sargento reformado do Exército, que era um elemento de ligação entre o elemento civil e o 15º. O coronel Ednardo D'Ávila mandou dizer por ele, sargento Lira - um funcionário do fisco do estado, sargento reformado do Exército -, que eu depois das nove horas não saísse de casa naquele dia.

*CR: Circunscrição de Recrutamento

**CSM: Circunscrição do Serviço Militar

E.R. - Que dia era esse?

J.P. - Dia 31 de março. Pelas 18 horas, quando eu tive ciência de que não devia sair de casa, porque...

E.R. - Aí já sabia que era uma mensagem revolucionária?

J.P. - Ele dizia o seguinte: "Que eu não saísse de casa porque tudo poderia vir naquele dia." A "encomenda" poderia chegar naquele dia.

E.R. - Isto foi mensagem de quem?

J.P. - Do coronel Ednardo D'Ávila Melo. Ele recomendava que, depois das nove horas da noite, eu não saísse mais de casa, porque estava mais ou menos assentado que a encomenda poderia chegar naquele dia. Era o aviso de que a revolução poderia chegar e que eu guardasse absoluta reserva disso, mas não saísse de casa, porque ele precisava que eu estivesse em casa naquela hora, a partir das nove horas. Fiquei muito emocionado, porque eu vinha esperando isto, desejando muito. Eu já tinha tido vários contatos, inclusive com Carlos Lacerda no Rio, Ademar de Barros em São Paulo e contatos permanentes com elementos das forças armadas, mas ninguém sabia quando essa revolução viria. Nós tínhamos certeza pelas informações...

E.R. - O caminho dela foi através de Recife para chegar à Paraíba?

J.P. - Até chegar à Paraíba foi através de Recife, desta informação dos elementos que serviam no IV Exército, militares do Ibiaipina, do Antônio Bandeira, do Vilog, do Ivan Rui. Não sei qual deles disse que o Plínio Pitaluga viesse, voltasse para João Pessoa e preparasse aqui o ambiente, porque tinham recebido mensagem cifrada que a coisa ia ser antecipada. Que minas já estava - nós não sabíamos também, não mandou dizer onde era - naquela situação. Nós, depois, tivemos ciência de que teve que ser antecipada, porque o Mourão antecipou com o Magalhães, jogou a procissão na rua. Bem, eu fiquei num estado de espírito, de ansiedade, de emoção muito grande. No final de contas, minha mulher notou aquela minha apreensão, aquele meu nervosismo. Perguntou o que era, mas eu não dizia nem a ela. Eu dizia que tinha sido uma tentativa de morte que eu sofrera dias antes, um sujeito que veio me matar, a mandado do pessoal da Liga Camponesa. Eram dois pistoleiros provindos...

E.R. - E houve esta tentativa?

J.P. - Houve sim, dentro do meu escritório!

E.R. - Como é que foi esta...?

J.P. - Eu fui avisado, previamente, pelo coronel Ednardo D'Ávila Melo, de que dois indivíduos vieram de Feira de Santana, ao que ele sabia e estava apurando, trazidos ou mandados trazer por Assis Lemos - as Ligas Camponesas importaram esses homens -, um para me matar e outro para matar o dr. Agnaldo Veloso Borges. Ele descreveu o tipo de cada um destes indivíduos. O Serviço Secreto do Exército tinha já ciência disto e sabia até onde estes homens estavam aqui. Então ele me deu este aviso e me deu o aviso, dizendo mais: que eu devia me prevenir, e devia botar uma pessoa para andar comigo. Eu nunca usei pistoleiro ao meu lado, mas tive que arranjar um amigo, um amigo forte, corajoso, para ser uma espécie de guarda-costas, para quando eu saltasse numa repartição, ou dentro do automóvel, ele estar me olhando. Fiquei nesta situação! Então eu disse para minha mulher que isto teria sido consequência deste meu nervosismo em que eu me encontrava. Nós vivíamos ameaçados de morte, minha mulher recebendo carta anônima...

E.R. - Eles tentaram matar o senhor, esses dois...

J.P. - Tentaram. Um deles; o outro tentou matar o Agnaldo. Depois eu vou lhe contar este episódio. Então eu atribuí a isto para despistar minha esposa, disse: "Não, é aquela coisa, você não ligue, maior que deus ninguém, eu confio em Deus..." E ela me chamou para ir numa primeira sessão de cinema, para me distrair. Eu fui, contanto que voltasse para casa às nove horas. Minha casa era lá no centro, na rua Almeida Barreto, não era aqui em Tambaú ainda. Realmente às oito e 45, eu estava voltando. Peguei a primeira sessão, eu não assisti ao filme direito. Só estava com o pensamento naquele aviso que eu havia recebido.

Vim para casa e mudei a roupa etc., tomei um banho, fiquei aguardando e nada. Deu nove horas, nove e meia, eu comecei a ligar o rádio do Sul, até que, enfim, chega o mesmo emissário, com um recado do coronel Ednardo D'Ávila, dizendo - não me lembro exatamente da hora, mas sei que era depois das nove, ou dez horas, entre nove e dez horas -, dizendo que eu ligasse para a Rádio Inconfidência Mineira, que a revolução tinha rebentado em Minas Gerais. (Eu nunca esperava que fosse em Minas. Esperava que fosse no Rio ou em São Paulo. Na suposição, eu achava que tinha que deflagrar, ou no Rio ou em São Paulo, mas foi em Minas.) E que eu continuasse sem sair de casa e podia chamar os nossos amigos e avisar e, até se possível, reunir o mais que pudesse de pessoas na minha casa e aguardasse ordens.

Minha casa ficou numa espécie de Vigília cívica, cheia de amigos, durante a noite todinha. Comecei a tentar a rádio. Passamos a noite toda acordados. Ficávamos ouvindo a Rádio Inconfidência de Minas, aqueles dobrados etc... e tudo o mais, depois de conseguirmos ligar a estação, e com o outro rádio de pilha ouvíamos a Rádio Nacional do Rio, onde o ministro da Justiça de Goulart, o dr. Abelardo Jurema, estava mandando brasa, Pela situação descrita no noticiário da Nacional, a coisa era horrível para nós, e pela situação da Inconfidência era muito melhor. Neste estado de coisas, nós emplacamos a madrugada, e já pelas quatro e meia, quase cinco horas da manhã, pára um jipe do Exército, um jipão do Exército, na minha porta, solta um sargento, pergunta se ali morava o deputado Joacil de Brito Pereira, eu fui atender... Era o coronel Plínio Pitaluga, aquele que tinha vindo e que eu ainda conhecia pessoalmente. O coronel Plínio Pitaluga se identificou, eu o recebi, mandei entrar, e ele começou... Disse que queria conversar comigo em particular, e não tinha um lugar onde eu pudesse conversar com ele, porque a casa estava cheia. Fui com ele para o meu quarto, e lá ele disse o seguinte: que tinham ido - ele foi com o coronel Ednardo D'Ávila - a Pedro Gondim, o governador, trazendo uma mensagem do comandante do IV Exército... que a orientação do comando do IV Exército, Justino Alves Bastos, já estava definida, a esta altura, inteiramente com a revolução. A orientação era manter todos os governadores que se solidarizassem com o movimento revolucionário. E, diz o coronel Plínio Pitaluga que, quando esperavam, uma definição do Pedro Gondim, ele se fez de desentendido e disse que agradecesse ao general Justino Alves Bastos aquele recado, aquela comunicação. O coronel Plínio Pitaluga, me contando esta história, disse que teve vontade de prender Pedro Gondim, depô-lo ali mesmo, mas olhou para o Ednardo - eles se entendem, não é? -, o Ednardo é um homem muito ponderado, o Ednardo fez um sinal de que não.

E.R. - Ele se fez de inocente em que sentido...?

J.P. - Aquilo era um ultimato, manteriam os governadores que se definissem pela revolução. Ele, então, teria que dizer: "Eu estou com a revolução." Ele disse que agradecia ao general a comunicação que teve, que estava ciente - não disse sim nem não! Ora, se não se definiu, era para o esquema demiti-lo, depô-lo, não é? Prendê-lo e depô-lo. Mas o Ednardo fez um sinal - era homem muito ponderado o coronel Ednardo - fez um sinal e evitaram prender, quer dizer, não concordou com o sinal dado pelo coronel Plínio Pitaluga. No final de contas, ele me contando isto, e que trazia para mim uma missão do comando revolucionário da Paraíba; uma missão não, algumas missões. A primeira era, através dos líderes do meu partido, da UDN, convencer, levar o senhor Pedro Gondim a uma definição, porque se ele não se definisse, seria deposto nas primeiras horas do dia seguinte. Até uma determinada hora, não me lembro bem se ele

disse até oito ou nove horas, ele disse até uma determinada hora, na manhã do dia seguinte. Na manhã desse dia porque já era de madrugada.

E.R. - Foi dado por quem esse ultimato?

J.P. - Por Plínio Pitaluga, dizendo que o comando da revolução, ele e o Ednardo mandavam para mim esta missão. Eu até ponderei que seria, no momento, o menos indicado, porque não estava tendo diálogo com o Pedro, nós estávamos rompidos. Nós vivíamos em dissensão em face dessa orientação que ele dava ao governo.

E.R. - Sob certo aspecto, seria interessante para a revolução que o Pedro aderisse, devido à popularidade dele. Talvez tirando o Pedro, as massas populares...

J.P. - Justamente. E essa foi uma das razões, foi que ele foi salvo. Eu vou, depois, chegando às razões que levaram Pedro Gondim a permanecer no poder e só ser cassado muito depois. Só ser cassado muito depois.

E.R. - Foi 69, não é?

J.P. - Em 68, 69. Por aí assim.

E.R. - AI-5.

J.P. - É, porque Pedro deveria ter sido cassado aí, deveria ser deposto e cassado aí. Mas eu disse então que eu talvez não fosse a pessoa mais indicada para uma missão daquelas, porque não estava me entendendo com o Pedro. Mas o coronel me redarguiu dizendo...

[FINAL DA FITA 5-B]

E.R. - O senhor estava dizendo que não seria a pessoa mais indicada porque não estava se entendendo com...

J.P. - Não me entendia bem com Pedro porque estávamos em dissensão com relação àquela luta ideológica que se travava na Paraíba. Eu estava de um lado; e ele, do outro. Nós estávamos praticamente rompidos, embora não fôssemos inimigos pessoais. Mas o coronel Plínio Pitaluga me disse que eu tinha meios de fazer chegar esse pensamento ao governador, se não pessoalmente, através das lideranças de UDN, o meu partido. Foi então que procurei o dr. Bezerra... Eu me comprometi a procurar essas lideranças para me desincumbir da missão.

A segunda missão que ele me deu foi a seguinte: preparar um esquema de forças para...

E.R. - E, nessa altura, o senhor mandou quem?

J.P. - Não, eu, logo depois... Estou contando as missões que ele me deu e depois vou dizer como as executei, não é? A segunda missão que ele me confiou foi de reunir um esquema de cooperação com as forças militares, porque havia uma perspectiva do 15º se deslocar para o Recife, onde a situação ainda não estava definida e poderia haver resistência do Arrais.

E.R. - Porque o Arrais era...

J.P. - O Arrais era esquerda.

E.R. - É. O Pedro Gondim era um governante de natureza populista; agora, Arrais já fazia uma frente popular mesmo, não é?

J.P. - Mas havia vários contatos e ligações com o Pedro.

E.R. - Arrais e Pedro.

J.P. - Ah, sim, o Pedro se salvou por uma questão de sorte, eu nem sei como. Porque nesse mesmo dia, nessa mesma madrugada em que os dois coronéis foram levar esse ultimato a Pedro, exigindo dele, de uma maneira elegante, cortês, uma definição, ele se fez de desentendido. Quando esses coronéis saíram, eu não sei bem se logo quando saíram, eu nessa mesma madrugada, o que é fato é que eles ou cruzaram com um emissário de Arrais ou o emissário de Arrais entrou logo depois. E um oficial que estava no carro esperando por eles, viu o emissário de Arrais entrar. E depois que eles tomam o carro e que vão para o quartel, aí o oficial diz: "Os senhores cruzaram com fulano de tal que deve ser o emissário de Arrais, porque ele é auxiliar de Arrais." Era um secretário de Arrais. E este homem esteve com Pedro, que era para articular Pedro em união. Comenta-se, embora Pedro Gondim negue isto - na época isto era dado como verdade - que ele, que passou a noite em claro também, em palácio, com seu *entourage* todo, o seu secretariado e seus amigos e correligionários, tinha duas mensagens. Já ouviu falar nisso? Já, não é? Uma de solidariedade a Goulart, e outra de solidariedade à revolução. Comenta-se muito isto na Paraíba, e ao que tudo indica com foros de verdade porque o pessoal soube disso, o pessoal do Exército soube disso também e me contou. E foi divulgado, comentadíssimo na Paraíba. Ele, Pedro Gondim, nega isso. Nega com todas as veras, hoje, em vários pronunciamentos que tem feito. Mas a verdade histórica parece estar com a duplicidade de mensagens que foi o fato do dia, que saiu, foi comentado etc. E os meios militares souberam disso.

A segunda missão que o comando militar da revolução confiava ao comando civil era reunir um grupo de amigos que pudessem ser postos em colaboração com as forças do 15º, as forças do Exército aqui, para, tendo elas que se deslocar, essas tropas civis, contingentes civis comandados por militares - digamos, 11 civis ou 12 civis, ou 15 civis, comandados por um sargento ou um oficial -, tomarem conta das repartições federais que iam ser ocupadas, logo nessa manhã, dos postos de gasolina, telefones...

E.R. - Os pontos-chave, não é? Rádios... aeroportos...

J.P. - Pontos-chave: jornais, rádios etc. E então ele perguntou quantos homens nós podíamos dar. E eu perguntei até que horas ele queria aquilo. Ele disse que queria até 11 horas do dia. Isto era negócio de quatro e meia, cinco horas da manhã. Eu disse que nos podíamos dar uns mil homens. Ele achou exagero: "Não acha que está havendo exagero não, deputado? Mil homens até 11 horas? E eu digo: "Sim, mil homens, nós estamos preparados. E daremos alguns com armas. Todos não virão com armas" - as armas não tinham [inaudível] - "mas alguns trarão armas." Ele disse: "Então é uma boa colaboração." Nós demos mais. Nós demos, se não me engano, mil e duzentos ou mil e quinhentos...

E.R. - Esses contatos foram feitos por telefone, cada um foi se espalhando?

J.P. - Vou lhe dizer como foi feito. Isso tudo nós estávamos conversando dentro do meu quarto, em caráter sigiloso. Nessa hora ele mostrava, também, uma grande apreensão porque dizia que a nossa esquadra estava se deslocando para as águas do Atlântico Sul, além das águas territoriais, porque, a nossa aviação também, os nossos radares já tinham... Nosso sistema de segurança e de observação já tinha observado que a esquadra russa do Atlântico Sul se deslocava em direção às águas territoriais brasileiras. E, por outro lado, a esquadra norte-americana do Atlântico Sul também se deslocava na mesma direção acompanhando a esquadra russa. E a nossa esquadra e a nossa aviação tinham se deslocado para, se tivesse de haver algum combate, o combate ser além das águas territoriais. Porque o grande ponto, o ponto de honra era evitar que houvesse

desembarque de tropas estrangeiras no nosso território - nossa costa imensa... E havia, segundo o Exército sabia, dizia ele, até aeroportos clandestinos dentro das matas. Poderia ser que ocorresse desembarque de forças russas para treinar guerrilheiros etc., oficiais, e a América do Norte ia também interferir. Isto aqui ia se transformar num Vietnã do Norte, numa Coréia, numa guerra civil de vinte anos. Mas isto estava sendo considerado pelas nossas forças armadas, que ele acreditava que tudo se resolveria, mas havia esse risco, esse risco terrível, o que me alarmou muito, me deixou alarmado. E ele, então, pedia que eu recrutasse o maior número possível de jornalistas e radialistas democratas - eu tinha também, no nosso esquema - porque este povo é que iria orientar, os jornais iam ser teleguiados, só sairia notícia que a revolução consentisse.

E.R. - A revolução já estava estourada.

J.P. - Já, já estava estourada.

E.R. - Isso era março?

J.P. - Não, isso era madrugada de abril, de 1º de abril. Porque começou no 31 de março, isso era madrugada de abril. Então você me pergunta como eu executei essa...

E.R. - As duas missões, não é? A primeira de contatar o governo de Pedro Gondim.

J.P. - É. Eram três missões, praticamente. A segunda de arregimentar pessoal para cooperar com as forças militares; a terceira de jornalistas e radialistas para controlar o noticiário da imprensa falada e escrita. Eu disse: "Coronel, todo este povo que está aqui, em minha casa, e mais outros que não estão é que vão comigo executar essas missões. Ali está o dr. Agnaldo Veloso Borges, acolá Antônio Vito..." - ele, então, pelos nomes, foi identificando, porque ele sabia...-, "e o melhor é conversar logo com este povo porque daqui eles vão sair para buscar os homens nas suas propriedades, nos pontos-chave, no município da Itabaiana, de Guarabira, [inaudível] Santa Rita, nos municípios mais próximos da capital." E assim fizemos, eu os apresentei, eles foram saindo, discutindo ali os assuntos, e cada um partiu para os seus municípios. E até as 11 horas do dia eu estava colocando... Combinando colocar nas adjacências da cidade, ali na fábrica Tibiri em Santa Rita, ali na fábrica dos Seagel, em Bayeux, ali no engenho do meu sogro em Tibiri, ali em Mangaratiba, aqui em Tambaú. Mas adjacências da cidade, foram colocados esses contingentes de homens dispostos a cooperar...

E.R. - Quem eram esses homens de base?

J.P. - Esses homens eram recrutados nas nossas propriedades rurais...

E.R. - Não, esses homens que estavam na sua casa, na cidade.

J.P. - Estava Antônio Ribeiro Pessoa, estava Agnaldo Veloso Borges, estava o general Renato Ribeiro de Moraes, estava muita gente, este povo que fazia o comando...

E.R. - Jornalistas também.

J.P. - Jornalistas, o Otinaldo não estava. O Otinaldo estava na Rádio, mas nós mantínhamos contato e mandávamos notícias.

E.R. - O Otinaldo era...

J.P. - O Otinaldo Lourenço era o irmão do...

E.R. - É.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.P. - É. Esse estava na Rádio Irapuã, porque ele não podia...

Bem, às 11 horas eu dei mais do que prometi, com três relações: uma que eu detenho em meu poder, para os meus arquivos; uma que entreguei ao coronel Plínio Pitaluga; e outra que entreguei ao coronel Ednardo D'Ávila Melo. Estes homens não chegaram a ser utilizados porque o Arrais não contou com nada para uma reação. O quartel...

E.R. - Esses homens eram conseguidos nas fazendas.

J.P. - Nas nossas fazendas, ou nas usinas, ou moradores, ou pequenos proprietários das redondezas...

E.R. - Esses homens não estavam muito identificados com o movimento camponês, não?

J.P. - Não, esses homens estavam identificados com o movimento contra a comunização.

E.R. - Uma coisa gozada. Porque o movimento camponês, em certo momento, teve uma presença maciça. Essa concentração na lavoura teve mais de vinte mil homens.

J.P. - Mas sabe o que era? É o seguinte: pagos e - ninguém diz isto a você, eu vou dizer, e é a verdade - transporte doado, de graça, em trens da rede ferroviária ou em ônibus alugados para isto. Ida e volta e um passeio na capital - um dia de festa, pago almoço e a bebida e mais uma diária. E a maioria desse povo é de gente analfabeta...

E.R. - Quer dizer que eles aderem mais ou menos de acordo com a circunstância. Se eles vêem que um lado está avançando...

J.P. - Não, era prometendo terra. Prometendo terra: "Você vai falar com o presidente da República", que eles nem foram falar nem coisa nenhuma.

E.R. - Só permaneceram nas usinas os moradores que não estavam tão envolvidos com esses movimentos camponês, das Ligas Camponesas.

J.P. - Claro! E a maioria não estava. Nas usinas...

E.R. - Quem era identificado com o movimento camponês foi colocado para fora, não é?

J.P. - Indenizado. Porque o sujeito que veio assaltar a sua terra, que foi grosseiro e agressivo com o patrão, desrespeitou-o, se indeniza, se bota na junta, está certo. "Quanto tem? Está aqui." - se diz. Não é? Aqui não fica. Você deixaria? Você deixaria um empregado seu assim?

E.R. - Está certo. Esses moradores das usinas que permaneceram é que estavam mais identificados com as atividades não...

J.P. - Claro! Só ia ficando gente de confiança. Eu, por exemplo, não deixo uma empregada na minha casa se eu souber que ela quer me matar, me envenenar aqui na comida, não deixo. Só se eu não souber. Se eu souber que ela está ali, conversando, dizendo: "Mato um cachorro desses envenenado, ou o patrão ou a patroa, eu boto veneno..."

E.R. - Estou me lembrando do caso do índio que matou seu tio, não é?

J.P. - Não é? Então... E outra coisa: pequenos proprietários, médios proprietários, os proprietários vieram. Todos vieram: filhos de usineiros comandando contingentes, filhos de proprietários de terras, os filhos de Jocelen Veloso Borges, sobrinho de Agnaldo. Dei mais médicos para serem do serviço de saúde, deputados que eu botei na relação, levamos. Eu também; meu filho... filho não, que era muito pequeno nesse tempo; meu cunhado, quero dizer, meu cunhado Sindulfo, éramos nós mesmos; meu sogro. Meu sogro deu um contingente de 15 ou vinte homens, não me lembro bem, tudo gente escolhida, de parentes, entre os quais os filhos dele, meus cunhados. Os filhos, os parentes, os moradores de confiança estão aqui todos. E não foi preciso utilizar esta gente, porque, primeiro, a tropa não precisou se deslocar para o Recife. Arrais caiu, houve um assalto ao Comando da Polícia, à Polícia Militar, tomaram de assalto. Caú, parece, foi quem tomou, o coronel Caú, e cercaram o palácio. O palácio já estava cercado e não tinha com que resistir. E invadiram o palácio e prenderam ele.

E.R. - E essa outra sua missão de contatar com o governador Pedro Gondim?

J.P. - Sim, e aí nosso povo... Mas eu dei tudo, inclusive os jornalistas, tudo eu dei, toda a relação. E também a revolução venceu logo no dia seguinte.

Contatar com Pedro. Eu fui ao deputado Clóvis Bezerra, que não estava em casa, estava em palácio, na reunião de palácio, e o procurei, pedi à esposa dele para mandar chamá-lo. Marquei uma reunião com ele e com o então deputado Otávio Mariz Maia, irmão de João Agripino, e, através deles dois, dei ciência, também, ao líder do PSD, que era nosso amigo, nosso amigo ideologicamente falando, nosso aliado, dr. José Fernando de Lima...

E.R. - Líder do PSD na Assembléia.

J.P. - Líder do PSD na Assembléia. Eu dei ciência de tudo isso em caráter reservado. Dei ciência ao dr. Aluísio Pereira, deputado também.

E.R. - Aluísio Pereira era residente em Princesa?

J.P. - Não, ele morava aqui em João Pessoa. Mas era deputado por Princesa, ele era deputado pelo PSD. E dei ciência a José Gaioso, José Gaioso de Sousa. Todos os três eram líderes dentro do nosso movimento, embora pessedistas, porque àquela altura não se devia saber mais se era UDN nem PSD não. Nós estávamos acima de partidos, era a luta ideológica, era a guerra revolucionária já. E depois, mais do que isto: já uma revolução contra aquele estado de coisas. E incumbi Clóvis Bezerra e Otávio Mariz Maia de levar essa recomendação, o cumprimento dessa missão, porque eu não estava em condições de ir pessoalmente conversar com o governador, não me sentia à vontade. O que é fato é que o governador...

E.R. - Quer dizer que quem foi contatar o governador Pedro Gondim foi...

J.P. - Foi Clóvis Bezerra e Otávio Mariz Maia.

E.R. - Que eram deputados... da UDN.

J.P. - Da UDN. E que já estavam dentro de palácio durante toda aquela noite, tentando que Pedro Gondim se definisse pela revolução. Havia dois grupos.

E.R. - Quer dizer que coincidentemente eles já estavam nessa missão?

J.P. - Eles estavam assessorando Pedro no sentido de se definir pela revolução.

E.R. - A revolução já vitoriosa, não é?

J.P. - Não, ainda não. Já na rua. A revolução rebentou na noite de 31 de março. Eles passaram a noite toda lá, até pela madrugada, quando, ao amanhecer do dia, eu os localizei e conversei com eles. A Assembléia também ficou em vigília cívica. E, então, mandei chamá-los na Assembléia. E o que é fato é que Pedro - ou porque fosse sua convicção pessoal, a sua decisão, sofrida, mas a sua decisão, é possível, ou porque, também, para chegar a essa convicção tenha sido pressionado e assessorado, pressionado no bom sentido, por esse grupo de amigos, não só esses dois mas mais outros que lá estavam - o que é fato é que ele se definiu em tempo. Foi poupado.

E.R. - E permaneceu no poder.

J.P. - Permaneceu, mas acontece que a área do Recife, mais radical, não concordou com a permanência de Pedro. O general Justino Alves Bastos passou a proteger o Pedro. Talvez não põe isto: porque - quem sabe? - Pedro tinha sua popularidade, e não fosse conveniente à revolução estar depondo todo mundo.

E.R. - A revolução precisava, também, se dividir mais em termos de popularidade.

J.P. - De um lastro popular, não é? De popularidade. Talvez porque a revolução também tivesse como orientação sacrificar o mínimo possível, o menor número possível. E aqueles que se compunham com a revolução deviam ser preservados. Mas a ala mais radical não aceitou isto. E Pedro Gondim, já algum tempo depois, já a revolução vitoriosa em plena... Ele, em plena lua-de-mel com a revolução, sofreu uma pressão muito grande. Eu fui chamado a Recife pelo coronel Ibiapina para dar um depoimento sobre o que aconteceu na Paraíba. Porque queriam esses militares mais radicais abrir um IPM sobre a Paraíba, sobre o caso da Paraíba, envolvendo inclusive Pedro. E foi chamado também, para dar um depoimento, Ronald de Queirós, dr. Ronald, que tinha sido auxiliar de Pedro e que Pedro, à última hora, o jogou na rua...

E.R. - Foi secretário, não é?

J.P. - Era o presidente do Conselho Estadual de Desenvolvimento. Este tem muita coisa para lhe contar.

E.R. - Fez os pólos industriais, não é?

J.P. - É, se você o ouvia, ele vai colocar Pedro Gondim numa situação que não é boa, mas é a verdadeira. É uma pessoa que você deveria ouvir.

E.R. - Encontrei com ele, eu acho. ele não trabalha no mesmo prédio do... no Viña del Mar, aqui?

J.P. - É. Você vai tomar entrevista dele?

E.R. - Não estava no meu..., Também estou com problema de tempo.

J.P. - SE você tivesse tempo, era interessante. Mas do Pedro Gondim, que já estava sob a proteção do Justino Alves Bastos e da ala menos radical, eu ainda cheguei a dar o depoimento. Eu fui e dei o depoimento, depoimento longo, contando tudo que houve, a verdade. Eu não ia dizer de Pedro o que ele não é. Por exemplo, eu não posso acusá-lo nunca de desonestidade, de corrupção, porque isto seria uma injustiça, mas de ter sido um homem, de certo modo, conivente e responsável por aquela situação, de um homem que estimulou a agitação dentro de seu governo, um homem que deu asas àquela gente, isto é a verdade histórica. Ele me perdoe, mas escrevendo ou ditando eu tenho que dizer. E gosto pessoalmente dele, demais, é um homem bom, de bem coração, isto é outra coisa. Mas acontece que ele teve um aviso, não sei como foi e mal eu estava terminando o meu depoimento, veio um emissário de Justino Alves Bastos, conferencia com o coronel Vilocq, que era quem estava tomando os depoimentos...

E.R. - Vilocq?

J.P. - Tenente-coronel Vilocq. Por determinação de Ibiapina ele é quem estava tomando os depoimentos.

E.R. - Isso em Recife?

J.P. - Em Recife, num quartel que fica situado no bairro de Casa Forte. E o dr. Ronald esperando para depor. Então veio esse emissário, e o que é fato é que encerraram o meu depoimento e não tomaram mais o depoimento de Ronald. E este emissário foi quem conversou esse assunto com o Vilocq, transmitindo ordens, certamente, do general, porque o Vilocq, quando veio de lá, - conversaram, eu não sei o quê conversaram - ficou irritado e disse: "Ah, vamos encerrar este depoimento. Isto é uma coisa lamentável, não vamos tomar mais depoimentos. Chame o dr. Ronald aí." Chamou o dr. Ronald, encerrou o meu depoimento, eu terminei, e ele disse: "O senhor não vai depor, fique aguardando novo chamado." E ele nunca mais foi chamado. O coronel disse que ele seria chamado mas ele nunca mais foi chamado. Mas meu depoimento...

E.R. - Esse depoimento de adesão do Pedro Gondim, este aviso teria sido o quê?

J.P. - Não, Pedro Gondim deve ter sido avisado que nós fomos chamados para dar um depoimento em Recife. Esta a conclusão que eu tiro. Inclusive, quando nós estávamos no Recife, nesse dia para dar esse depoimento - o meu ainda chegou a ser tomado -, encontramos com Pedro Gondim no restaurante Leite, quer dizer, ele já tinha se deslocado daqui para o Recife. Ele deve ter sido avisado. E quando eu estava terminando de dar o meu depoimento, para em seguida ser ouvido o Ronald, repare bem, chega um oficial do quartel-general para falar com o tenente-coronel Vilocq, que estava tomando o meu depoimento, e o meu depoimento foi encerrado e não houve mais interesse em tomar o depoimento do Ronald. Ronald foi despachado, dizendo-se que ele seria depois convocado. E eu vim para João Pessoa... mas eu tinha assumido com este grupo, com o coronel Ibiapina e o coronel Velocq, o compromisso de também desencadear uma campanha na Assembléia, através de uma série de discursos, pedindo que a revolução não passasse de avião na Paraíba, que fossem punidos aqueles que foram responsáveis pelo seguinte e pá-pá-pá. Denunciando os fatos e divulgando aquilo que eu tinha dito no meu depoimento. Então eu assumi um compromisso com ele, eu disse: "Faço." E vim para a Paraíba nessa disposição.

Cheguei já aqui à tardinha, à noitinha, mais ou menos seis e meia para as sete horas da noite. Tomei meu banho, fui jantar e fiquei em casa, já preparando uns dados pra o meu discurso na sessão do dia seguinte, na sessão da tarde. Ora, que Pedro Gondim foi informado está evidente; que Pedro Gondim conversou com Justino Alves Bastos vai ficar bem claro agora com o que vou lhe dizer. Mandaram chamar João Agripino, chefe do meu partido, a quem eu obedecia politicamente, apesar das nossas divergências... Ele mantinha-se como líder do meu partido, e o princípio da lealdade partidária, minha fidelidade, a minha amizade pessoal com ela, inclusive, naquele tempo, era grande. Mandaram chamar João Agripino. João Agripino foi chamado às carreiras do Rio. Quando foi negócio de oito horas da manhã do dia seguinte... Eu iria falar à tarde, quer dizer, João Agripino deve ter embarcado na noite anterior do Rio, ou em Brasília. Penso que já era Brasília, já era Brasília, já era Brasília, já sim, Brasília é desde o tempo do Juscelino. Deve ter embarcado de avião para Recife, de Recife veio para cá de automóvel, dormiu aqui, eu já estava sendo chamado de manhã para um entendimento com João Agripino, na casa das cunhadas dele na rua das Trincheiras. E que entendimento era este? Era obter de mim que não desse, de maneira nenhuma, divulgação, que não pronunciasse os discursos a que havia me comprometido. E eu não quis atender. Ele disse: "Mas você vai atender por quê?" E eu disse: "Eu tenho um compromisso com o coronel Ibiapina e o coronel Vilocq." Mas ele disse: "Mas você tem lealdade é sobretudo com seu partido. E não interessa à revolução, o Justino Alves Bastos não vai depor o Pedro. · revolução não interessa isto."

E.R. - Isso já seria uma medida... a preparação da candidatura do João Agripino ajudada por Pedro Gondim, não é?

J.P. - Tudo isto devia estar implícito aí, inclusive o grande argumento dele era que ruim com Pedro, pior sem ele; Pedro seria deposto, cassado, e que a situação do nosso partido? Quem vinha governar a Paraíba? Eu disse "O vice-governador."

E.R. - Quem era, nessa época?

J.P. - Nessa época era o José Abílio. Ele achava horrível se entregar o governo a José Abílio. Ele já estava meio brigado com os Gadelha de Sousa.

E.R. - O José Abílio...

J.P. - Era o tio do Marcondes Gadelha. Ele já estava meio desavindo, já não tinha mais aquela amizade de anteriormente. Então ele achava que o José Abílio não podia, que estava despreparado, e que íamos enfrentar uma campanha política, ruim com Pedro, pior sem ele, e que nem, o José Abílio, se viesse, daria certo, e se o José Abílio não viesse viria um militar.

E.R. - Porque o Pedro estava governando com a UDN, não é?

J.P. - É. Viria um militar. E ele queria fazer uma composição de qualquer maneira. Ele, quando quer conseguir as coisas - João Agripino -, é muito jeitoso, muito envolvente. Quando ele quer conseguir as coisas, ninguém é mais envolvente do que ele. Isso foi uma conversa longa, prolongada, e, no fim, achava que nós é que devíamos fazer uma composição e que o general Justino Alves Bastos e o coronel Ednardo D'Ávila Melo já concordavam perfeitamente em que eu não fizesse o discurso, que eles se responsabilizavam, e que todos achavam o que deveria haver era uma recomposição, uma reforma do secretariado e eu entrar para o secretariado de Pedro. Eu disse: "Ah, isto eu não aceito." Eu seria secretário de uma pasta que escolhesse, e o dr. Agnaldo seria também secretário. Um governo então de... Eu digo: "Ah, isto não. Eu posso até por questão partidária..." Quando ele veio com essa proposta, eu já estava meio amaciado por ele para...

E.R. - João Agripino, então, foi um elo das forças antes da revolução e entre as forças da revolução, não é? Ele quis fazer essa composição.

J.P. - Foi. Quis fazer essa composição e terminou fazendo. E eu não aceitei de modo nenhum ser secretário do sr. Pedro Gondim. No fim, pelo meu amor partidário, pela minha lealdade ao partido, pela minha amizade pessoal, também, a ele, atendendo às razões que ele me expunha e, sobretudo, porque o coronel Ednardo D'Ávila - com quem ele disse que havia conversado e eu fui conversar depois, que era o meu chefe militar aqui, da revolução -, achou que eu devia transigir etc., que quanto ao Ibiapina ele se entenderia, que a palavra de ordem do comando do IV Exército era esta mesma e a gente tinha que obedecer. eu, então, atendi em não fazer...

E.R. - Esses pronunciamentos...

J.P. - ...esses pronunciamentos, encerrar a campanha. Mas nada aceitaria, e Agnaldo, também, podia dizer de antemão, não aceitaria, como não aceitou. Mas eles botaram meu cunhado, meu cunhado Sindulfo, como secretário de Administração, e botaram um sobrinho de Agnaldo no lugar que era de Ronald, Ronald de Queirós, o Conselho Estadual de Desenvolvimento. E eu não gostei disso...

E.R. - A composição do Pedro foi para se manter, não é?

J.P. - Para se manter?

E.R. - A composição dele foi o seguinte: Ele colocaria no secretariado elementos que tinham feito a revolução aqui, não é?

J.P. - É. Eu não aceitei de modo algum.

E.R. - Isso usando...

[FINAL DA FITA 6-A]

E.R. - João Agripino se manteria como chefe da UDN e levaria...

J.P. - Nesse bloco udenegondinista, da UDN com as forças de Gondim, visando ser o futuro candidato ao governo do estado apoiado por Pedro, quer dizer...

E.R. - Que era uma grande força.

J.P. - Grande força. Força popular, força eleitoral. E Pedro garantiria sua eleição no governo.

E.R. - E para Pedro garantir a eleição dele no governo teria que permanecer no poder.

J.P. - Teria que permanecer no poder.

E.R. - E para permanecer no poder teria que fazer... incorporar no secretariado elementos que tinham feito a revolução.

J.P. - Não. Não era propriamente incorporar. Eles... comprariam o nosso silêncio, e eu achei isto horrível, por isso não aceitei nada de secretariado. Porque o nosso silêncio significaria uma pedra em cima do inquérito. Porque o Justino engavetou o meu depoimento. O Justino Alves Bastos engavetou o meu depoimento, conforme o João Agripino me disse: "O meu depoimento está numa gaveta, só haverá o inquérito se você fizer a série de discursos, porque aí se torna público. Se você não fizer, não haverá inquérito. E você não deve querer a saída de Pedro porque vai me prejudicar politicamente, prejudicar o nosso grupo. Nós vamos enfrentar uma eleição." Compreendeu? Então eles queriam comprar o meu silêncio.

E.R. - Se fortificar eleitoralmente.

J.P. - Eleitoralmente. Então eu achava que nós devíamos, enfim, atender, porque o comando revolucionário militar não estava mais interessado na deposição de Pedro. A liderança do meu partido não queria mais a deposição de Pedro, isto não interessava ao meu partido. João Agripino dizia: "Ruim com Pedro, pior sem ele." No fim eu atendi. Mas não aceitei secretarias. Nem o dr. Agnaldo aceitou. Mas João Agripino, que é jeitoso, profundamente jeitoso quando quer as coisas, já tinha ido convidar, certo de que eu não aceitava, meu cunhado. Quando eu sai dali para me entender com o coronel Ednardo...

E.R. - O coronel estava aceitando, também, essa composição?

J.P. - Aceitando essa composição. Aí, quando eu sai dali, ele saiu para convidar o meu cunhado para exercer a secretaria que eu não aceitei.

E.R. - A secretaria que ele escolheu foi qual?

J.P. - Administração.

E.R. - Ele era o Sindulfo?

J.P. - Sindulfo Guedes Santiago. Sindulfo não sabia desses entendimentos meus com o João Agripino. Foi convidado, João Agripino aí... A conversa com ele foi outra: era uma composição, dizendo que eu estava de acordo, todo mundo de acordo, o comando militar, e havia interesse de manter a unidade do esquema.

E.R. - O esquema da UDN, e a força da UDN.

J.P. - Sim, esquema da UDN com o PDC de Pedro, com as forças gondinistas. Aí Sindulfo aceitou, um rapaz moço, meu sogro também ficou satisfeito e aceitou isso.

E.R. - E o sobrinho...

J.P. - E o sobrinho do dr. Aginaldo que foi o doutor... Como é que é o nome dele... Max Seagel.

E.R. - Ele ficou com a secretaria de quê?

J.P. - Ficou com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico, que era lugar de Ronald.

E.R. - Quem estava responsável militarmente? Continua sendo o D'Ávila Melo?

J.P. - O Ednardo...

E.R. - D'Ávila Melo.

J.P. - D'Ávila Melo nesses inícios, até que chegou o general Artur Candal para comandar...

E.R. - O coronel estava concorde com essas composições, não é?

J.P. - Porque o general Justino Alves Bastos estava, o coronel era um homem muito disciplinado...

E.R. - Justino Alves Bastos era...?

J.P. - Era o comandante do IV Exército. Passou a poupar Pedro, botou a mão em cima de Pedro, a amparar Pedro.

E.R. - O Justino poupou Pedro?

J.P. - Ah, poupou. Foi ele que engavetou o meu depoimento. O meu depoimento chegou a ser dado e concluído; o de Ronald não foi mais tomado. Mas os discursos que me comprometi de fazer, e começaria no dia seguinte, não pude fazer, porque João já vinha de língua passada com Pedro Gondim e com Justino Alves Bastos e já havia conversado, depois que chegou aqui, com o Ednardo D'Ávila Melo e já me chamara para me pressionar e conseguir de mim esse silêncio. Disto muita gente não sabe na Paraíba.

E.R. - Esse compromisso que o senhor tinha assumido foi com o...

J.P. - O coronel Ibiapina e o coronel Vilocq. E foi feito convite deles para eu ir depor através do coronel Ednardo D'Ávila Melo.

E.R. - Esses coronéis permaneceram na Paraíba?

J.P. - Não, eles eram de Pernambuco. Do IV Exército. Mas aqui é IV Exército, IV Exército tem jurisdição... Compreendeu? Você está compreendendo bem a história? E o que é fato é que perdi muita substância na opinião pública. Tenho certeza que perdi por esta recomposição com Pedro. Porque apesar de eu não ter feito nenhuma negociata, eu atendi a uma imposição...

E.R. - Partidária.

J.P. - ...partidária e também do esquema militar a que eu estava ligado, depois de ouvir também o coronel Ednardo D'Ávila Melo...

E.R. - Quem substitui o Ednardo aqui?

J.P. - No 15º? Muito tempo depois ele ainda ficou comandando o 15º. Agora, quem veio para o comando da guarnição foi o general Artur Candal da Fonseca, que terminou, depois, sendo, parece, presidente da Petrobrás.

E.R. - Ele também estava concorde com essa conversação?

J.P. - Não, ele já chegou depois disso. Já chegou depois disso.

Mas vamos ver então o assunto. Eu perdi certamente, porque na opinião pública se achou que aquilo era uma rendição: não era eu mas era meu cunhado, não era Agnaldo mas... E eu terminei de boa harmonia com Pedro porque fui à posse do meu cunhado, e João Agripino exigiu, e lá Pedro Gondim me recebeu como velho amigo e camarada, aí, nos rearticulamos, não é?

E.R. - Uma outra coisa que eu gostaria de perguntar: esses contatos que o senhor teve com o Lacerda, como é que foi? Foi no Rio, antes da revolução?

J.P. - Bem antes da revolução. A minha luta aqui chegou ao conhecimento do Carlos Lacerda através...

E.R. - Que estava no governo do estado da Guanabara.

J.P. - Estado da Guanabara. Como ao luta de Lacerda era absolutamente divulgada em todo o país pelos jornais, era muito mais fácil eu saber, eu conhecer a luta de Lacerda pela divulgação da imprensa falada, escrita, rádio, televisão, jornais, do que Lacerda conhecer a minha luta. Mas Lacerda era um homem muito bem informado e estava também cuidando de ser candidato, e ele tinha assessorias que se informavam das situações em todos os estados. Então o Lacerda, através de um deputado de Pernambuco, fez um convite para eu ir para uma reunião preparatória da chamada Convenção de Curitiba.

E.R. - Qual foi esse deputado de Pernambuco?

J.P. - Deixa eu me lembrar. É meu grande amigo, mas às vezes a memória falha assim. Olímpio.

E.R. - Deputado estadual?

J.P. - Estadual. Olímpio Mendonça. Ele hoje não é mais deputado. Não sei se ele deixou a política. Mas ele era deputado estadual por Pernambuco e era muito lacerdista. Então, através de Olímpio, que era meu grande amigo, contemporâneo de faculdade, que era, decerto, também, um dos informantes de Lacerda sobre a minha luta, que era aqui na Paraíba quem estava lutando e ele deu o esquema. Ele e outros. ?Eu recebo através desse povo e de José Gomes de Lima, que era um vereador que tinha aqui, este era mais

ligado a um outro esquema, parece que era o esquema de Ademar, mas também de Lacerda, mas também lacerdista, eu recebi esse convite para ir a uma reunião na Guanabara. Uma reunião em que Lacerda queria se articular com as bases partidárias, de cada estado ele estava convidando um ou dois deputados...

E.R. - Isso em 64 já, ou já fins de 63?

J.P. - Em 63. Se eu não me engano a Convenção de Curitiba foi em 63, não foi? Foi, foi antes da Convenção de Curitiba, ele querendo se articular com as bases. Em cada estado ele achava um, dois, três deputados assim. E fez essa reunião.

Nesta reunião, nós fomos à Guanabara, fomos recebidos por ele, e ele, com aquela simpatia, com aquela coisa dele - todos nós já conhecíamos Lacerda. Eu conheci inclusive pessoalmente, porque ele tinha estado na Paraíba na campanha de 45, eu tinha saudado Lacerda. Ele tinha estado aqui outra vez para uma conferência na Ordem dos Advogados, também fui eu o orador que saudou Lacerda. Mas uma intimidade maior não havia ainda. Nesse dia, então, depois de um contato com ele, fomos recebidos no palácio Guanabara e fomos visitar todas as obras dele. Porque ele era realmente um administrador. Foi realmente um administrador fabuloso. Além de um grande talentoso verbal, um grande orador, grande escritor, grande jornalista, panfletário, crítico literário etc., além de tudo isso revelou-se um grande administrador. E era um homem que estava empolgando o país pela sua luta destemida, corajosa, naquela época. Então nós fomos a essa reunião, depois visitamos as obras dele todas, com minúcia. Terminou havendo um almoço numa churrascaria - se não me engano foi na churrascaria Recreio, nós temos até fotografias com ele - e conversamos muito.

Nessa conversa estabelecemos uma ligação maior e assentamos algumas coisas em definitivo sobre a luta pela candidatura dele à presidência da República. A programação dele, ele distribuiu através de seus amigos também de seus auxiliares - muita literatura sobre o assunto, muita publicação sobre a matéria -, e daí ficamos mantendo um contato permanente, sempre escrevendo etc., começou a nossa convivência mais íntima, nos tornamos grandes amigos. Em todas aquelas campanhas que ele sofreu na Guanabara, eu me solidarizei com ele, fiz discursos na Assembléia, mandava cópias para ele, mandava telegrama, e cada vez que eu ia ao Rio era bem-recebido por ele. Aliás, eu tinha entrada franca no palácio, bastava chegar e me anunciar, ele me mandava entrar imediatamente. E fui para a Convenção de Curitiba inclusive com uma missão que ele me deu. Ele não ia à Convenção de Curitiba. Deu a mim só não, deu a todos. Deu numa linguagem meio parabólica, mas para um bom entendedor poucas palavras bastam. Ele disse: "Não vou a esta Convenção porque esta Convenção não vai decidir nada. O Magalhães estará por lá com as suas pretensões presidencialistas, e eu não vou dividir o partido" - também ia para lá como possível candidato -, "e esta Convenção não vai decidir nada. Eu só iria a uma convenção se fosse para decidir isso e isso e isso. Eles vão querer servir o banquete com lugares marcados. Então, haveria uma hipótese de eu comparecer à Convenção: se vocês, que são a base do partido, vocês, deputados estaduais... - aí já tinha deputado estadual de todos os estados, antes de irmos à Convenção estivemos com ele lá -, "vocês transformassem este banquete de lugares marcados num jantar à americana." Então nos deu uma missão, não é? Inteligentemente, nos sugeriu.

Nós saímos pensando sobre aquilo, muitos não entenderam, mas eu entendi muito bem. Aqueles figurões da UDN iam falar, os oradores medalhões, aliás grandes oradores que a UDN tinha, punhos de renda etc., mas sem abordar os problemas fundamentais, sem atacar de frente, frontalmente, o governo federal, uma convenção bem comportada. Então eu pedi a palavra. Eu digo: "Eu vou... Chegou a hora..." Diz o pessoal: "Mas vocês entenderam o que o Lacerda quis dizer?" E eu: "Olha aí. vê quem está, os oradores escolhidos, as comissões etc. Tudo nos lugares marcadozinhos, só fala fulano, beltrano, tudo programado. Vamos virar a mesa, transformar isso em..." Mas disseram: "Como?" Eu disse: "Eu vou falar." "Mas sobre o que vai falar?" Eles disseram. "Vou falar, condenando a agitação dos campos, essa... a pretexto de fazer reforma agrária, isso, aquilo, aquilo, aquilo outro, o país vem sendo agitado de ponta a

ponta, um governo desmoralizado, eu vou tocar fogo na canjica." "Mas você tem coragem, Paraíba?" "Tenho."

Aí eu pedi a palavra, me inscrevi, não me davam a palavra. Eu pedi a palavra pela ordem, não é? O Lacerda estava ouvindo a Convenção, acompanhando pelo rádio - estavam divulgando num rádio diretamente para a Guanabara -, então pedi a palavra pela ordem. Se estou inscrito como orador e não chega a minha vez, desde ontem que eu estou inscrito, passou a sessão toda! Aí disse assim: "Mas Vossa Excelência quer levantar a questão de ordem sobre que assunto?" Eu digo: "Não, estou levantando a questão de ordem para pedir que me concedam a palavra." "Mas sobre que assunto Vossa Excelência vai falar? Porque a Convenção está toda programada, os oradores assim, assim, de encerramento, abertura, qual é o tema?" Eu digo: "Não, isto é uma convenção de um partido democrático de homens livres. Se eu for fazer alguma coisa que esteja contra os estatutos, os senhores me cassem a palavra, senão me concedam a palavra. Por quê? Aqui só falam, porventura, medalhões?" Aí foi aquela... Aí as bases me apoiaram, foi palma como o diabo, e o presidente teve que me dar a palavra.

E.R. - O presidente da UDN era nessa altura...?

J.P. - Nessa altura, se não me engano, era o Bilac Pinto. Era o Bilac Pinto, salvo engano. Foi eleito Herbert Levy, depois de Bilac. Parece que era o Bilac Pinto. Era o Bilac Pinto...

E.R. - Mas Lacerda não estava presente.

J.P. - Não, Lacerda estava ouvindo pelo rádio. Um rádio direto para o palácio Guanabara, irradiado direto para o palácio Guanabara. Um sistema de rádio irradiando direto para lá, ele estava acompanhando tudo. Aí me deram a palavra. Quando me deram a palavra, eu rasguei a fantasia, virei a mesa, como se diz. Disse que a Convenção não estava discutindo os grandes problemas nacionais, que nós estávamos realizando aquela Convenção num clima de agitação nacional, por um governo que dirigia a República com absoluta irresponsabilidade, as greves - aí entrei no assunto -, as invasões dos campos, e que eu vinha de um estado saqueado em que a produção, o índice de produtividade, havia caído quase a zero porque não havia tranquilidade para ninguém trabalhar. Pá-pá-pá... E fui, lasquei, arrasei, ainda dei umas assentadas, também, em João Agripino. E, no final de contas, eu arranquei tantos aplausos, com a minha oratória d provinciano, porque eu falei naquilo que se queria ouvir. Condenei aquela reforma agrária que estava sendo pregada pelo governo, que aquilo era um pretexto... Reforma agrária de quê? Que esse governo não tinha sinceridade. Quem seria, em sã consciência, contra uma reforma agrária? Mas uma reforma agrária devia ser feita assim, assim...

E.R. - A primeira articulação sua mais estreita com o Lacerda foi através desse pedido entre aspas que ele fez no sentido de transformar esse...

J.P. - Não, a primeira foi quando eu fui nessa reunião, nessa convocação, em que ele quis fazer um contato com as bases partidárias, muito antes da Convenção ele me pediu...

E.R. - Ele pediu isso, não é?

J.P. - Não, ele pediu quando nós já fomos, numa segunda viagem, e passamos para visitá-lo, na Guanabara, e aí... Já contei a você que eu fiquei mandando correspondência para ele, nos correspondíamos. Eu fundei um comitê pró-candidatura de Carlos Lacerda, aqui, tudo isso. Ele mandou uma pessoa representando para inaugurar o comitê. O comitê foi inaugurado com um grande comício.

E.R. - Mas esse comitê o senhor fundou depois da revolução?

J.P. - Muito antes, muito antes. A campanha de Lacerda estava sendo deflagrada desde 63, não é? Era Lacerda 65, não é? Então pela nossa coisa de luta contra a agitação, eu me liguei também à candidatura de Lacerda, que era um líder civil da revolução, não é? Bem, mas aí eu toquei fogo na canjica. Basta dizer que o *Estado de São Paulo*, o *Estadão*, entre outros jornais, mas só para citar um, publicou que a Convenção vinha se processando num clima de pouco entusiasmo e só conseguiu ganhar calor quando o deputado Joacil Pereira da Paraíba... Aí fez um elogio danado. E o Lacerda aí resolveu... Sim, aí eu lancei uma moção de apoio ao Lacerda, que era o líder nacional, que vinha lutando... O Magalhães Pinto retirou-se da Convenção por isso, com o seu *ertourage*. Mas foi aprovada, unanimemente. Porque aí começou, pegou fogo. Outros falaram e tal, e eu fui aplaudido de pé, quando...

E.R. - Outros falaram, em seguida?

J.P. - ...Propus a moção do Lacerda, foi: "Viva Lacerda", "Lacerda 65". Aí a claque dele rebentou toda. E quem não estava preparado como claque, quem estava mesmo espontaneamente admirando... Lacerda era um líder dentro da UDN, admiradíssimo pelo país todo.

E.R. - Eu acho que dentro da UDN, que sempre foi um partido, sob certos aspectos, conservador, Lacerda representava uma veia mais passional, mais emotiva.

J.P. - Era um *sans-culotte* da UDN, Lacerda...

E.R. - A UDN era mais punho de renda, mesmo mais distanciada do povo, Lacerda...

J.P. - Lacerda era de dinamitar, doe abrir a barriga, o ventre, com um punhal e tirar a sujeira toda, as tripas para fora. Lacerda era corajoso, era autêntico, era incorruptível, era um gênio. Não era só o seu valor moral e intelectual, mas era, também, a coragem cívica e até pessoal. Ele dava o nome aos bois. Então Lacerda era uma espécie de... digamos, comparemos com uma figura da Revolução Francesa. Quem? Talvez um Robespierre, que era um incorruptível e dizia a verdade, doesse a quem doesse, como eu estou sendo agora, não é?

Quando se tocou fogo na canjica, aí se teve que votar uma moção, aí teve que ser lançada a candidatura de Lacerda. E o resultado é que Lacerda ouviu tudo isso. E os jornais jogaram o meu nome, eu tenho esses jornais aí, inclusive *O Estado de São Paulo*, que era lacerdista que era danado. Bem, aí Lacerda resolveu vir à Convenção de Curitiba, foi indicado o nome dele, a moção. Tanto assim que quando ele desembarcou no aeroporto, ele estendeu a mão por cima do pessoal assim, todo mundo querendo chegar, e eu mais arredo, eu era segundo time, segundo escalão, não é? E ele disse: "Oh, Joacil, muito obrigado, você salvou ao honra da Convenção." Isto foi um negócio danado para um deputadinho estadual de província. Tanto assim que o Lacerda tinha tanta amizade, tanta afeição a mim, que achava que eu devia ser deputado federal quando ele fosse candidato a presidente. Foi por isto que eu alimentei a idéia de ser deputado federal, naquela época. Depois, quando ele foi cassado, eu me desiludi, quis sair de política e tudo o mais, quis renunciar, e o João Agripino inventou a minha candidatura a deputado federal, mas inventou para me abandonar. Isto é outra história...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

J.P. - A minha luta foi muito grande pela revolução, pelos ideais revolucionários, e não me arrependo disso, embora tenha sido um homem inteiramente... marginalizado por certos elementos que se aproveitaram da revolução. Aliás os líderes civis da revolução na Paraíba, todos os que lutaram pela revolução foram marginalizados: eu, Agnaldo Veloso Borges, Antônio Ribeiro Pessoa, este já morreu, mas antes de morto já foi marginalizado. Os elementos da revolução, os que lutaram mesmo ficaram de fora da

revolução. E João Agripino veio disputar o governo do estado e se arvorou em dono da revolução. E os elementos militares que, a essa altura, estavam na Paraíba, diziam que ele tinha sido o chefe civil da revolução, quando ele nunca foi chefe de coisa nenhuma. Ele foi contra nós, contra a nossa luta. Mas isto acontece em todas as revoluções.

Há umas coisas engraçadas na minha vida pública. Por exemplo: eu disse, aqui na entrevista, que houve uma ordem do então comandante do IV Exército, o general Costa e Silva, para me prender, a mim e aqueles que estavam soltando o chamado boletim "o visitante indesejável" contra a visita do presidente João Goulart, o Jango. Pois bem, esse homem, que mandou me prender e que não chegou a manter a ordem por uma ponderação do coronel Roberto Pessoa, depois foi ministro da Guerra na revolução, ele realmente se portou muito bem lá na cúpula, como revolucionário, mas naquele tempo ele vinha aqui dar garantias ao presidente. Era, talvez, o seu dever, como comandante do IV Exército. Mas, é uma coisa engraçada: eu fui visitá-lo, como deputado participante de um congresso de assembleias legislativas, e lá o presidente do Congresso achou que, entre outras visitas, nós devíamos fazer uma ao ministro do Exército, que era o general Costa e Silva. Uma figura, por sinal, muito simpática, muito acolhedora, conversando muito com todos os deputados, e nós fomos bem-recebidos. Quando ele chegou junto a mim... Cada deputado se apresentava, dizia: "Fulano de tal" e dizia o seu partido, e o seu estado.

E.R. - Costa e Silva?

J.P. - É. Se apresentando ao Costa e Silva, que era ministro da Guerra. Então eu disse: "Joacil de Brito Pereira, UDN, Paraíba." Ele disse: "Conheço o seu estado, deputado. Estive lá diversas vezes." E eu disse: "E eu conheço Vossa Excelência. Talvez vossa Excelência, por um episódio, possa se lembrar do meu nome." Eu disse aquilo sem nenhuma intenção de ofendê-lo. Disse só para ser lembrado, pensando... Foi uma gafe minha. Eu disse: "Eu sou aquele deputado que redigiu um boletim sob o título "Um visitante indesejável", quando da visita do Jango à Paraíba para o Comício de 1º de Maio, e Vossa Excelência era ao tempo comandante do IV Exército e mandou me prender." Esse homem soltou a minha mão, deu um pulo para trás e disse: "Mas Vossa Excelência..." - aí ele não me chamou mais de senhor nem de deputado - "Vossa Excelência há de convir que eu naquela ocasião era o comandante do IV Exército e o Jango era o presidente da República de qualquer maneira e eu tinha que proteger o presidente da República. Era o meu dever dar proteção, segurança, ao presidente." Eu, aí, foi que vi a besteira que tinha dito. E disse: "Não, eu não quis ofender Vossa Excelência." E ele: "Mas Vossa Excelência deve saber, também, que eu estive na Paraíba, disfarçadamente, várias vezes, visitando os centros de conspiração, os centros de agitação das Ligas Camponesas. E mandei emissários, e o meu Exército, meu..."

E.R. - Enquanto ele era comandante do IV Exército.

J.P. - É. "...E o meu IV Exército tinha um dispositivo de segurança e de vigilância de pessoas em missões secretas." E tinha mesmo, eu contei isso [inaudível] Então eu me desculpei e...

E.R. - Esse encontro foi em que ano?

J.P. - Esse encontro foi logo depois da revolução, em 64. Eu me desculpei, a coisa serenou, muita gente ficou pensando que eu quis dizer aquilo...

E.R. - Cobrando, não é?

J.P. - Não, querendo colocá-lo em situação difícil, quando não foi. Foi uma maneira de dizer que ele entendeu mal, e má a maneira de dizer. Talvez isto tenha me colocado, também, na maldição da revolução. Como me colocou na maldição da revolução o fato de eu ter me desentendido aqui com o general Artur Candal, por outras razões que não

devo explicar, embora tenhamos mantido sempre bom relacionamento. Como também o João Agripino - e isto é o principal - não me ter perdoado as divergências que tive com ele de caráter ideológico, embora eu tenha sido seu amigo até à última, quando ele foi candidato a governador, a ponto de permitir, sem um protesto, quando ele me pediu, em cima do avião, que eu me conformasse e concordasse, a vinda de Assis Lemos, de Frazão e de outros elementos de esquerda. Isto porque ele queria dividir as esquerdas, desde que o partido comunista estava oficialmente apoiando Rui Carneiro, e achava que sem a divisão do elemento de esquerda não conseguiria a vitória.

E.R. - Se esses outros elementos fossem todos apoiar o Rui...

J.P. - Ela achava que perderia a eleição. Ele tinha que, pelo menos, dividir as esquerdas. E eu concordei. Mas no final de contas ainda, tendo sido o advogado desse homem na batalha judiciária da diplomação, com tudo isso, com minha luta, com a minha lealdade, talvez porque eu tinha divergido dele em várias ocasiões na luta ideológica, ele não me perdoou e por isso me marginalizou e foi aqui o arauto da revolução sem nunca ter feito a revolução na Paraíba. Na Paraíba o sr. João Agripino não fez revolução. Dizia-se depois da revolução, revolucionário. E veio, como eu lhe mostrei, para acomodar uma situação de divergência entre os revolucionários e Pedro Gondim no governo, para manter um esquema unido, visando a sua futura eleição ao governo do estado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]